



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SÉLIA ANA ZONIN

**A CAIXA ESCOLAR NA ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA CATARINENSE
(1938-1945)**

**FLORIANÓPOLIS/SC
2017**

SÉLIA ANA ZONIN

**A CAIXA ESCOLAR NA ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA CATARINENSE
(1938-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva

FLORIANÓPOLIS/SC

2017

Z87c

Zonin, Selia Ana

A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945) /
Selia Ana Zonin. - 2017.
96 p. il. ; 29 cm

Orientador: Vera Lucia Gaspar da Silva

Bibliografia: p. 83-92

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação
em Educação, Florianópolis, 2017.

1. Educação - Santa Catarina. 2. Educação - Aspectos econômicos. 3.
Educação de crianças. I. Silva, Vera Lucia Gaspar da. II. Universidade do
Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III.
Título.

CDD: 370.98164 - 20.ed.

Sélia Ana Zonin

A CAIXA ESCOLAR NA ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA CATARINENSE
(1938-1945)

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestre”, aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de maio de 2017

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: Prof.^a Dr.^a Cynthia Greive Veiga
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Membro: Prof. Dr. Santiago Pich
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Membro: Prof.^a Dr.^a Solange Aparecida de Oliveira Hoeller
Instituto Federal de Santa Catarina – IFC

Suplente: Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

A GRADECIMENTOS

Ser grata é reconhecer que nunca estive sozinha nesta caminhada; é reconhecer que este trabalho também teve, além das minhas, muitas outras mãos, que direta ou indiretamente foram essenciais e imprescindíveis. Sou grata:

- à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), onde também me formei em Pedagogia, pela oportunidade e auxílio financeiro através das bolsas, desde a iniciação científica;
- ao Programa de Pós-Graduação em Educação, a todos os professores que o compõem, e aos colegas que ingressaram comigo na turma de 2014;
- à professora e orientadora Vera Gaspar, a quem sempre admirei, desde nosso encontro na 2^a fase do curso de Pedagogia, na disciplina História da Educação, pela acolhida ainda na iniciação científica, pelo afeto, respeito e pelos ensinamentos, e por vezes acreditar em meu trabalho mais do que eu mesma;
- pelas contribuições e leitura atenta, desde a qualificação, obrigada aos professores que compõem a banca, Cynthia Greive Veiga, Santiago Pich e Solange Aparecida de Oliveira Hoeller;
- à querida Luani de Liz Souza, que, numa tarde de verão em janeiro de 2014, me “recebeu” na praça de alimentação de um shopping para me auxiliar na “criação” de um tema/objeto para o projeto de mestrado, pois, do início ao fim, sempre esteve presente e merece toda minha gratidão por isso, e pela oportunidade de conhecer uma pessoa tão generosa como ela;
- ao grupo de Pesquisa “Objetos da Escola”, uma família acadêmica, espaço privilegiado de troca, aprendizado, apoio, “terapia”, amizade, representado pelos colegas Luani de Liz de Souza, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva, Marília Petry, Gustavo Rugoni, Ana Paula Kinchescki, Luiza Pinheiro Ferber, Roberta Fantin Schnell, Natália Fortunato, Hiassana Scaravelli, Dilce Schüeroff, Amanda Cividini, Suzana Grimaldi Machado, Franciele França, Danielly Samara Besen e à nossa “madre superiora” Vera Gaspar;

- às queridas colegas, heranças valiosas da graduação, hoje amigas especiais, Sabrina Silveira de Los Santos, Natália Fortunato e Hiassana Scaravelli, com quem tudo ficou um pouco menos difícil quando com elas compartilhado;
- ao Rodrigo, meu marido, pelo incentivo aos estudos desde que nos conhecemos, quando eu ainda fazia supletivo para concluir o ensino fundamental, a quem agradeço pelo apoio tecnológico, financeiro, emocional, e por tantos outros de inúmeras ordens, além de sempre me inspirar;
- às minhas companheiras felinas, Bella e Mimi, sempre por perto, dividindo com os livros e o computador um espacinho em cima da mesa, já que a vida tem mais brilho, e mais pelos, com elas;
- ao meu filhote Pedro, projeto pós-mestrado, que nasceu antes da dissertação, também sou grata pelo que me ensinou quando ainda estava em minha barriga, e pela possibilidade de conhecer o amor mais lindo deste mundo;
- à minha família - mãe, pai, irmã, cunhado e sobrinhos/afilhados -, mesmo que indiretamente, pelo apoio imprescindível, e por estarem sempre ao meu lado;
- à Capes, pelo auxílio financeiro mensal através de bolsa, fundamental para este processo;
- ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, local onde fiz a maior parte da pesquisa e coleta documental, em particular a seus funcionários;
- à Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares, de Rio Negrinho/SC, a seus funcionários, que tão bem receberam nosso grupo de pesquisa em 2014;
- à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, onde tive minha primeira experiência com a pesquisa, e a seus colaboradores;
- ao Maurício, da Biblioteca Universitária da Udesc, pelas inúmeras vezes que me socorreu quando eu esquecia de renovar o empréstimo dos livros (o mundo precisa de mais pessoas como ele).

RESUMO

O texto aqui apresentado registra resultados de uma pesquisa cujo objetivo principal foi mapear e compreender a atuação da *caixa escolar* no processo de escolarização da infância, procurando correlacionar sua atuação com acontecimentos políticos e educacionais do período. A partir deste objetivo, articulam-se reflexões com questões sugeridas pelo material consultado: infâncias reveladas pela caixa escolar, a caixa escolar como “garantia” da frequência escolar, a caixa escolar como uma das ferramentas utilizadas pelo Estado na “assistência” aos pobres, ou como elemento de justiça na escola. Apesar de esta associação auxiliar do ensino, como aparece em parte da documentação, ter surgido legalmente em Santa Catarina no ano de 1916, o período da investigação - 1938 a 1945 - foi escolhido pela documentação encontrada, que o identifica como o de mais expressiva atuação neste estado. O marco inicial da análise é o Decreto n. 55, de 1938, que torna obrigatória a organização das caixas escolares em todos os estabelecimentos municipais e estaduais de ensino primário, presença até então circunscrita a grupos escolares e a escolas reunidas. Neste ano (1938), já vigorava no Brasil o Estado Novo, tendo as crianças adquirido certa centralidade na retórica da educação, que as consideravam promessa de uma nação suprema e base para um futuro promissor. Santa Catarina colocava-se em conformidade com um projeto nacional. O governo Nereu Ramos, que comprehende os anos investigados, empenha-se em grandes investimentos assistenciais, entre eles, notadamente, o da educação pública. A metodologia utilizada nesta pesquisa consiste em análise documental, com base em documentos institucionais, produzidos pela escola – relatórios, balancetes, atas de reuniões – e pelo estado – legislação específica da caixa escolar, legislação específica e relatórios de governo. Em sua maioria, os documentos consultados encontram-se salvaguardados no acervo físico do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Também foram utilizados alguns outros pertencentes ao acervo do Arquivo Escolar da Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares, de Rio Negrinho/SC, e da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Esse mecanismo, a *caixa escolar*, foi criado com o objetivo de impulsionar a frequência dos alunos, atuando essencialmente no amparo aos mais pobres, aos quais se forneciam materiais escolares, roupas, calçados, merenda e assistência médico-dentária, para que pudessem se manter na escola. Entre as despesas mais recorrentes, também constavam os prêmios escolares, que igualmente concorriam para fomentar a frequência, distribuídos em função da assiduidade e do mérito. Os recursos angariados provinham essencialmente das contribuições dos sócios, mas também de legados, donativos, festivais, diversões, descontos do vencimento de professores, além de rifas e contribuições da prefeitura. O poder público tinha o dever de “oferecer” a “todos” educação escolar, embora, financeiramente, não desse conta de tal intento. A caixa constituiu, portanto, um dos mecanismos de assistência aos que, obrigados por lei, não tinham recursos materiais para frequentar a escola.

Palavras chaves: Caixa escolar. Escolarização da infância. Associações auxiliares de ensino. Cultura material da escola

ABSTRACT

The text presented here presents research results whose main objective was to map and understand the performance of School Fund in the process of schooling during the childhood years, seeking to evidence its relation with political and educational events of the period. From this objective, reflections are articulated to questions that emerged from the material consulted: the childhoods revealed by School Fund; The School Fund as a "guarantee" of school attendance; The School Fund as one of the tools used by the State to "assist" the poor; The School Fund as an element of justice in the school. Although this Auxiliary Teaching Association, as it appears in part of the documentation, arose legally in Santa Catarina in the year 1916, the period chosen for research will focus the analysis between the years of 1938 and 1945, a choice driven by localized documentation that indicates this as a period of expressive activity of the School Fund in this State. The starting point of the analysis is Decree n. 55, of 1938, which makes compulsory the organization of School Fund in all municipal and state establishments of primary education, presence previously confined to the School Groups and Reunited Schools. This year, the Estado Novo was already in force in Brazil, children having acquired a certain centrality in rhetoric affects education, considered them the promise of a supreme nation, the basis for a promising future. Santa Catarina was placed in conformity with the precepts sought nationally, and the government of Nereu Ramos, whose years investigated, is engaged in great assistance investments, among them notably public education. The methodology used in this research consists of documentary analysis, based on institutional documents produced by the school - reports, balance sheets, minutes of meetings - and by the state - specific legislation of School Fund, school legislation and government reports. For the most part, the documents consulted are safeguarded in the physical archive of the Public Archive of the State of Santa Catarina. Some documents belong to the collection of the School Archive of the Basic Education School, Professora Marta Tavares, of Rio Negrinho/SC, and the Public Library of the State of Santa Catarina were also used. The creation of the School Fund was aimed at boosting school attendance, mainly by supporting poor students, providing them with school supplies, clothing, shoes, snacks and medical / dental care so they could remain in school. Among its most recurrent expenses were also the school prizes, which were also used to encourage attendance, distributed according to attendance and merit. The funds raised by School Fund came mainly from contributions from members, legacies, donations, festivals, amusement products, discount of teachers' salaries, and raffles and contributions from the city hall. The State aimed to "offer" school education to all, but financially did not account for such an attempt. The School Fund therefore constituted one of the mechanisms for assisting those who, legally required to attend school, did not have the material resources to do so.

Key words: School Fund. Childhood Education. Auxiliary Teaching Associations. School material culture.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Distribuição dos trabalhos por quantidade e local de produção	24
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Conjunto documental consultado	27
Quadro 02 - Previsão de auxílio aos alunos pobres entre 1891 e 1898	32
Quadro 03 - Relação frequência-caixa escolar referente ao ano de 1941	38
Quadro 04 - Associações e organizações escolares em funcionamento em 1942	45
Quadro 05 - Materiais comprados/adquiridos com receita da caixa escolar	72
Quadro 06 - Associações Auxiliares da Escola em funcionamento – 1947	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Instituições escolares existentes entre 1938 e 1941	41
Figura 02 - Relatório padronizado	47
Figuras 03 e 04 - Relatório escrito à mão	48
Figura 05 - Movimento das caixas escolares de 1934 a 1947.....	51
Figura 06 - Movimento financeiro das caixas escolares em 1941	52
Figura 07 - Auxílios recebidos pela Caixa Escolar	53
Figuras 08 e 09 - Páginas iniciais do livro de ouro da caixa escolar	58
Figuras 10 e 11 - Relatório da Caixa Escolar Reunida das Escolas Isoladas Municipais da cidade de São Francisco do Sul/SC – 1944	60
Figura 12 - Relatório da Caixa Escolar Duque de Caxias	61
Figura 13 - Relatório da Caixa Escolar Bateas de Cima	61
Figura 14 - Página do álbum da Semana da Criança – 1945	66
Figura 15 - Orçamento da caixa escolar	71
Figura 16 - Caixa Escolar Duque de Caxias	72
Figura 17 - Compras da caixa escolar	73

Figura 18 - Relatório da Caixa Escolar Duque de Caxias	73
Figura 19 - Alunos socorridos pela caixa escolar	74
Figuras 20 e 21 - Sopa escolar	75
Figura 22 – Igualdade e justiça	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
- BREVE HISTÓRICO DACAIXA ESCOLAR A PARTIR DA LEGISLAÇÃO CATARINENSE	17
- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
- PERIODIZAÇÃO E FONES: ALGUMAS ESCOLHAS	25
1 AUXÍLIO AOS ALUNOS POBRES	31
1.1 OBRIGATORIEDADE E FREQUÊNCIA: RELAÇÕES COM A CAIXA ESCOLAR	32
1.2 A CAIXA ESXOLAR NNO ROL DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA.....	39
2 “DEVEMOS AUXILIAR OS DESAMPARADOS”: QUEM DOAVA E O QUE DOAVA	47
2.1 CAIXA ESCOLAR E A CONSTITUIÇÃO DE SUA RECEITA.....	50
2.2 “QUEM DÁ AOS POBRES EMPRESTA A DEUS”	56
3 O QUE SE COMPRAVA E PARA QUEM: CAIXA ESCOLAR E A INFÂNCIA POR ELA REVELADA	63
3.1 “VESTUÁRIO, MATERIAL, PRÊMIOS E MERENDA”: AS DESPESAS DA CAIXA ESCOLAR	70
3.2 A Caixa Escolar Como Elemento De Justiça Na Escola	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

O interesse pelos estudos de História da Educação deu-se a partir de minha inserção como bolsista de iniciação científica no projeto “Objetos da escola: cultura material da escola graduada (1870 – 1950)”, 2^a edição, coordenado pela professora dra. Vera Lucia Gaspar da Silva, no Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), quando cursava a 6^a fase do curso de Pedagogia na mesma instituição. Nesta experiência, tive a oportunidade de adentrar no universo da pesquisa, especificamente a educacional, de caráter histórico.

Como o bolsista tem um plano de trabalho, para desenvolvê-lo, fiz, na companhia de uma colega, um levantamento de dados¹ em jornais catarinenses em busca por anúncios de materiais escolares postos à venda. Este levantamento foi realizado nos seguintes Jornais: *O Estado*, de Florianópolis, nas edições publicadas entre 1916 e 1943 e no Jornal *Correio do Povo*, de Jaraguá do Sul, em edições publicadas entre 1930 e 1950.

Na procura por tais anúncios, folheávamos todas as páginas dos jornais, o que nos permitiu, ainda que num passar de olhos, entrar em contato com notícias variadas e de diferentes áreas, consideradas provavelmente como situações importantes na época de sua publicação, pois também as encontramos registradas em importantes veículos de comunicação. Questões referentes à educação circulavam com bastante recorrência nestes jornais. Uma pequena nota chamou-me a atenção e mereceu ser guardada, embora, à época, não soubesse exatamente por quê. Trata-se de um anúncio² referente a um festival da caixa escolar, organizado por dois importantes grupos escolares da capital catarinense, que ocorreu no Teatro Álvaro de Carvalho³, no centro de Florianópolis.

¹ Desta primeira experiência com a pesquisa, resultou o trabalho “*Objetos à venda: a comercialização de materiais escolares veiculada em jornais de Santa Catarina (1915-1950)*”, escrito em parceria com Hiassana Scaravelli. O trabalho foi apresentado no 19º Encontro ASPHE, realizado na Universidade Federal de Pelotas/RS, em 2013. Está publicado e disponível em:

<http://aspfers.blogspot.com.br/2014/04/anais-do-19-encontro-da-asphe-2014.html>. Também derivada desta experiência, a dissertação de mestrado (PPGE/Udesc) de Hiassana Scaravelli, que recebeu como título “*Objetos à Venda: indícios da comercialização de materiais escolares em jornais Catarinenses (1908-1921)*”, defendida em 2016.

² Publicado no jornal *O Estado*, de Florianópolis, em 1917. Foi utilizado como uma das fontes para a elaboração do projeto apresentado na seleção para ingresso no mestrado.

³ Este teatro iniciou sua história por volta de 1854, com inauguração, em 1875, sob o nome Princesa Isabel; na época, a capital denominava-se Desterro. Em 1894, a casa de espetáculos, local de encontro, cultura e diversão, passou a se chamar Teatro Álvaro de Carvalho, em homenagem ao primeiro dramaturgo catarinense. Neste período, a capital já se chamava Florianópolis. Histórias de abandono, descasos administrativos, reformas e transformações acompanharam a história deste que é hoje patrimônio cultural dos catarinenses. Fonte:

Dito isto, cheguei ao período de seleção do mestrado (primeiro semestre de 2014), ainda na última fase do curso de Pedagogia. Definida a participação na seleção, teria de escolher um tema e um objeto de investigação. Dentre as muitas possibilidades, uma seria a de continuar com a pesquisa nos jornais; a outra, trabalhar com os Annaes da Primeira Conferência do Ensino Primário de Santa Catarina – 1927⁴. Não credito somente ao anúncio citado acima a escolha do tema. Admito que outros desejos se fizeram presentes, porém a vontade de conhecer a atuação da *caixa escolar* também fazia parte das demandas do grupo de pesquisa ao qual me encontrava e ainda me encontro vinculada. Além do mais, ao tomar conhecimento (informalmente) de que havia poucos trabalhos especificamente dedicados a ela, acabei me interessando em conhecê-la e compreendê-la detalhadamente, o que fez com que a adotasse como objeto de pesquisa.

Nos moldes criados em Santa Catarina pela Lei nº 1.130, em 28 de setembro de 1916 (SANTA CATARINA, 1916a), a caixa escolar é uma associação⁵ de caráter assistencial, que no mesmo ano teve aprovado seu regulamento sob o Decreto nº 976 (SANTA CATARINA, 1916b). Com esta regulamentação, sua organização seria obrigatória nos grupos escolares e escolas reunidas, ficando facultativo em escolas isoladas (SANTA CATARINA, 1916b). Conforme esta normativa, teria por função impulsionar a frequência e, por fim principal, fornecer aos alunos pobres dos grupos escolares roupas, calçados, material - como livros, papel, penas e tintas, lanches -, além de prêmios como livros, medalhas, estojos, brinquedos e outros objetos, que seriam distribuídos aos alunos mais assíduos, aplicados e de maior mérito (SANTA CATARINA, 1916b).

A criação desta associação, cujo objetivo, conforme registrado nas fontes, era o de impulsionar a frequência escolar, nos faz pensar que esta questão, naquele período, demandava atenção especial como estratégia que ajudaria a garantir a matrícula e a frequência à escola. Já no século XIX, porém, documentos faziam menção a este recurso.

⁴ <http://www.fcc.sc.gov.br/tac//pagina/7492/historico>. Acesso em: 11 nov. 2015. Para mais informações sobre o Teatro Álvaro de Carvalho, consultar, de Ivo Godois, *Um palco iluminado: o Teatro Álvaro de Carvalho em Florianópolis – SC – década de 1980*. 2011. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Florianópolis.

⁵ Documento fotografado no segundo semestre de 2013, durante as atividades de Iniciação Científica. Está disponível em versão digital no Blog Cultura Material Escolar, em <http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com.br/>, e na versão física original, na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, setor Obras Raras.

⁵ A nomenclatura, no que se refere à sua caracterização, ainda é um ponto de interrogação. Por ora, resolvemos chamá-la de associação escolar, porque é assim referida no Regulamento de 1916, bem como nos relatórios de 1944, fontes nas quais o trabalho se estrutura. Mas há outras expressões recorrentes, como sociedade, instituição ou simplesmente associação. Trataremos melhor deste assunto no capítulo 1.

Embora o trabalho que aqui nos propomos tenha como tema a caixa escolar em Santa Catarina no século XX, é importante recuperar parte desta trajetória, tanto no estado, quanto no Brasil. Exemplo disso é a identificação de que ela foi mencionada já em 1879, no Decreto n. 7.247, de Leônio de Carvalho, que propunha organizar o ensino no Rio de Janeiro e inspirar sua organização no País (MACHADO, 2005). Este decreto serviu de base a um dos diversos projetos de reforma da educação “apresentados à Câmara dos Deputados com o objetivo de criar o ensino primário no Município da Corte e servir de exemplo às províncias que compunham o reino” (MACHADO, 2005, p. 92). Nele, previa-se, entre outras orientações, que a educação deveria ser obrigatória⁶ dos 7 aos 14 anos para ambos os sexos, e que se lhes deveria fornecer “vestuário, livros e demais objetos necessários aos estudos”, a fim de garantir a frequência de meninos pobres (MACHADO, 2005, p. 95). Além disso, determinava a criação da caixa econômica escolar, “para que os alunos depositassem suas economias”. “Para aumentar a arrecadação de verbas para a educação, propunha a instauração, em cada distrito do município, de *caixas escolares* para receber donativos a serem aplicados na educação” (MACHADO, 2005, p. 96) [grifo nosso].

Também se tem notícia da criação, no *Distrito*⁷ Federal, especificamente no *Setimo Distrito*, da primeira caixa escolar, por Fabio Luz, em 1895. Consta de seu regulamento, de 30 de junho de 1895, no Artigo 5^a, que a caixa “tem por fim fornecer aos alunos reconhecidamente pobres do 7º distrito escolar o indispensável de que careçam para frequentar a escola” [...] (LUZ FILHO, 1940, p. 175). Já o Artigo 3º determinava que a sua manutenção deveria ficar sob a responsabilidade do inspetor e dos professores⁸, e “sua renda seria aumentada por meio de benefícios, kermeses, bandos precatórios, concertos, cartões numerados, e legados ou donativos” (LUZ FILHO, 1940, p. 179).

Em nosso estado, para evidenciar a preocupação com a frequência escolar, podemos remeter à Lei n. 699/1874, “a primeira referência à obrigatoriedade escolar em Santa Catarina” (GASPAR DA SILVA & VALLE, 2013, p. 308). Segundo as autoras citadas, “a aprovação de uma lei sobre a obrigatoriedade escolar indica que o tema estava em pauta e que o mesmo teve força (política, sobretudo) para se transformar em preceito

⁶ Poderiam ser “dispensados dessa obrigatoriedade os alunos que residissem a uma distância maior de 1,5 Km para os meninos e 1,0 Km para as meninas, de uma escola pública ou subsidiada” (MACHADO, 2005, p. 95).

⁷ Ao longo do texto, algumas palavras aparecerão em sua forma gráfica original; sempre que isso acontecer fora de citações diretas, elas estarão em itálico.

⁸ O inspetor deveria doar mensalmente o valor de 5\$; o professor catedrático doaria 2\$, e os professores que fossem adjuntos, subvencionados ou subsidiados, fariam a doação de 1\$ (LUZ FILHO, 1940, p. 174).

legal” (GASPAR DA SILVA & VALLE, 2013, p. 309). Portanto, a obrigatoriedade e a frequência são elementos constitutivos do projeto de escolarização da infância anteriores à aprovação da Lei nº 1.130/1916, que oficialmente criava esse mecanismo em escolas de Santa Catarina, conforme mencionado anteriormente. A importância de uma lei que determinava que o ensino fosse obrigatório pode ser evidenciada, entre outras medidas, pelos mecanismos de fiscalização e punição engendrados a partir dela, para que se efetivasse de fato. As penas dirigidas a pais, tutores e responsáveis, caso não fossem cumpridas as determinações estabelecidas, variavam desde intimações, multas e até mesmo a prisão (GASPAR DA SILVA & VALLE, 2013).

Se a legislação do ensino subsequente à Lei n. 699/1874 conserva os indicativos gerais de obrigatoriedade, ampliando e diversificando formas de fiscalização e sanção (GASPAR DA SILVA & VALLE, 2013), ela também se preocupa com a frequência, e notadamente com a frequência de crianças pobres. Poucos anos após a aprovação da lei da obrigatoriedade em Santa Catarina, compreendendo o período final do século XIX e início do XX, atos⁹ e regulamentos da instrução pública previam, em suas normativas, auxílio aos alunos que, por carência, não pudessem frequentar a escola.

Percebe-se que, cada vez mais, a frequência escolar, inclusive dos que não tinham recursos materiais, era pauta importante nas decisões sobre o ensino, tanto no cenário nacional como em Santa Catarina. Vale lembrar que o estado catarinense entrava no período republicano com um panorama geral de instrução pública “desolador” (FIORI, 1991, p. 77). Diante deste quadro, reformas e tentativas de reorganização do ensino público integraram as ações do governo estadual (ou provincial) nos anos iniciais do período republicano. Entre elas, a que fora empreendida em 1911 (autorizada em 1910), costumeiramente referida na literatura da área como Reforma Orestes Guimarães¹⁰, tida “como a mais importante reforma do ensino deste estado, considerando-se aquelas empreendidas ao longo do século” (GASPAR DA SILVA, 2006, p. 347). A partir dela, foram implantados os grupos escolares¹¹, instituições símbolo de inovação educacional

⁹ Este ato regulamenta a execução da Lei n. 1.144, de 30 set. 1886 (SANTA CATARINA, 1888), que estabelece o ensino primário obrigatório em toda a província.

¹⁰ Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910, forneceu as bases para a reforma do ensino público em Santa Catarina, que reorganizou a instrução pública sob o Decreto n. 585, de 19 de abril de 1911 (FIORI, 1991, p. 82).

¹¹ Segundo Gaspar da Silva (2006, p. 342), “embora a literatura da área indique a reforma autorizada em 1910 como marco na criação dos grupos escolares nesse estado, um texto de 1904 já se referia a eles, sugerindo a intenção de cria-los desde os primeiros anos do século XX”.

que deveriam “abrigar com maestria os pressupostos do método intuitivo” (GASPAR DA SILVA, 2006, p. 345).

Este modelo de escola se difundiu para muitos estados brasileiros, desde São Paulo¹², no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A implantação [...] “exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 28). Para prosseguir na disseminação da educação pública, seguindo o moderno modelo arquitetônico difundido em outros estados brasileiros, o governo catarinense acabara se endividando com empréstimos externos para arcar com as despesas de construção de prédios monumentais (GASPAR DA SILVA, 2006). Para tanto, “uma das saídas para a busca de recursos foi a criação da caixa escolar, uma forma engenhosa de envolver parte da sociedade e fazê-la contribuir direta e financeiramente neste projeto, sem revelar o quadro de fragilidade financeira” (GASPAR DA SILVA, 2006, p. 350). Sabe-se que as caixas escolares se generalizaram¹³ pelos grupos escolares, “contribuindo para a inclusão dos alunos empobrecidos”, o que evidenciava certa fragilidade da atuação das autoridades “para garantir a escolarização pública e gratuita” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 167).

BREVE HISTÓRICO DA CAIXA ESCOLAR A PARTIR DA LEGISLAÇÃO CATARINENSE

Criada oficialmente no estado de Santa Catarina em 1916, pela Lei n. 1.130, em 28 de setembro, a “sociedade civil” denominada caixa escolar tinha como principais fins:

- § 1. – fornecimento de vestuário e calçado aos alunos indigentes;
- § 2. – assistência médica e fornecimento de livros, papel, pena e tinta aos mesmos alunos;
- § 3. – aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc., para serem distribuídos, como prêmios, aos alunos mais assíduos, mais aplicados ou de maior mérito;
- § 4. – fornecimento de lanches aos alunos pobres (SANTA CATARINA, 1916a).

¹² Para saber mais sobre os Grupos Escolares em São Paulo, consultar: SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

¹³ Referem-se, neste ponto, a período posterior ao da Lei nº 1.130, de 28 de setembro de 1916, que institui a criação das caixas escolares em Santa Catarina, já citada anteriormente (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 166).

A receita e o patrimônio constituíam-se de joias e subvenções pagas pelos sócios, produto de subscrições, quermesses, espetáculos, festas, etc., e também de auxílios votados pelas câmaras municipais (SANTA CATARINA, 1916a).

No mesmo ano, em 14 de novembro de 1916, foi aprovado, através do Decreto n. 976, o regulamento das caixas escolares, destinado a regular sua organização e funcionamento, estabelecendo-a como obrigatória nos grupos escolares e escolas reunidas¹⁴, e facultativo nas escolas isoladas (SANTA CATARINA, 1916b). Este documento, composto originalmente por 12 páginas, 9 capítulos e 33 artigos, explica detalhadamente como deveriam funcionar as associações, “instituições destinadas a fomentar e impulsionar a frequencia escolar” (SANTA CATARINA, 1916b).

Em 3 de fevereiro de 1938, pelo Decreto-Lei n. 55¹⁵, o interventor federal no estado de Santa Catarina, *Nerêu Ramos*, estende a obrigatoriedade de organização dessa associação a todos os estabelecimentos estaduais e municipais de ensino primário (SANTA CATARINA, 1939). Determinou, ainda, que nela deveriam ingressar os pais ou representantes legais dos alunos matriculados naqueles estabelecimentos.

Em 5 de março de 1941 entra em vigor o Decreto n. 961¹⁶ que, em cumprimento ao Decreto-Lei n. 55/1938, estabelece normas regulamentares para as caixas escolares (SANTA CATARINA, 1941c).

A última regulamentação de que se tem notícia fora publicada no Diário Oficial do Estado, em 1964. É o Decreto n. 1.669, que novamente trata em específico das caixas escolares, agora obrigatórias nos estabelecimentos estaduais¹⁷ de ensino primário, com o objetivo¹⁸ de: “I – fornecer merenda e uniforme aos alunos necessitados; II – distribuir

¹⁴ Em Santa Catarina, estas escolas surgiram legalmente em 1915 e expressavam “um processo evolutivo de escolas isoladas a grupos escolares”, ou seja, da reunião de escolas isoladas faziam-se escolas reunidas, e estas “poderiam ser elevadas a grupos escolares, caso cumprissem as determinações legais” (HOELLER, 2009, p. 38). É preciso lembrar, também, que as escolas reunidas, em muitos aspectos, obedeciam às normativas recomendadas pelo regulamento interno dos grupos escolares (HOELLER, 2009, p. 38). Talvez por este motivo, o funcionamento das caixas tenha sido inicialmente recomendado apenas nestes estabelecimentos.

¹⁵ Anexo ao Regulamento de 1938 (Decreto n. 55), está o Regulamento de 1916 (Decreto n. 976), que em nada se alterou; indica-se apenas que devem ser seguidas as novas orientações propostas pelo Decreto n. 55 (descritas acima).

¹⁶ Que revoga o Decreto n. 976, de 14 de novembro de 1916, e as demais disposições em contrário (SANTA CATARINA, 1941, Art. 43º).

¹⁷ As escolas municipais não são mencionadas neste documento, como eram nos anteriores.

¹⁸ Os auxílios referentes à assistência médico-farmacêutica e dentária não estão mais entre os objetivos da Caixa, conforme as prescrições anteriores, porém continuam na lista de ordem das preferências de aplicação dos recursos, presente no Capítulo V (*Do orçamento*), 30º artigo deste documento (SANTA CATARINA, 1964).

livros e material escolar aos alunos necessitados; e III – conferir prêmios aos que se distinguirem nas classes” (SANTA CATARINA, 1964).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Embora pouco recorrente na historiografia brasileira, a caixa escolar, como tema e objeto de pesquisa, vem ganhando certa visibilidade nos debates e na produção da área nos últimos anos. Chamamos a atenção, primeiramente, entre outros que destacaremos em seguida, para duas dissertações¹⁹ de mestrado defendidas na Universidade Federal de Minas Gerais; ambas elegeram a caixa escolar como tema de pesquisas.

Intitulada “A fim de arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres: as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918)”, a dissertação de Priscilla Nogueira Bahiense, defendida em 2013, tem como foco analisar o processo de formulação, implantação e funcionamento das caixas escolares nos grupos escolares de Belo Horizonte no período de 1911 a 1918.

No ano seguinte, 2014, Fabiana de Oliveira Bernardo defendeu, também na Universidade Federal de Minas Gerais, sua dissertação de mestrado com o título de “Promoção da frequência escolar na instrução pública mineira: organização, implementação e representações da caixa escolar (1911-1913)”. A pesquisa trata da organização, da implementação e das representações construídas acerca da caixa escolar em Minas Gerais nos dois anos posteriores aos da implementação da Reforma Bueno Brandão.

As autoras ressaltam a tímida produção relativa às caixas escolares, “apesar da relevância do tema para a compreensão da expansão do processo de escolarização no Brasil nas primeiras décadas do século XX” [...] (BAHIENSE, 2013, p. 6). O que se observa é que, “em geral, o tema é tratado transversalmente a outro objeto mais amplo, como, por exemplo, a educação pública, ou em estudos sobre as instituições escolares, políticas públicas da educação, ou práticas escolares” (BERNARDO, 2014, p. 20).

No cenário catarinense, há importantes referências, embora não tratem especificamente da caixa escolar. São trabalhos que tratam das associações escolares e tiveram importância fundamental na escrita sobre esta, em particular. Um deles é a dissertação de mestrado de Marília Gabriela Petry, defendida no PPGE da Udesc, em

¹⁹ Os trabalhos foram gentilmente cedidos, via correio eletrônico, pelas autoras.

2013. Com o título “Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952)”, a autora pesquisou sobre museus escolares introduzidos em escolas públicas primárias do estado de Santa Catarina entre 1911 e 1952, mapeando sua incidência na organização e composição material. Suas fontes documentais compreendem textos e livros brasileiros e estrangeiros publicados no período, revistas educacionais, legislação do ensino - decretos, regulamentos, programas de ensino e circulares -, relatórios de governo e de inspeção, atas de reuniões pedagógicas, atas e relatórios de museus escolares. Num dos capítulos, dedicado exclusivamente às associações auxiliares, a autora trata de sua criação e disseminação e respectiva legislação. Assim como a caixa escolar, o museu existia já no início do século XX, e foi se integrando às demais associações a partir da década de 1930 (PETRY, 2013). Muitos dos documentos utilizados neste capítulo têm fornecido informações valiosas a respeito da caixa escolar.

Outro trabalho de grande relevância é a dissertação de mestrado de Franciele Otto, defendida no PPGE da USP, em 2012. Sob o título “As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativa e moral da sociedade catarinense: o caso das “Ligas de Bondade” (1935 – 1950)”, Franciele Otto procurou identificar, descrever e interpretar a transmissão das dimensões morais por meio das ligas de bondade. O ponto de partida foram as relações entre o ideário escolanovista e as propostas de nacionalização do ensino em Santa Catarina a partir da década de 1930, que constituíram, em sua opinião, as bases para o surgimento das associações auxiliares da escola. Os documentos utilizados como fontes são legislação da época, relatórios e atas das reuniões das ligas, além de regulamentos da Instrução Pública e regimentos dos grupos escolares. A autora também dedica parte de um capítulo para tratar da institucionalização das associações auxiliares em Santa Catarina, onde é possível encontrar referências à caixa escolar.

Além destes, outros dois trabalhos, que tomam as associações auxiliares como tema de pesquisa no cenário catarinense, merecem ser aqui destacados. A dissertação de mestrado de Mariane Werner Zen, defendida no PPGEC da Udesc em 2007, intitulada “Brasileiros pelas letras: a ação educativa presente nos clubes de leitura e bibliotecas escolares de Santa Catarina. O caso do Grupo Escolar Alberto Torres, Brusque/SC (1938-1950)”, centrou sua investigação na biblioteca e no clube de leitura desse grupo escolar, no período de 1938 a 1950. O segundo trabalho, também é uma dissertação de mestrado, defendida no PPGE da Unesc. Sob o título “Cultura escolar e a liga da bondade nas

escolas públicas estaduais do sul de Santa Catarina (1953-1970)", Mariane Rocha Niehues (2014) buscou perceber como a liga da bondade, implantada nas escolas públicas estaduais do sul de Santa Catarina (1953 – 1970), contribuiu para a construção da cultura escolar. Para compreender o que levou as escolas a implantar a liga da bondade no Brasil, o intuito de sua criação, suas atribuições e funcionamento, quem eram os membros participantes e suas ações, a autora trabalhou com relatórios de três escolas. A partir desses documentos, alguns alunos e professoras foram por ela entrevistados a fim de contribuírem com suas memórias acerca do tema.

Além dos trabalhos destacados, que se ocupam das associações auxiliares²⁰ e acabam indiretamente tratando da caixa escolar, há outra dissertação a ser mencionada, por ter abordado, de forma indireta, este tema. Trata-se do trabalho intitulado "A participação da associação de pais e professores - APP - na escola publica catarinense: democracia ou tutela?", de autoria de Jane Motta, defendida no PPGE da Ufsc, em 2001. A autora investigou o processo de implantação das associações de pais e professores - APPS - nas escolas públicas de Santa Catarina no período de 1973 a 1979, considerando o histórico de entidades de caráter semelhante existentes em Santa Catarina, mas em períodos anteriores aos das APPs, como as caixas escolares e os círculos de pais e mestres. Além das dissertações²¹, destacadas por sua proximidade com a presente pesquisa, os trabalhos que serão apresentados a seguir fazem parte de um conjunto resultante de um mapeamento da produção na área. Optou-se por trazer aqui apenas os mais próximos do tema/objeto de que se está tratando.

Uma das principais finalidades do mapeamento é reunir um conjunto de trabalhos que possam contribuir, seja no sentido de oferecer e/ou sugerir subsídios teórico/metodológicos, seja despertando nosso olhar para dimensões ainda não imaginadas. Contudo, mesmo que se faça um investimento minucioso para localizar tais produções, deve-se ter consciência de que ele jamais será um mapeamento totalmente eficaz, devido à vasta produção existente na área de História da Educação e à complexidade que envolve o trabalho de localização.

Para esse mapeamento, priorizaram-se espaços de produção e divulgação de pesquisas já realizadas e em andamento na área de História da Educação, considerados aqui como lugares-chave, quais sejam: Anais do Congresso Brasileiro de História da

²⁰ Serão destacados no capítulo 1.

²¹ Algumas das dissertações aqui referenciadas foram indicadas pela orientadora; outras, foram encontradas nas referências destas. Além disso, há algumas com as quais já se tinha contato antes mesmo de iniciar o mestrado.

Educação (CBHE)²²; Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)²³; Revista História da Educação²⁴; Cadernos de História da Educação²⁵ e Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação²⁶. A localização dos trabalhos deu-se a partir do uso de descritores como caixa escolar, associação escolar, associações escolares, associações da escola, associação, estudantes pobres, alunos pobres, infância pobre, ensino primário, escola primária.

O primeiro trabalho a ser destacado é de autoria de Priscilla Nogueira Bahiense (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE), Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), intitulado “Entre auxílios e premiações: o funcionamento das caixas escolares em grupos escolares da capital mineira” (2011), vinculado à dissertação antes referida. Neste, a autora discute o funcionamento das caixas escolares nos grupos escolares de Belo Horizonte na primeira década do século XX.

O segundo trabalho, “A caixa escolar e a bandeira republicana de educação para o povo” (2008), de autoria de Rosana Areal de Carvalho e Lívia Carolina Vieira (Universidade Federal de Ouro Preto/Ufop), discute a fundação do Grupo Escolar de Mariana, em 1909, com ênfase na vida pública e atuação significativa de dois personagens que transitavam no meio educacional, político, médico e jornalístico mineiro: José Inácio de Sousa e Gomes Henrique Freire de Andrade. A caixa escolar aparece neste trabalho como uma das iniciativas instaladas no grupo escolar investigado. A respeito delas, as autoras afirmam que [...] “quase nada tem se dito sobre a Caixa Escolar e a relação desse órgão com a escola pública, com a escola republicana e os ideais propostos no período” (CARVALHO; VIEIRA, 2008).

O próximo trabalho a ser destacado, de autoria de Laerthe Abreu de Moraes Junior e Alice Conceição Christófaro²⁷ (Universidade Federal de São João del Rei/UFSJ), tem como título “Assistência aos ‘moços pobres’ da Universidade de Minas Gerais: a caixa do estudante pobre Edelweiss Barcellos (1930–1935)” (2011). Neste, os autores discutem as ações de assistência da “Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos” (Cepeb), da Universidade de Minas Gerais (UMG), de 1930 a 1935, buscando compreender as

²² Período pesquisado: 2004 a 2013.

²³ Período pesquisado: 2001 a 2015.

²⁴ Período pesquisado: 1997 a 2015.

²⁵ Período pesquisado: 2002 a 2014.

²⁶ Período pesquisado: 2006.

²⁷ Alice Christófaro concluiu o mestrado em Educação com a dissertação “A caixa do estudante pobre Edelweiss Barcellos: discursos sobre a pobreza dos estudantes da Universidade de Minas Gerais (1932-1935)”, pela Universidade Federal de São João Del Rei/MG, em 2012, tendo sido orientada por Laerthe de Moraes Abreu Júnior.

condições em que se operavam essas ações, a quem eram direcionadas e por quem eram empreendidas.

O trabalho “Utensílios escolares e a escolarização da infância pobre no século XIX” (2008), de autoria de Ana Paula da Silva Xavier (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), discute a inserção de crianças pobres na instrução pública primária de Mato Grosso, de 1837 a 1889, e as tensões referentes ao suprimento de utensílios escolares destinados a alunos indigentes.

Fernanda Ramos Oliveira Prates e Gladys Mary Ghizoni Teive (Universidade do Estado de Santa Catarina/Udesc) publicaram, em 2013, o trabalho “Associações Auxiliares: vestígios de apropriações escolanovistas em grupos escolares de Florianópolis e Brusque/SC (1947 e 1951)”. Nele, discutem de que forma as chamadas “associações auxiliares” da escola foram apropriadas na cultura dos grupos escolares catarinenses, na vigência da Reforma Elpídio Barbosa (1946-1961). Os grupos escolares escolhidos para análise foram o Lauro Müller, de Florianópolis, e o Alberto Torres, de Brusque, ambos em Santa Catarina.

Sobre as associações auxiliares da escola, também trataram Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo Silva e Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (Universidade Federal da Paraíba/UFPB). Sob o título “Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o estado novo (1937-1945)” (2013), os autores procuraram analisar de que forma as políticas educacionais sugeridas pelo poder central incentivaram e priorizaram a expansão dos grupos escolares na Paraíba, assim como o estímulo à organização e efetivação de diversas atividades que estiveram para além do simples funcionamento das aulas (ARAÚJO SILVA; PINHEIRO, 2013).

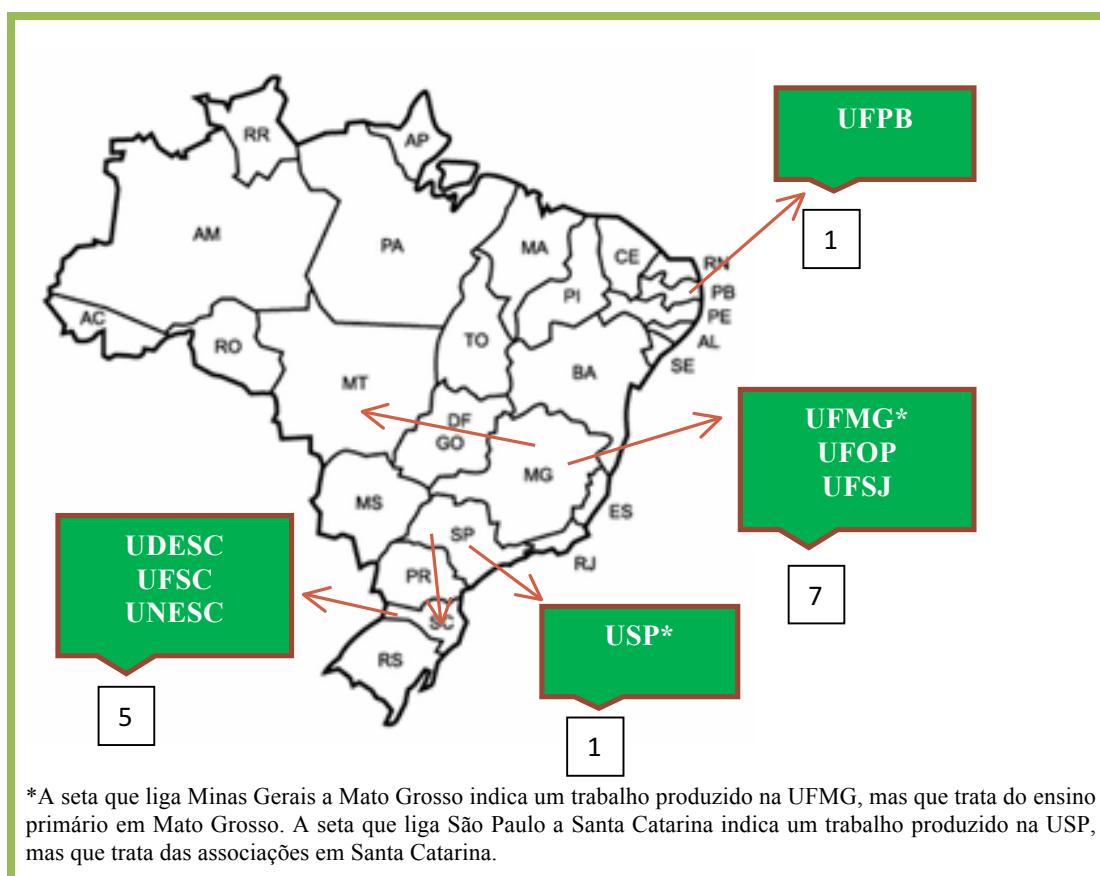
O último trabalho a ser aqui destacado é de autoria de Paula Cristina David Guimarães (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/GEPHE – Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), intitulado “Tudo presta a quem tudo precisa: os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na Revista do Ensino, de Minas Gerais (1925-1930)” (2013). Nele, a autora centra a investigação nos principais discursos direcionados à educação da infância pobre, veiculados pela referida revista, em Minas Gerais, entre 1925 e 1930.

No conjunto desta produção, especificamente levantada a partir do mapeamento, os principais conceitos, termos, perspectivas e ideias utilizadas foram: experiência; cultura escolar; cultura material escolar; financiamento da educação; apropriação; dispositivo; filantropia; pobreza; *biopoder*; *biopolítica*; representação; “relações de poder

e saber”; “produção de verdades”; permanências e mudanças. Os principais diálogos teóricos e conceituais estão relacionados a obras dos seguintes autores: Michel Foucault; Edward P. Thompson; Antonio Viñao Frago; Roger Chartier; Maria Luiza Marcílio; José Carlos de Araújo Melchior e Eric Hobsbawm. Em dois dos sete trabalhos destacados, é possível perceber o vínculo da temática com a dissertação de mestrado do autor ou de um dos autores que, em geral, escrevem acompanhados por seus orientadores.

Também foi possível verificar, no conjunto das produções citadas, uma concentração²⁸ no estado de Minas Gerais, seguida por Santa Catarina. Para fundamentar tal afirmativa, bem como para facilitar uma visão geral a respeito, elaborou-se um mapa (Mapa 1) no qual os trabalhos foram distribuídos por quantidade, conforme o local de sua produção.

Mapa 1 - Distribuição dos trabalhos por quantidade e local de produção



Mapa elaborado pela autora com base nos trabalhos localizados.

²⁸ Refere-se a trabalhos relacionados com a temática da caixa escolar, considerando os espaços em que foi realizado o mapeamento da produção.

PERIODIZAÇÃO E FONTES: ALGUMAS ESCOLHAS

Embora se tenha conhecimento de que a caixa escolar surgiu legalmente em Santa Catarina no ano de 1916, o período proposto para investigação nesta pesquisa vai centrar a análise entre os anos 1938 e 1945.

Um dos principais argumentos que justificam a escolha é a grande quantidade de documentos localizados e que sugerem forte atuação da caixa escolar neste período. O “ponto de partida” será o Decreto n. 55, de 1938, que torna obrigatória a organização das caixas escolares em todos os estabelecimentos municipais e estaduais de ensino primário, até então era circunscrita aos grupos escolares e escolas reunidas.

Este mesmo decreto determinou o envio mensal de relatório desta associação ao Departamento de Educação, órgão regulador das atividades educacionais na época. Estas medidas talvez expliquem a concentração de documentos correspondentes a este período. Contudo, outras possibilidades devem ser consideradas. Acredita-se que, com o estabelecimento do Decreto nº 2.991, em 1944, que regulamentou a existência das instituições auxiliares da escola, houve uma preocupação maior com a comprovação das atividades realizadas na escola, apesar de a caixa escolar não estar listada no referido documento entre as demais associações. Ainda em 1944, a circular n. 73, do Departamento de Educação, estabelecia a “padronização da escrituração escolar, que deveria ser fielmente cumprida pelos Professores e Diretores dos estabelecimentos de ensino” (FIORI, 1991, p. 130). Além disso, Santa Catarina, em conformidade com o cenário nacional, que vivenciava o Estado Novo, de 1937 a 1945, fortemente marcado por “excesso de centralização e de multiplicação de dispositivos legais, minuciosos e uniformes, com o objetivo de acentuar a unidade nacional”, também passava por momentos de “grande centralização e formalismo legal em matéria de ensino” (FIORI, 1991, p. 130). Este fato fez com que a escola e todas as suas atividades passassem²⁹ a ser alvo de fiscalização, controle e normatização pelo estado, na figura de inúmeras leis e regulamentos. Assim:

A educação [...] adquiriu, no governo Nereu Ramos, uma conotação até então nunca evidenciada na história catarinense. [...] A escola foi uma instituição onde parecia ser possível atingir amplos segmentos da população no sentido de normatizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos (CAMPOS, 2008, p. 184 e 185).

²⁹ Isto não significa que somente a partir deste momento as escolas passaram a ser reguladas. O que se deseja mostrar é que há indícios de que, neste período, os mecanismos de regulação foram ampliados e fortalecidos.

É neste contexto que tentaremos responder à seguinte pergunta: **Como se deu a participação da caixa escolar na escolarização da infância em Santa Catarina?** Sabendo que as escolas, dentro do período proposto, “foram repensadas como instituições privilegiadas para produzir a infância e, por meio dela, reeducar as famílias e a sociedade em geral” [...] (DALLABRIDA, 2007, p. 17), o objetivo da presente pesquisa é **compreender a atuação da caixa escolar no processo de escolarização da infância, procurando evidenciar sua relação com os acontecimentos/mudanças políticos/educacionais do período proposto.**

Para responder às questões e objetivos aqui propostos, a pesquisa abordará as seguintes questões:

- a infância revelada pela caixa escolar;
- a caixa escolar como estratégia de ampliação das possibilidades de financiamento da educação pública;
- a caixa escolar como “garantia” da frequência escolar;
- a caixa escolar como elemento de justiça na escola;
- a caixa escolar como uma das ferramentas de “assistência” aos pobres utilizada pelo estado.

Segue-se, abaixo (Quadro 1), a listagem do conjunto documental consultado. É importante salientar que, em sua maioria, os documentos se encontram disponíveis no acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc)³⁰. Alguns deles foram localizados no acervo do arquivo da Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares (EEBPMT)³¹, antigo grupo escolar, localizada em Rio Negrinho/SC, e no acervo de obras raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC)³².

Os documentos escolhidos, e aqui tomados como fontes, foram selecionados a partir dos objetivos desta investigação. Procurava-se compreender como se deu a participação da caixa escolar no processo de escolarização da infância em Santa Catarina. A busca pelas informações que poderiam nos levar a tal se iniciou ainda na fase de construção do projeto de pesquisa.

³⁰ A partir daqui, toda vez que se citar o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, far-se-á uso da sigla Apesc.

³¹ O mesmo procedimento será seguido com as citações da Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares, simplesmente pela sigla EEBPMT.

³² Idêntico procedimento relativamente à Biblioteca do Estado de Santa Catarina, com a sigla BPSC.

Quadro 1 – Conjunto documental consultado

Classificação do Documento ³³	Tipo de Documento	Ano	Localização
Documentos produzidos pela escola	Movimento das Escolas Municipais	1941	Apesc
	Documentos da Caixa Escolar (Escolas Municipais)	1944	
	Movimento Caixa Escolar	1948 1945	
	Relatórios das Associações Escolares (diversos municípios)	1944, 1945	
	Livro Ouro da Caixa Escolar	1945	EEBPMT
Documentos produzidos pelo Estado	Regulamento das Caixas Escolares – Decreto nº 976	1916	Apesc
	Regulamento das Caixas Escolares – Decreto-Lei nº 55	1938	
	Normas Regulamentares das Caixas Escolares – Decreto nº 961	1941	
	Dispõe sobre as Cooperativas Escolares – Decreto nº 945	1941	
	Relatórios e Mensagens de Governo	1938, 1939, 1940, 1942, 1948 e 1966	Apesc e BPSC

Quadro elaborado pela autora. Documentação localizada em arquivos institucionais.

A leitura da dissertação de Marília Petry (2013) foi essencial para a localização destas fontes. Foi com base em suas referências que chegamos aos relatórios das associações auxiliares da escola, nos quais se encontraram os da caixa escolar, documentos em sua maioria utilizados nesta pesquisa. Os relatórios foram usados especificamente por conterem detalhes das atividades da caixa, os quais, além de conterem valores de saldo e despesas mensais, fazem menção à natureza das arrecadações, às compras realizadas com a receita adquirida, e a quem se destinavam.

Considerando o até aqui exposto, o conjunto de documentos consultados, as leituras realizadas, as reflexões desenvolvidas e as questões colocadas, formula-se a hipótese de que, embora criada e regulada pelo Estado para prover materialmente a educação primária (sobretudo de alunos pobres), a caixa escolar teve participação direta da sociedade em geral, especialmente das famílias dos próprios alunos. Desta forma, acredita-se que a caixa escolar se tenha constituído numa forma de política pública de assistência escolar, bem como tenha constituído uma forma de

³³ A classificação dos documentos foi feita com base em PETRY (2013, p. 17-18).

transferência de responsabilidade em relação à instrução primária, do Estado para as famílias e, extensivamente, à comunidade. Assim, propõe-se investigá-la como meio estratégico, de iniciativa do poder público estadual, para contribuir com o provimento material da escola, garantindo assim, à instrução, atingir o maior número possível de crianças, notadamente as pobres. Neste sentido, é provável que a caixa escolar se tenha constituído num “importante mecanismo de financiamento complementar” da atividade escolar, “ajudando a diminuir as dificuldades responsáveis pelo distanciamento existente entre as crianças de famílias pobres e a escola” (NASCIMENTO; ROCHA, 2013, p. 157). Embora, neste trecho específico, os autores se refiram aos grupos escolares, entende-se que estão tratando de questões de financiamento da educação relativas à escola pública primária durante a Primeira República. A caixa escolar estaria, portanto, entre as iniciativas empreendidas por alguns estados em prol da educação, segundo a interpretação de Nascimento e Rocha:

o financiamento através da associação dos cidadãos como contribuintes das caixas escolares não era novidade que chegava com os grupos escolares. Antes deles, este tipo de possibilidade já vinha sendo tentada como alternativa para financiar a escola primária, em alguns Estados (NASCIMENTO; ROCHA, 2013, p. 157).

Situados os parâmetros que configuram o trabalho de pesquisa e as escolhas feitas, passa-se à apresentação do texto em si, organizado da seguinte forma:

- ➡ **Capítulo I:** “AUXÍLIO AOS ALUNOS POBRES”, é dedicado à análise e à reflexão acerca dos auxílios aos alunos pobres, prerrogativa anterior à existência da caixa escolar em Santa Catarina.
 - Também entra em pauta, neste capítulo, a relação da caixa escolar com a frequência escolar, e sua inclusão na categoria de associação auxiliar da escola.
- ➡ **Capítulo II:** “DEVEMOS AUXILIAR OS DESAMPARADOS: QUEM DOAVA E O QUE DOAVA”, é dedicado a análises e reflexões sobre a constituição de renda da caixa escolar, de seus sócios e às formas de doação realizadas.
 - O capítulo foi elaborado com base num conjunto de documentos, especialmente os que foram produzidos pela escola entre os anos de 1938 e 1945, que retratam o funcionamento da caixa escolar nas escolas primárias catarinenses, além de sua legislação específica e relatórios de governo. A reflexão central destaca as doações recebidas e quem as fazia.

 **Capítulo III:** “O QUE SE COMPROVA E PARA QUEM: CAIXA ESCOLAR E A INFÂNCIA POR ELA REVELADA”, é dedicado à análise e à reflexão sobre as despesas da caixa escolar (o que se comprava) e quem eram seus beneficiários (para quem se comprava).

- Neste capítulo, faz-se “uso” dos documentos utilizados para a construção do capítulo anterior, pois estes também fazem referência ao que se comprava e para quem. A reflexão central ficará em torno da nova roupagem que a infância adquiriu no período do Estado Novo, sobretudo a infância revelada pela caixa escolar, e dos materiais comprados com as doações e a quem eram destinados.

Por fim, são elaboradas as **Considerações Finais**, com as quais se sintetizam as reflexões acerca dos caminhos percorridos, os objetivos alcançados ou não, a confirmação ou negação das hipóteses, fazendo-se, enfim, as considerações possíveis.

1 AUXÍLIO AOS ALUNOS POBRES

O título deste capítulo se inspira na nomenclatura presente nos documentos consultados. Conforme já foi visto, a proposição de prestar auxílio aos alunos pobres não é prerrogativa apenas do século XX; ela já estava presente em período anterior, inclusive em âmbito nacional. Pensando o cenário catarinense, esta preocupação também esteve presente nas leis de orçamento e previsão de receita de recursos do estado, num período ainda anterior ao do surgimento de legislação específica à caixa escolar.

Para uma breve análise destas leis, elegeu-se o período compreendido entre o início da República – 1889 – e o surgimento de legislação específica que trata da caixa escolar em Santa Catarina – 1916. De um total de 13 leis consultadas, sete previam uma pequena parcela do montante destinado à instrução pública para auxiliar os alunos pobres. Das sete, três dividiam o valor previsto entre auxílio aos alunos pobres e o expediente interno das escolas. Tais valores variavam de um ano para o outro, assim como o valor total destinado aos gastos com a instrução pública em geral; porém, como pode ser observado no quadro 2, abaixo, eles normalmente se mantinham entre 2:000\$000 e 4:000\$000. Dentro do item específico da instrução pública, havia previsão de gastos com os itens: Ginásio Catarinense, Escola Normal, Escola de Artes e Ofícios, Escolas Públicas e Despesas Diversas. Neste último subitem se encontra, geralmente, descrita a previsão de auxílio aos alunos pobres, entre outras despesas, como recenseamento escolar, fiscalização do ensino, aluguel de casas para escolas, aquisição de prédios escolares.

As leis desta natureza, correspondentes aos anos 1899; 1905; 1906; 1909 e 1914 -, não mais mencionam o auxílio aos alunos pobres, mas apenas se referem a uma reserva que variava de 1:000\$000 a 2:000\$000 ao ano, destinada a gastos com expediente (SANTA CATARINA, 1899, Lei n. 446; 1905, Lei n. 678; 1906, Lei n. 718; 1909, Lei n. 841 e 1914, Lei n. 1.035). Já o orçamento estimado pela Lei 1.035, de 1914, previa, em separado, valores destinados a cada grupo escolar do estado. No quadro 2, tem-se um demonstrativo das sete leis que despendiam uma cota para auxílio aos alunos pobres.

Quadro 2 - Previsão de auxílio aos alunos pobres entre 1891 e 1898

Ano	Nº da Lei	Valor previsto para gastos com a Instrução Pública Geral	Valor previsto para Auxílio aos alunos pobres
1891	24	150:773\$333	4:000\$000
1893	110	172:409\$000	3:000\$000
1894	112	198:788\$000	2:000\$000
1895	204	229:011.000	2:000\$000
1896	243	226:235.000	4:000.000*
1897	294	225:260\$000	3:000\$000*
1898	375	250:560.000	3:000.000*

* Além de auxílio aos alunos pobres, este valor destinava-se ao expediente interno das escolas.

Fonte: Informações disponíveis nos autógrafos das leis dos anos correspondentes, localizadas no Acervo do Apesc. A referência específica a cada uma delas encontra-se no final do texto, junto às demais referências bibliográficas e documentais. Quadro elaborado pela autora.

Conforme informações apresentadas no quadro, percebe-se que o valor previsto para auxiliar os alunos pobres representa menos de 3% em relação ao orçamento geral de gastos com a instrução pública, também utilizado, de 1896 a 1898, para expediente interno. Proporcionalmente, 1891 foi o ano que destinou maior verba para auxílio, em torno de 2,64%, enquanto nos anos anteriores houve queda de até 1% para menos.

1.1 OBRIGATORIEDADE E FREQUÊNCIA: RELAÇÕES COM A CAIXA ESCOLAR

A frequência é ainda um problema escolar a resolver. [...] A frequência deve coincidir com a matrícula. Só assim o ensino obrigatório prescrito na Constituição deixará de ser mera expressão verbal” (SANTA CATARINA, 1936)³⁴.

Embora se reconheça que obrigatoriedade e frequência se diferenciam, acredita-se que a relação entre uma e outra se tenha desenvolvido “*pari passu*” com a propagada

³⁴ Trecho extraído de relatório apresentado ao governador do estado, Nereu Ramos, em 1936, pelo então secretário do Interior e Justiça, Manoel Pedro Silveira. Este relatório faz referência ao exercício de 1935 e aos primeiros quatro meses de 1936. Está disponível no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – BPSC.

democratização escolar. Conforme já se disse, a obrigatoriedade escolar em Santa Catarina data de 1874. Sabemos que com ela, ou em consequência dela, surgiram medidas punitivas e fiscalizatórias para que fosse colocada em prática. Ademais, também surgiu a preocupação com a frequência escolar, em particular da de crianças pobres, que não tinham recursos para permanecer na escola. Demonstrativo desta questão são as indicações presentes num ato, datado de 1888³⁵, que previa “o auxílio necessário aos menores que por carência não possam frequentar a escola publica” (SANTA CATARINA, 1888), fornecendo a eles “livros, papel, penas, tinta e outros utensílios da escrita de uso comum ou imprescindível, vestuário e calçados simples, confeccionados e adequados ao sexo e ao clima” (SANTA CATARINA, 1888).

Já no início do século XX, indicações muito semelhantes se fazem presentes no Regulamento da Instrução Pública de 1907. Nele se preservava a indicação de “auxiliar os alunos que, por falta de recursos, tivessem inibida sua presença na escola”, garantindo, assim, “o fornecimento de um conjunto de objetos ou parte deles, entre os quais, livros, papel, penas, tinta e outros utensílios da escrita, de uso comum imprescindível, vestuário e calçado simples adequados ao sexo e ao clima” (SANTA CATARINA, 1908a). Em 1908, a Lei n. 791, específica para este fim, autoriza auxílio para a educação de catarinenses pobres com a previsão de “despender annualmente até a quantia de 5:000\$ com a instrucção e educação de catarinenses pobres” (SANTA CATARINA, 1908b).

As semelhanças encontradas em tais indicações se aproximam muito das que vão compor o Regulamento da Caixa Escolar (tanto em 1916 quanto em 1938), surgidas apenas alguns anos mais tarde. O que há de novidade com a instituição da caixa escolar traduz-se na previsão de fornecer “lanches aos alunos dos grupos escolares, bem como a aquisição de livros, medalhas, estojos, brinquedos que serviam como prêmios a serem distribuídos aos alunos mais assíduos, aplicados e de maior mérito” (SANTA CATARINA, 1916b)³⁶. É importante frisar que o auxílio aos alunos pobres, associado à obrigatoriedade do ensino, continuava em pauta, mesmo após o advento da caixa escolar. Exemplo disso é um registro localizado no Relatório da Conferência Interestadual de

³⁵ Este ato regulamenta a execução da Lei n. 1.144, que estabelece o ensino primário obrigatório em toda a Província de Santa Catarina, de 30/09/1886 (SANTA CATARINA, 1888).

³⁶ Para saber mais sobre essa questão do mérito consultar: KINCHESKI, Ana Paula de Souza. **É preciso fazer por merecer:** representações docentes sobre o “ser aluno” (Santa Catarina, 1940-1970). 2015. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, e CARDOSO da SILVA, Carolina Ribeiro. **“O valor do aluno”:** vestígios de práticas de avaliação na escola primária (Florianópolis/SC, 1911 a 1963). 2014. 228 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro em 1921, no qual se encontra a seguinte passagem: “[...] a obrigatoriedade da frequência exige um serviço de assistência aos alunos indigentes, aos quais teem de ser fornecidos livros e material escolar como em muitos casos até vestidos e alimentação” (BRASIL, 1922, p. 96 *apud* HOELLER, 2009, p. 58).

Em Santa Catarina, era condição de matrícula ter mais de cinco anos de idade e menos de 15 e não sofrer de moléstia contagiosa ou de caráter repulsivo. Este dispositivo passou a ser aplicado a um público daí para frente sistematicamente registrado. Conforme Gaspar da Silva e Valle (2013), as crianças em idade escolar eram recenseadas por comissões compostas por delegados escolares e professores. Os dados de cada criança seriam registrados com informações sobre o local de residência, a idade e a filiação. Os resultados a que chegassem tais comissões deveriam ser divulgados internamente em forma de edital; no entanto, a determinação era de que tais resultados fossem expostos também em locais públicos (GASPAR DA SILVA e VALLE, 2013, p. 313). Nestes editais, fazia-se saber a pais, tutores ou responsáveis que estavam obrigados a matricular as crianças em idade escolar recenseada. Os pais, tutores ou responsáveis por crianças em idade escolar que não obedecessem à exigência da matrícula “[...] teriam um prazo de 15 dias para se justificar. Findo este prazo, as autoridades deveriam ser comunicadas e dar-se-ia início à cobrança de multas e aplicação de outras sanções legalmente previstas, que podiam culminar com a pena de prisão por 15 dias” (GASPAR DA SILVA; VALLE, 2013, p. 313).

Paralelamente à obrigatoriedade, a frequência escolar também era importante e recorrente nas questões relacionadas ao ensino. O caráter normativo da Lei n. 699/1874, que instituiu a obrigatoriedade escolar em Santa Catarina, não foi tão severo no que dizia respeito à frequência, pois “[...] a ausência às aulas poderia ser justificada de várias formas e o aluno poderia, no decurso do ano, ter dois meses de faltas sem precisar justificá-las [...]” (GASPAR DA SILVA; VALLE, 2013, p. 310). Já no Regulamento para o Ensino Primário de Santa Catarina, de 1892, porém, a frequência figura como uma das principais obrigações dos professores, que deveriam, entre outras coisas, “apresentar mensalmente aos delegados escolares mapas da matrícula e frequência dos alunos” (SANTA CATARINA, 1892). Assim, depois da matrícula, a responsabilidade pelo controle da frequência passaria a ser atribuição dos professores, o que poderia representar, em certa medida, um gerenciamento institucional da vida da criança.

Neste quadro, é possível supor que, se havia tanto aparato legal para se cumprir as determinações quanto à matrícula, sobretudo punitivo, o que se almejava era que a frequência fosse regular.

Esta foi uma preocupação constante dos governos, tanto nos anos finais do século XIX (como acabamos de ver, quando, do ponto de vista jurídico, o cenário ainda estava se desenhando), quanto nos anos iniciais do século XX (quando se instituiu a caixa escolar a fim de impulsionar e manter a frequência), ou também já quase na metade do século XX (como veremos a seguir, momento histórico-político com importantes implicações no campo educacional catarinense e nacional).

Embora o período aqui proposto para análise compreenda os anos entre 1938 e 1945, em muitos momentos foi importante recorrer a referências externas a esta delimitação, sobretudo documentais, para explicar ou ao menos informar sobre determinadas permanências, reveladoras de um processo que talvez ainda não tivesse findado; é o caso da democratização da educação escolar. O trecho reproduzido na abertura deste item, extraído do relatório apresentado ao governador do estado, Nereu Ramos, em 1936, pelo secretário do Interior e Justiça, Manoel Pedro Silveira, ilustra exemplarmente esta questão. Consta também, do referido relato, que a frequência não condizia com a matrícula efetuada, que decrescia cerca de 20% ao ano. Para o autor do relato, “nenhuma razão [...] justifica este fato”, pois que, “com extraordinários sacrifícios, o Estado distribui escolas para 82% de sua população escolar” (SANTA CATARINA, 1936)³⁷. Na década de trinta, já se encontra adiantado o processo iniciado em 1910, com a Reforma do Ensino Público efetivada em 1911 e que manteve a mesma configuração até 1935, quando ocorreu outra importante reforma educacional. Nesse ínterim, fortaleceu-se a política de nacionalização do ensino, sobretudo na Região Sul do Brasil, causa que ganhou elevadíssimos investimentos públicos no período de vigência do Estado Novo, em especial do governo catarinense. Na sequência da Reforma de 1935, temos a aprovação do Decreto-Lei nº 301, de 1939, que regulamenta a obrigatoriedade da frequência e institui a quitação escolar. Como temos acompanhado desde a primeira lei de obrigatoriedade escolar deste estado, aprovada em 1874, e a despeito de um conjunto de

³⁷ Considera-se que o índice aludido, de 82% da população escolar com matrícula assegurada pelo Estado não corresponde a realidade. Contudo, até o momento não se tem disponível trabalho dedicado ao tema se considerarmos o Estado de Santa Catarina. Esta é uma das ações a que integrantes do Projeto de Pesquisa "Objetos em Viagem" vem se dedicando. Parte das reflexões integram o trabalho "Expansão do Ensino Primário Catarinense: O que diz o Acervo Memória Estatística do Brasil (1870-1929)", de autoria de Dilce Shueroff, aprovado para apresentação no IX Congresso Brasileiro de História da Educação, que será realizado em 2017.

reformas nos anos de 1930, a frequência escolar ainda constituía um desafio a ser enfrentado.

No relatório do governo catarinense de 1939, apresentado ao presidente da República pelo interventor Nereu Ramos, o argumento que sustenta a proposição de nova normativa sobre a obrigatoriedade da frequência baseia-se no fato de que os pais não estariam enviando seus filhos para as escolas ditas oficiais (públicas), então criadas em substituição às escolas interditadas (particulares), de caráter contrário aos preceitos nacionalizantes³⁸. Entre as considerações que antecedem a transcrição da normativa em si, destaca-se a seguinte:

[...] a orientação do Estado Novo, no tocante à educação, é intensamente nacional, cumprindo aos poderes públicos exercer contínua vigilância e tutela eficaz, para que o espírito da criança seja impressionado e guiado por ensinamentos que, além de úteis à cooperação social, lhe estimulem o amor, o culto e a compreensão às tradições e às instituições brasileiras [...] (SANTA CATARINA, 1939).

A questão da nacionalização do ensino marcava presença constante na maioria das decisões políticas educacionais da época. A frequência, problema enfrentado desde a instituição da obrigatoriedade escolar, contava agora com uma legislação específica, que regulamentava a sua obrigação, especialmente reclamada neste período em Santa Catarina. Conforme orientação legal:

São obrigadas à frequência escolar, em estabelecimento primário oficial ou registrado no Departamento de Educação, todas as crianças de oito a quatorze anos. Quem quer que tenha menores em idade escolar a seu serviço deve permitir-lhes a frequência escolar. Se o aluno faltar à aula mais de três dias consecutivos, deve a ausência ser justificada pelo seu representante legal [...] (SANTA CATARINA, 1939).

Como já observado em outras determinações legais, esta também tinha seus limites. Estavam isentas desta obrigação as crianças física e mentalmente incapacitadas, as que tivessem alguma moléstia, as que residissem a mais de três quilômetros de um estabelecimento oficial de ensino, as que não tivessem domicílio fixo, entre outras condições. Em resumo, esta lei não incluía todas as crianças em idade escolar; destinava-

³⁸ Aqui temos um indicativo importante de que os dados de escolarização sistematizados pelo poder público não necessariamente representavam os dados de escolarização da população. Sabe-se de comunidades de imigrantes que construíam e mantinham escolas subvencionadas pelos "países de origem", as quais, muitas vezes, funcionavam no idioma da "terra natal". A título de exemplo, citamos dois trabalhos, entre muitos já disponíveis: FIORI, Neide (Org.). (2003). **Etnia e Educação: A escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003. VIRTUOSO, Tatiane dos Santos (2010). **Entre o público e o privado: o acesso ao ensino primário no sul catarinense (1900-1915)**. In: VALLE, Ione Ribeiro; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia & DAROS, Maria das Dores (Orgs.). **Educação Escolar e Justiça Social**. Florianópolis/SC: NUP (pp. 173-197).

se, sobretudo, àquelas saudáveis e que residiam em áreas urbanizadas. As que se encaixassem nos requisitos estabelecidos, porém, deveriam seguir as determinações impostas e, obviamente, estariam sujeitas às penalidades, caso as infringissem. As sanções traduziam-se em multas e mais multas, por falta de matrícula, pela não justificação de faltas, pela cessação da frequência sem motivo justificado; decorrentes destas, outras e outras ainda nos casos reincidentes. Aos funcionários públicos que contrariasse, ou burlasse, a obrigatoriedade do ensino primário estava prevista a demissão. Aos pais ou tutores que persistisse na recusa de fazer os filhos, em idade escolar, frequentar o curso primário acarretaria processo de suspensão do pátrio poder, acionado pelos promotores públicos perante o Juízo de Menores (SANTA CATARINA, 1939). Enfim, observa-se uma sucessão de medidas punitivas para que se fizesse cumprir a lei.

O Decreto-Lei nº 301 também instituiu a quitação escolar, mais uma forma minuciosa de fiscalização referente à obrigatoriedade. Trata-se de um atestado assinado pelo diretor, ou, na falta dele, pelo professor do estabelecimento de ensino primário registrado no Departamento de Educação, no qual deveriam constar nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência do interessado, além do nome das crianças sob sua guarda e responsabilidade, com declaração de idade, estabelecimento escolar e classe em que estavam matriculadas. Os que não tivessem crianças em idade escolar ou fossem legalmente isentos, assim seriam declarados. A obtenção de tal atestado não era exatamente obrigatória; sem ele, porém, estava-se impedido de:

- a) ser admitido em qualquer serviço do Estado ou do Município; b) ser promovido em cargo público estadual ou municipal; c) receber dinheiro do Estado ou do Município a qualquer título e ainda que em remuneração de cargo público; com eles celebrar contrato ou transação, nem tomar parte em concorrência pública ou administrativa; d) adquirir estampilhas de vendas e consignações; e) extrair certidões negativas ou obter atestados de quaisquer repartições estaduais ou municipais (SANTA CATARINA, 1939).

Com tais diligências, paralelas à proibição do ensino domiciliar, pretendia-se dificultar o absenteísmo escolar e, através de repressão severa aos pais de crianças em idade escolar, buscava-se evitar que estas, estando matriculadas, deixassem de frequentar a escola durante a fase obrigatória (D'AQUINO, 1942 *apud* CAMPOS, 2008). Mesmo assim, “apesar das medidas tomadas para tornar obrigatória a frequência escolar, a questão chegava enfraquecida a diferentes conjuntos sociopopulacionais de Santa Catarina” (CAMPOS, 2008, p. 181).

Assim, a caixa escolar, ao longo de tantos anos, foi um importante dispositivo para viabilizar a frequência de crianças empobrecidas. Como a extensão da obrigação de sua organização a todos os estabelecimentos estaduais e municipais de ensino primário também se deu ao abrigo do Estado Novo, fica praticamente impossível não associar uma coisa a outra. Nesta tentativa, acrescentamos, na sequência, alguns dados referentes à caixa escolar, juntamente com outros, como número de unidades escolares, receita da caixa escolar, matrícula e frequência, para demonstrar que, de uma forma ou de outra, se tentou, sim, estender a escolarização a todos os segmentos populacionais, mesmo que em determinados momentos isso mais parecesse financiamento “particular” da educação, imposto à própria população, com mais recursos, obviamente³⁹.

Para a composição da relação frequência-caixa escolar (Quadro 3), foram utilizados dados de uma série de quadros estatísticos referentes aos municípios catarinenses presentes no relatório de governo do estado de Santa Catarina, de 1942.

Quadro 3 - Relação frequência-caixa escolar relativa ao ano de 1941

Município	Unidades Escolares	Matrícula	Frequência	Receita da Caixa Escolar	Caixas Escolares
Araranguá	95	5.549	4.282 (77%)	8:496\$000	86
Blumenau	81	6.147	4.665 (75%)	20:657\$100	65
Campos Novos	95	5.764	4.228 (73%)	4:749\$600	68
Cruzeiro	72	3.695	2.785 (75%)	3:465\$600	67
Florianópolis	96	7.562	5.314 (70%)	11:483\$400	34
Itajaí	101	5.472	4.110 (75%)	13:581\$800	82
Joinville	82	6.800	5.344 (78%)	17:880\$200	74
Lages	104	5.051	3.782 (74%)	3:945\$200	63
Rio do Sul	112	6.859	5.080 (74%)	8:415\$000	103
Tubarão	98	6.445	4.615 (71%)	3:956\$600	38

Fonte: Informações presentes no Relatório de Governo de 1942 (referente ao exercício de 1941), disponível no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC). Os quadros com as informações completas de todos os municípios encontram-se no item Anexos, ao final deste trabalho. Quadro elaborado pela autora.

Os dez municípios listados, foram escolhidos dentre os 44 que compõem os referidos quadros. Deles, destacam-se os oito, por seu maior número de frequência, a saber: Araranguá, Blumenau, Campos Novos, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Rio do Sul e Tubarão. Dentre estes oito, cinco chamam a atenção por seu maior número de caixas escolares (Araranguá, Campos Novos, Itajaí, Joinville e Rio do Sul). Além disso, situam-

³⁹ Sobre isso, veremos mais no segundo capítulo, que vai tratar da constituição de renda da caixa escolar e de seus sócios contribuintes.

se também entre os dez municípios ao mesmo tempo com o maior número de caixas escolares e o maior número de frequência escolar.

Se os dados forem percentualmente comparados, pode-se afirmar que os dois municípios cuja frequência é a mais baixa em termos de matrícula registrada (Florianópolis com 70%; Tubarão com 71%) são os que possuem o menor número de caixas escolares (Florianópolis: 34; Tubarão: 38). Contudo, pode-se dizer que o município de maior frequência registrada (Joinville: 78%), não é o de maior número de caixas escolares.

Apesar de se acreditar que a frequência se deva à presença da caixa escolar e de se saber que uma comparação desta natureza precisaria de uma série frequente de informações deste tipo, não é possível afirmar ou negar que a caixa escolar de fato tenha influído na frequência. Os próprios dados o indicam, uma vez que o percentual de frequência, se relacionado com a matrícula registrada, mantém-se equilibrado - entre 70% e 78% - entre todos os municípios listados no quadro três.

1.2 A CAIXA ESCOLAR NO ROL DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA

Por intermédio das associações bem orientadas, colocaremos a Escola nos moldes compatíveis à evolução que a vida experimenta, de espaço em espaço, e para a qual a Escola não pode ficar indiferente, visto ser a fonte preparadora das gerações em caminho de um plano melhor condizente com a nossa civilização (SANTA CATARINA, 1945, p. 123).

A citação foi extraída do texto de abertura da Circular n. 42, de 10 de maio de 1944, assinada pelo então diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa. Tal documento se destinava aos inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores e professores de estabelecimentos de ensino, tendo por assunto as associações auxiliares da escola. Esta circular trazia anexado o Decreto 2.991, de 28 de abril do mesmo ano, com as instruções para o funcionamento das associações auxiliares nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares. Com um original publicado em 29 páginas, o documento especifica detalhadamente como deveriam funcionar as seguintes associações: liga pró-língua nacional; biblioteca; jornal escolar; clube agrícola; círculo de pais e professores; museus escolares; centros de interesse; liga de bondade; clube de leitura e

pelotão da saúde. Muitas delas desenvolviam atividades bem específicas, mas basicamente:

O serviço das associações auxiliares da Escola tem por fim a reorganização da escola em bases de comunidade social de trabalho em cooperação e sua articulação com o meio social por todas as medidas que tendem a estender seu raio de ação educativa e a tornar estreita a colaboração entre a escola, a família e as outras instituições sociais (SANTA CATARINA, 1943). Referência: Portaria nº 126 – Circulares 1943/1944.

Conforme se observa no trecho citado, a retórica que institui estas associações as caracteriza como unidades a serem criadas no espaço escolar como uma espécie de comunidade em miniatura, através das quais os alunos pudessem vivenciar o que futuramente encontrariam numa comunidade de verdade, quando adultos. Desta forma, defendia-se o espírito de solidariedade, cooperação, bondade, patriotismo, disciplina, que seria despertado e cultivado desde muito cedo, e sua ação atingiria também, além dos alunos, suas famílias.

Para Zen (2007, p. 56), essas associações eram grupos organizados no ensino primário, que tinham em comum o propósito de socializar os alunos, “vislumbrando desenvolver atividades cujo exercício remetesse à formação intelectual, conjugada a civismo e moralidade, com a intenção de formar um cidadão brasileiro urbano para a sociedade moderna do porvir”. Na definição de Petry (2013, p. 101), tais associações se configuram em “organizações estudantis, formadas por alunos e coordenadas por um professor, [...] que funcionavam como organismo auxiliar da atividade de ensino ou de socialização, moralização e civilização dos estudantes, bem como de aproximação da escola com a família”. Ora chamadas de associações auxiliares, ora de associações complementares e, em certos momentos, de associações escolares, nota-se que não há um consenso quanto à sua denominação. Franciele Otto (2012) apresenta uma classificação proposta por Iris Barbieri (1973), que as divide em peri-escolares, as representadas pela família conjuntamente pela escola (associações de pais e professores; círculo de pais e mestres); intra-escolares, as que deveriam educar pela ação e pela prática (clubes agrícolas; ligas de bondade), e as assistenciais, que buscavam suprir as necessidades dos alunos (assistências médicas, dentárias; caixa escolar) (BARBIERI, 1973, p. 237 *apud* OTTO, 2012, p. 65).

Além das diferentes nomenclaturas utilizadas, a importância maior talvez esteja em sua atuação nas escolas. Desta forma:

Entendê-las como complementos remete ao fato de que não faziam parte efetivamente do currículo escolar, mas o auxiliavam, complementando o propósito da escola no que dizia respeito à socialização infantil e ao desenvolvimento do espírito de cooperação. Possibilitando, enfim, que a criança pudesse compreender que, num futuro próximo, ela deveria assumir responsabilidades semelhantes perante a sociedade (ZEN, 2007, p. 54).

Como temos visto, essa atuação era bem expressiva em meados de 1944, ano em que o Decreto nº 2.991 regulamentou suas atividades. Muitas delas, porém, estavam em plena atividade já há alguns anos, o que pode ser observado na figura 1.

Figura 1 - Instituições escolares existentes entre 1938 e 1941

E S P E C I F I C A Ç Ã O	DADOS NUMÉRICOS			
	1938	1939	1940	1941
Bibliotecas	213	242	299	540
Para alunos	117	83	121	183
Para professores				
Museus	71	36	169	397
Clubes agrícolas	143	209	301	606
Jornais	79	127	91	432
Pelotões de saúde	13	17	64	741
Clubes desportivos	—	23	32	40
Ligas de bondade	3	16	23	229
Clubes de leitura	19	17	18	152
Caixas escolares	757	1.139	1.040	1.672
Associações de pais e professores	—	22	108	281
Conselhos escolares	11	24	7	76

Fonte: Relatório apresentado ao exmo sr. presidente da República, pelo dr. Nereu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina em outubro de 1942 (exercício de 1941).

Localização: Acervo do Setor de Obras Raras da BPSC.

Das dez associações listadas no referido decreto, sete funcionavam desde pelo menos o ano de 1938, conforme informações contidas no relatório acima mencionado. Conforme vemos, a caixa escolar é um caso à parte; ela não está listada entre as associações contempladas no Decreto nº 2.991/1944, mas aparece entre elas nos relatórios de governo. Isto pode se justificar pelo fato de que esse mecanismo possuía, já há algum tempo, sua própria legislação. Não por isso, contudo, deixou de circular entre as referidas associações. É o que se verifica, por exemplo, num texto anterior ao Decreto n.

2.991/1944, publicado no Diário Oficial do Estado, de n. 2.125, de 22 de outubro de 1941, com o título de “Associações Escolares”. O texto procura destacar a importância de sua presença nas escolas, de forma que:

Constituindo salutar estímulo às tendências associativas das crianças e dirigindo-lhes os impulsos de mútuo-auxílio, as associações escolares representam, em todas as modernas organizações de ensino, excelentes meios para desenvolver o interesse da solidariedade entre os alunos [...] (SANTA CATARINA, 1941a).

Neste mesmo texto ressalta-se ainda o quanto o governo vinha dando atenção a tais ações, as quais não estavam voltadas “apenas a extinguir o analfabetismo, mas a preparar as gerações novas para o desempenho das atividades sociais brasileiras” (SANTA CATARINA, 1941a). Por fim, dá ênfase a algumas mais em particular, como as cooperativas escolares, os clubes agrícolas, a liga pró-língua e a caixa escolar. Esta última, naquele ano, era em número de 846 no estado, e assim o documento se referiu a ela: “instituição escolar de belo efeito na mentalidade infantil [...] têm elas uma palpável finalidade social no auxílio que prestam os menos necessitados aos que o são mais” [...], além de [...] “vincular o pensamento e o ato dessas gerações nascentes ao sentido de assistência social” [...] (SANTA CATARINA, 1941a). Essas palavras a respeito da caixa escolar manifestam que o auxílio material aos alunos pobres ultrapassava o âmbito da materialidade, alcançando dimensões de outra ordem, ao que nos parece, igualmente importante, pois se pretendia que elas tocassem o sentimento das crianças de forma que, ao crescerem, se transformassem em adultos solidários e caridosos. Esta hipótese nos faz crer que “a meta não era o alívio da pobreza tendo em vista maior igualdade social; visava, ao contrário, o controle através da moralização do pobre, impedindo que a massa populacional galgasse maior espaço para exercício da cidadania plena” (RIZZINI, 2011, p. 50)⁴⁰.

Coincidente com o mesmo título da Circular n. 42/1944, citada anteriormente – ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA –, a de n. 94, de 21 de outubro de 1942, anunciava a aprovação, pelo Departamento de Educação, do professor João dos Santos

⁴⁰ Trecho localizado no capítulo 1 de “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil”, em que Irene Rizzini trata das representações da pobreza no Brasil urbano. A meta a que se refere diz respeito às ações empreendidas, especialmente pelas autoridades médico-jurídicas, para a tão desejada construção da nação. Segundo a autora, “davam-se os primeiros passos no sentido de instituir políticas públicas destinadas ao alívio da pobreza e controle dos pobres” (RIZZINI, 2011, p. 50). As discussões por ela levantadas compreendem o final do século XIX e o início do século XX.

Areão como inspetor geral das Associações Auxiliares da Escola⁴¹, e emitia um modelo de questionário a ser preenchido por 13⁴² associações, entre elas a caixa escolar. Tal questionário objetivava “levantar tudo quanto temos realizado com referência às Associações Escolares e oferecer dados que sejam a expressão da verdade desse grande trabalho” (SANTA CATARINA, 1943). Entre as demais orientações contidas no documento, salientava-se a importância de registrar em atas as reuniões e as atividades de cada uma das associações, a fim de que não houvesse dúvida quanto à sua existência. Afirma, também, que “a escola que ainda não possui, pelo menos, uma associação, não deu ainda sinal de que está a caminho de sua evolução e não despertou para essa vibração que todos precisamos experimentar” (SANTA CATARINA, 1943). As informações referentes à caixa escolar, que deveriam ser emitidas via questionário, são as seguintes: arrecadação; despesa (total); saldo (verificado); alunos contemplados (quantos); sócios (quantos); outros auxílios (discriminar outros auxílios recebidos) (SANTA CATARINA, 1943).

As caixas escolares também são mencionadas no Decreto-Lei n. 298, de 18 de novembro de 1946, que expede a Lei Orgânica do Ensino Primário no Estado de Santa Catarina. Os dois únicos artigos que tratam da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário assim se referem a ela:

Art. 46º – O ensino primário é gratuito, o que não exclui a organização de caixas escolares a que concorram, segundo seus recursos, famílias dos alunos.

Art. 47º – A organização do funcionamento e a aplicação dos recursos das caixas escolares serão estabelecidas em regulamento próprio (SANTA CATARINA, 1946, Título V, Cap. I, Art. 46º e 47º).

O que fica estabelecido no artigo 46º denota claramente que, frequentar a escola, exigia mais do que acesso à vaga; demandava outros investimentos, que nem sempre estavam ao alcance de todas as famílias. De fato, “a imposição quanto à obrigatoriedade do ensino e a sua efetivação encontraram entraves de diversas ordens” (HOELLER, 2009, p. 45). Aqui chamamos a atenção especialmente para os entraves de ordem material, justamente os que a caixa escolar deveria suprir. Cabe ainda destacar o que trata o artigo 44º – *Das instituições complementares da escola*:

⁴¹ Função homologada apenas em 1947, pela Lei n. 40, de 12 de dezembro. Entre as atribuições do cargo, competia fiscalizar e apoiar as associações existentes e incentivar a criação de novas; organizar relatórios referentes às suas práticas; resolver consultas e dúvidas da escola, entre outros (OTTO, 2012, p. 68).

⁴² Clube agrícola; cooperativa; clube de leitura; círculo de pais e mestres; biblioteca; liga pró-língua nacional; pelotão da saúde; caixa escolar; jornal; liga de bondade; orfeão; museu e sopa escolar (SANTA CATARINA, 1942).

Art. 44º - Os estabelecimentos de ensino primário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições que tenham por fim a prática de atividades educativas; e, assim, também, entre as famílias dos alunos, e pessoas de boa vontade, instituições de **caráter assistencial** e cultural, que estendam sobre o meio a influência educativa da escola (SANTA CATARINA, 1946, Título IV, Cap. IV, Art. 44º) [grifo nosso].

Acredita-se que a caixa escolar se tenha configurado, em determinados momentos, entre as instituições de caráter assistencial, pois, seus objetivos legais, citados no início deste capítulo, consistiam basicamente em prestar auxílio aos alunos mais necessitados. O Decreto n. 967, de 25 de janeiro de 1941, que aprova e baixa instruções para a execução da inspeção nas escolas isoladas de Santa Catarina, refere-se à caixa escolar como instituição peri-escolar:

[...] os inspetores encontrarão mais facilidade e rapidez em obter recursos e auxílios de toda espécie para levar avante outras instituições **peri-escolares** de real vantagem para a educação da infância, tais como: Cooperativa e **Caixa Escolar**, Biblioteca e Museu Escolar, Liga Pró-Língua Nacional, Clube de Leitura, Pelotão da Saúde, Liga de Bondade, Clube Agrícola, Jornal Escolar, etc. etc. (SANTA CATARINA, 1941b, p. 175-176) [grifos nossos].

Como se vem discutindo, assim como as associações em geral, a caixa escolar foi caracterizada de diferentes formas, em variados momentos. Na legislação específica, era chamada de sociedade (Lei n. 1.130/1916; Decreto n. 961/1941), instituição (Decreto n. 976/1916; Decreto n. 961/1941; Decreto n. 1.669/1964) e associação (Decreto n. 976/1916). Nos relatórios⁴³ da caixa escolar, documentos expressivamente utilizados neste trabalho, ela é mencionada como associação, associação benéfica e/ou associação escolar. É importante ressaltar que estes relatórios estão, em grande parte, reunidos em livros⁴⁴ que abrigam um conjunto de relatórios de diversas associações escolares, de diferentes escolas e municípios, os quais eram enviados ao Departamento de Educação. Além de relatórios específicos da caixa escolar, encontram-se também nestes livros outros a respeito das associações liga pró-língua nacional, clube agrícola, jornal escolar, pelotão da saúde, biblioteca e museu.

⁴³ Relatórios correspondentes aos anos de 1944 e 1945.

⁴⁴ Estes livros, em sua maioria, são organizados pelo próprio Arquivo Público, que agrupa os documentos geralmente obedecendo a determinada semelhança/relação entre eles. Notou-se que em muitos deles, nos quais haviam sido reunidos os relatórios, havia um agrupamento já feito pelas escolas. Por exemplo: num determinado trecho do livro há uma espécie de capa que anuncia o “Relatório das Associações Auxiliares da Escola ‘tal’, do ano ‘tal’”, apresentando em seguida, separadamente, os relatórios de cada uma das associações presentes naquela escola, naquele ano.

Os dados que compõem o quadro n. 4 pretendem demonstrar o quanto a caixa escolar teve sua presença consolidada no conjunto das demais associações auxiliares da escola.

Quadro 4 - Associações e organizações escolares em funcionamento em 1942

Caixa Escolar	1.231
Cooperativa	80
Liga Pró-Língua Nacional	829
Biblioteca	530
Clube de Leitura	180
Jornal	539
Pelotão da Saúde	808
Liga de Bondade	261
Círculo de Pais e Professores	235
Clube Agrícola	624
Museu	205
Sopa Escolar	33
Orfeão	40
TOTAL	5.595

Fonte: Relatório apresentado ao exmo. sr. presidente da República, pelo dr. Nereu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina, em outubro de 1943 (exercício de 1942).

Localização: Acervo Apesc.

Embora o número de caixas escolares tenha diminuído em relação ao ano de 1941⁴⁵, elas continuam liderando todas as outras associações em termos de quantidade. Isso talvez se justifique por seu caráter assistencial, e/ou também pela obrigatoriedade de sua presença nas escolas, que já vigorava desde 1938.

• • •

Neste capítulo, foram apresentados dados que mostraram os auxílios aos alunos pobres como prerrogativa já prevista em lei, muito antes da existência da associação objeto desta pesquisa, logo após a instituição da obrigatoriedade escolar em Santa Catarina. Destacou-se, também, a preocupação com a obrigatoriedade e a frequência, e como a caixa escolar passou a contribuir nesta empreitada. Por fim, ela foi apresentada no rol das associações auxiliares do ensino, instituições fortemente disseminadas e valorizadas nas escolas, especialmente na década de 1940.

⁴⁵ Quando eram em número de 1.672, apresentado há pouco no relatório de 1941.

2 “DEVEMOS AUXILIAR OS DESAMPARADOS”: QUEM DOAVA E O QUE DOAVA?

Este capítulo assim se intitula em referência a uma frase predominantemente apelativa, encontrada num dos relatórios consultados. Nele, trata-se da constituição de renda da caixa escolar, buscando escrutinar quem eram seus sócios contribuintes e como eram realizadas as doações e contribuições. Para tanto, foram utilizados relatórios e livros de movimento de escolas e grupos escolares, correspondentes aos anos de 1944 e 1945. Os relatórios específicos estão reunidos em livros junto aos relatórios das associações auxiliares da escola, enviados periodicamente ao Departamento de Educação. Isto se fazia em cumprimento às determinações expressas no Decreto n. 961/1941, que prescrevia a necessidade de:

apresentar, com o <visto> do inspetor escolar, até quinze de dezembro, ao Departamento de Educação, o relatório sucinto, mas completo, do que houver na caixa durante o ano, acompanhado do balanço da receita e despesas, inclusive os comprovantes (SANTA CATARINA, 1941c).

Dentre os relatórios, foram identificados dois modelos diferentes, que podem ser observados nas imagens 2 a 4. Um deles é uma espécie de formulário padronizado (pequena ficha), provavelmente fornecido pelo DE, com campos de preenchimento para histórico, débito e crédito, além das datas correspondentes ao período das atividades ali descritas.

Figura 2 - Relatório padronizado

The image shows a handwritten ledger page from the State of Santa Catarina, Education Department, for the year 1941. The page is titled "ESTADO DE SANTA CATARINA", "SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA", and "DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO". It is dated "Ano 1941" and specifies "Escola Estadual Mista Deab." and "Grupo Escolar". The location is "Localidade Est. Sta. Catar." and the district is "Joinville". The movement of the school chest is recorded from "1º de outubro" to "1º de novembro de 1941". The ledger has columns for "Data 1941", "HISTÓRICO", "Débito (Arrecadação)", and "Crédito (Pagamentos)". The historical section includes entries for "Saldo do mês de setembro", "cobrança do mês de outubro", "atrasada", "Dep. esse mês escolar", and "Balancete". The debit column shows amounts such as 33.000, 3.500, 6.500, 43.000, 5.000, and 38.000. The credit column shows 5.000 and 5.000. The final balance is 38.000. The page is signed at the bottom by "J. P. Presidente" and "Manoel Calixeto Rodrigues".

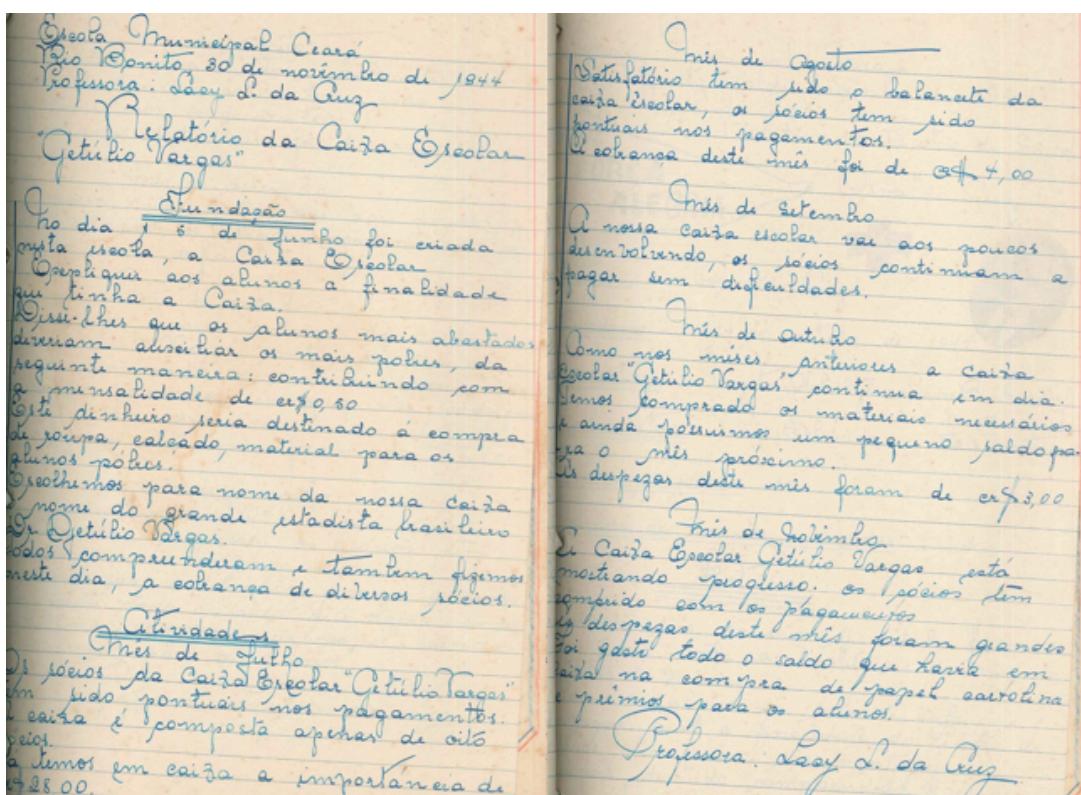
Data 1941	HISTÓRICO	Débito (Arrecadação)	Crédito (Pagamentos)
Mês Dia			
out 1º	Saldo do mês de setembro	33.000	
" 20-30	cobrança do mês de outubro	3.500	
" "	atrasada	6.500	
" "	Dep. esse mês escolar	43.000	5.000
	Balancete:	5.000	5.000
	Saldo p/ o mês de novembro:	38.000	
	Joinville, 1º de novembro de 1941.		
	6 Tesourero:		
	José Lobo Jardim.		
	J. P. Presidente:		
	Manoel Calixeto Rodrigues.		

Fonte: Movimento das Escolas Municipais, 1941.

Localização: Acervo Apesc.

O outro modelo é escrito à mão, geralmente mais detalhado, e conta com os seguintes itens: histórico, sócios, reuniões, alunos socorridos, orçamento, arrecadações, despesas, material adquirido, material distribuído, situação dos sócios e conclusão. Distintos apenas em detalhes, a semelhança prevalece na maioria dos itens; os dois modelos especificam os valores arrecadados, a proveniência das doações, despesas e gastos realizados durante um determinado período, geralmente de 4, 6 e/ou 12 meses de atividades. Os livros de movimento geralmente reúnem os orçamentos da caixa escolar, os quais deveriam ser propostos pela diretoria e previamente aprovados pelo DE; porém, também foi possível localizar, neste conjunto, alguns relatórios. Além dessas fontes, também são utilizados relatórios de governo e legislação sobre a caixa escolar referentes ao período em foco.

Figuras 3 e 4 - Relatório escrito à mão



Fonte: Relatórios da Associações Escolares dos municípios de Concórdia e Joinville/SC - 1944.

Localização: Acervo Apesc.

Com base no artigo 130 da Constituição da República de 1937, que afirma que “a gratuidade do ensino primário não excluiria o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados, podendo, assim, ser exigida uma contribuição módica e mensal para

a Caixa Escolar” [...] (SANTA CATARINA, 1939), o interventor federal no estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, estendeu a obrigatoriedade de organização das caixas escolares a todos os estabelecimentos estaduais e municipais de ensino primário (SANTA CATARINA, 1939). Além desta medida, regulamentada pelo Decreto-Lei n. 55, de 1938, determinou que nela deveriam ingressar os pais, ou representantes legais, dos alunos matriculados naqueles estabelecimentos, e a contribuição mínima anual deveria ser de “seis mil réis (6\$000) nas escolas isoladas e de doze mil réis (12\$000) nos Grupos Escolares e Escolas Normais”⁴⁶. Estes valores poderiam ser divididos em parcelas mensais, a serem pagas até o dia dez de cada mês, sendo facultado adiantar o pagamento total. Deste pagamento ficariam isentas as pessoas de notória escassez de recursos, condição que deveria ser declarada no ato da matrícula.

A partir desta medida, decorrente de uma proposta de âmbito nacional, é possível acreditar que:

Com o artigo 130, o Estado Novo forneceu indícios de não desejar carrear os recursos públicos provindos dos impostos para a democratização das oportunidades de educação para a população. Pelo contrário, deixou transparecer a intenção seguinte: **os mais ricos, diretamente, deveriam financiar a educação dos mais pobres.** Institucionalizou-se, assim a escola pública paga e o donativo obrigatório através da caixa escolar (GHIRALDELLI JR., 2003) [grifo nosso].

Nota-se, dessa forma, que, mesmo sendo a existência da caixa escolar anterior ao Estado Novo, o Decreto-Lei n. 55 colocou Santa Catarina em conformidade com as indicações constitucionais, ao menos no que tangia à obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário e à organização das caixas escolares. Os grifos acima e abaixo chamam a atenção para um discurso utilizado em diferentes instâncias, enfatizando a ideia de que os mais ricos tinham que ajudar os mais pobres. Exemplo disso é o que está registrado na abertura do relatório da caixa escolar “Getúlio Vargas” em 1944:

[...] no dia 15 de junho foi criada nesta escola, a Caixa Escolar. Expliquei aos alunos a finalidade que tinha a Caixa. Disse-lhes que **os alunos mais abastados deveriam auxiliar os mais pobres**, da seguinte maneira: contribuindo com a mensalidade de CR\$0,50. Este dinheiro seria destinado à compra de roupa, calçado, material para os alunos

⁴⁶ Até esse momento, não havia nenhuma referência à existência da caixa escolar em escolas normais, a não ser a presença do Decreto n. 976, de 14/11/1916 (que dá regulamento para as caixas escolares), entre os conteúdos da grade curricular da Escola Normal (SILVA, DANIEL, DAROS, 2005, p. 58).

pobres [...] – professora Lacy da Cruz, Rio Bonito, 30/11/1944⁴⁷ [grifos nossos].

A ideia anunciada era a de inculcar o espírito de solidariedade nas crianças desde muito cedo, a fim de que este tipo de ação fosse por elas naturalizada e propagada quando adultas. Além disso, desejava-se fazer entender que a solidariedade era um dever dos que tinham mais para com os que tinham menos. Enquanto esta premissa se alastrava nas pequenas ações, como se viu acima, “o Estado Novo praticamente abriu mão de sua responsabilidade para com a educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário em relação ao ensino” (GHIRALDELLI JR., p. 82, 2003). Desta forma, o Estado se reservou a tarefa de criar estratégias que concorressem para custear os gastos com a educação, passando então “a compartilhar, se não a transferir, ‘responsabilidades’ com a família, educadores, alunos ou sociedade civil, em engenhosos projetos que acabam por não tocar em questões fundamentais” [...] (GASPAR DA SILVA; BESEN; MASUTTI, 2010, p. 87), como a caixa escolar.

2.1 CAIXA ESCOLAR E A CONSTITUIÇÃO DE SUA RECEITA

As “utilíssimas organizações de assistência aos escolares desajudados da fortuna”, referidas assim pelo interventor federal Nereu Ramos (SANTA CATARINA, 1938a, p. 33), arrecadaram, no ano de 1934, uma receita equivalente a “10:971\$150”; já no ano de 1939, atingiu o montante de “141:460\$300” (SANTA CATARINA, 1940). Este valor, aumentado em 13 vezes num período de cinco anos, é representativo do quanto esta associação cresceu em termos de arrecadação. Isto pode ser compreendido, primeiro, pelo fato de estarem (ou deverem estar), a partir de 1938, presentes em todas as escolas estaduais e municipais de ensino primário; segundo, porque, também a partir deste período, pais ou representantes legais dos alunos matriculados foram convocados a contribuir com sua receita. Em relatório de 1939, Nereu Ramos credita às novas normativas impostas pelo Decreto n. 55 o “notável desenvolvimento” das caixas escolares, que, de 1937 para 1938, tiveram sua receita praticamente dobrada, passando de “46:406\$800 para 95:642\$250” (SANTA CATARINA, 1939). Um bom demonstrativo

⁴⁷ Relatório da Caixa Escolar Getúlio Vargas de 1944, da Escola Municipal Ceará, Rio Bonito presente em: Relatórios da Associações Escolares dos municípios de Concórdia e Joinville/SC, de 1944. Não há nenhuma identificação neste relatório do município ao qual pertence.

que permite observar esse crescimento em termos numéricos pode ser visualizado na figura n. 5.

Figura 5 - Movimento das caixas escolares de 1934 a 1947

A N O S	Receita (Cr\$)	Despesa (Cr\$)	Saldo (Cr\$)
1934	10 971,15	7 176,62	3 794,53
1935	23 761,20	16 967,12	6 794,08
1936	32 567,83	23 389,20	10 178,67
1937	46 406,88	32 059,60	14 346,48
1938	95 462,25	58 419,27	37 122,97
1939	141 460,29	87 396,91	54 063,38
1940	171 999,02	116 528,32	55 470,70
1941	242 498,15	192 574,80	49 923,35
1942	290 373,95	268 803,42	21 570,53
1943	329 134,60	312 116,40	17 018,20
1944	421 317,00	407 696,40	13 620,30
1945	469 374,00	456 167,00	13 207,00
1946	525 807,10	525 807,10	—
1947	680 392,80	675 908,30	4 484,50

Fonte: Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 15 de abril de 1948, pelo Governador Dr. Aderbal R. da Silva.

Localização: Acervo Apesc.

Embora este documento date de período posterior ao proposto para esta pesquisa, ele apresenta um balanço geral da receita, despesa e saldo das caixas escolares por todo o estado durante 13 anos, incluindo o período aqui abarcado para análise (1938-1945). Conforme pode ser observado na terceira coluna, com exceção do ano de 1946, havia saldo disponível em todos os anos; em alguns, o valor era bem considerável, como, por exemplo, nos anos 1938, 1939, 1940 e 1941. Segundo orientação do Decreto nº 961/1941:

os saldos das caixas escolares porventura apurados no fim de cada ano serão recolhidos a instituição de crédito, em conta da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, para reforço de outras caixas, a juízo do Secretário (SANTA CATARINA, 1941c).

A figura abaixo (Fig. 6) retrata a movimentação financeira desta associação por município, correspondente ao ano de 1941.

Figura 6 - Movimento financeiro das caixas escolares em 1941

O movimento financeiro dessas instituições foi durante o ano escolar o seguinte, por município:

MUNICÍPIO	RECEITA	DESPESA	SALDO
Araranguá	8:496\$000	7:095\$600	1:400\$400
Biguassú	4:102\$200	4:001\$800	100\$400
Blumenau	20:657\$100	14:430\$400	6:226\$700
Bom Retiro	1:134\$500	794\$500	340\$000
Brusque	8:835\$100	8:164\$900	670\$200
Caçador	502\$700	385\$300	117\$400
Camboriú	1:614\$500	1:264\$800	349\$700
Campo Alegre	2:562\$700	2:225\$000	337\$700
Campos Novos	4:749\$600	4:587\$800	161\$800
Canoinhas	10:290\$950	8:214\$200	2:076\$750
Concórdia	1:422\$700	976\$300	446\$400
Cresciúma	5:093\$900	3:344\$500	1:749\$400
Cruzeiro	3:465\$600	2:476\$500	989\$100
Curitibanos	1:439\$200	833\$300	605\$900
Florianópolis	11:483\$400	10:125\$800	1:357\$600
Gaspar	3:895\$600	3:469\$900	425\$700
Hamônioia	7:914\$500	3:973\$300	3:941\$200
Imaruí	653\$000	462\$700	190\$300
Indaial	11:043\$600	6:079\$600	4:964\$000
Itaiópolis	1:304\$200	820\$400	483\$800
Itajaí	13:581\$800	10:110\$300	3:471\$500
Jaguaruna	910\$800	882\$200	28\$600
Jaraguá	16:110\$700	12:091\$200	4:019\$500
Joinville	17:880\$200	15:353\$900	2:526\$300
Lajes	3:945\$200	3:419\$200	526\$000
Laguna	6:466\$900	6:154\$100	312\$800
Mafra	2:017\$800	2:005\$400	12\$400
Nova Trento	907\$600	679\$200	228\$400
Orléans	2:561\$600	1:520\$200	1:041\$400
Palhoça	5:731\$300	5:571\$600	159\$700
Paratí	1:794\$200	1:582\$000	212\$200
Pôrto Belo	211\$000	180\$700	30\$300
Pôrto União	4:524\$900	4:521\$200	3\$700
Rio do Sul	8:415\$000	7:727\$500	687\$500
Rodelo	1:679\$800	954\$100	725\$700
São Bento	9:487\$600	7:097\$900	2:389\$700
São Francisco	3:424\$500	3:410\$300	14\$200
São Joaquim	1:328\$700	699\$800	628\$900
São José	7:562\$600	7:398\$000	164\$600
Tijucas	3:781\$300	3:274\$300	507\$000
Timbó	9:423\$300	5:500\$800	3:922\$500
Tubarão	3:956\$600	3:583\$000	373\$600
Urussanga	3:429\$000	3:034\$600	394\$400
Xapéco	2:704\$700	2:096\$700	608\$000
ESTADO	242:498\$150	192:574\$800	49:923\$350

Fonte: Relatório apresentado ao exmo. sr. presidente da República, pelo dr. Nereu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina, out. 1942 (exercício 1941).

Localização: Acervo do Setor de Obras Raras da BPSC

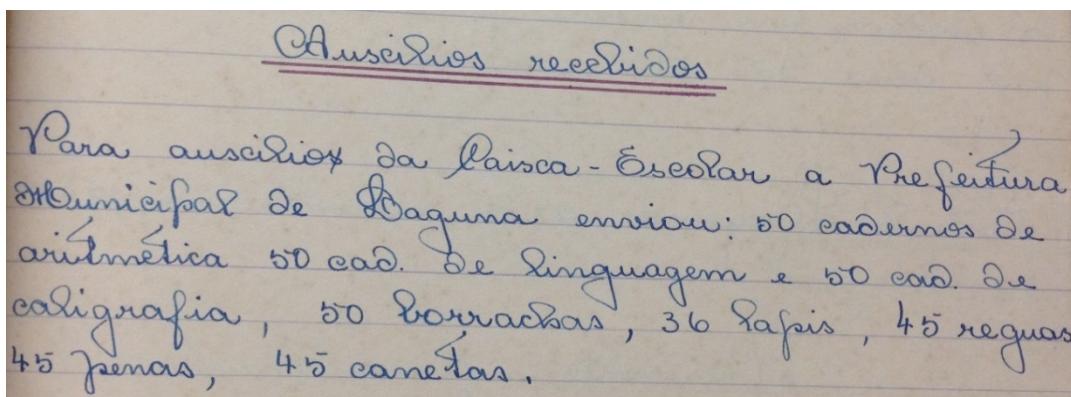
Tais receitas constituíam-se da seguinte forma:

- a) a contribuição a elas destinadas pelo decreto-lei n. 55, de 03 de fevereiro de 1938;
- b) taxas e contribuições concedidas pelo Estado e pelo município;
- c) produto de subscrições, quermesses e diversões organizadas em seu benefício;

- d) legados e donativos;
- e) as importâncias descontadas dos vencimentos dos professores e demais funcionários do estabelecimento;
- f) as mensalidades e contribuições (SANTA CATARINA, 1941c)⁴⁸.

Com base no material consultado, constatou-se que a receita geralmente se constituía de forma sincronizada com as regulamentações propostas pelo estado. Ela advinha principalmente de contribuições de sócios (pais de alunos), arrecadações e mensalidades⁴⁹, legados e donativos, festivais, produto de diversões e desconto do vencimento de professores, além de rifas e contribuições da prefeitura. A maioria das arrecadações era feita em dinheiro. Embora com menor incidência, já foi localizada, a descrição de doações em material escolar, exemplo que pode ser visualizado na figura n. 7.

Figura 7 - Auxílios recebidos pela Caixa Escolar⁵⁰



Fonte: Orçamento da caixa escolar - 1945.

Localização: Acervo Apesc.

Os auxílios, em geral, consistiam em materiais escolares feitos pela prefeitura ou pelo próprio DE; porém, localizou-se também a descrição de auxílio em uniformes aos alunos pobres, feito pela Legião Brasileira de Assistência e pelos próprios sócios, e doação em fazenda/tecido para confecção de uniformes. Outras doações em materiais

⁴⁸ Optou-se por referenciar a legislação de 1941, primeiro, por ser a mais próxima dos documentos consultados; segundo, porque ela “supera” a que consta no Regulamento de 1938, no item <e>. Não havia, até então, indicação de que os vencimentos descontados de professores e funcionários integrariam a receita da caixa escolar.

⁴⁹ Geralmente, num mesmo relatório, descreve-se a receita através de <contribuição> e <mensalidade>, assim como em muitos deles também se encontra a descrição de <arrecadações>, <contribuição de sócio> ou simplesmente <sócios>, <contribuição mensal>, <cobrança do mês>, etc. Acredita-se que, embora as descrições apareçam nomeadas de formas diferentes, a maior parte da receita se constitua de mensalidades de sócios, pais de alunos matriculados, pois, em muitos dos relatórios mais detalhados, consta geralmente uma lista de nomes dos sócios quites com a mensalidade, ou o número de sócios quites e não quites. Muitos relatórios também exaltam a participação dos pais, enquanto alguns relatam as dificuldades de manter a associação em funcionamento.

⁵⁰ Portinho – Laguna/SC.

foram localizadas no Livro de Ouro da Caixa Escolar (documento que será tratado no item seguinte). Ainda segundo os relatórios consultados, rifas e festivais habitualmente eram organizados por professores, com a colaboração de pais de alunos, para incremento da receita da caixa escolar.

A documentação consultada também revela que, embora os pais dos alunos tenham sido convocados a contribuir com a receita da caixa escolar, conforme orientação do Decreto n. 55/1938, isto não se fez sem alguma dificuldade, esporadicamente expressa em determinados relatórios:

Ao contribuírem os sócios reclamam sempre que não podem, visto serem todos pescadores e embora trabalhe com o máximo interesse, assim como para outra qualquer associação, visto que esmorece dia a dia, apesar de ser bastante recomendada por V.S. a criação e os cuidados que merecem cada associação; não há meios de incutir no espírito dos pais dos escolares sua necessidade; assim espero para que no ano de 1946 estejam mais concordados ou talvez esta associação seja por eles completamente abandonada, conforme demonstram; mas quanto ao meu interesse e força de vontade jamais esmorecerá - Parobé, 28/11/1945, Silvia W. Moraes, professora (Relatório da Caixa Escolar da Escola Mista Estadual de Parobé, município de Laguna/SC)⁵¹.

O desabafo da professora, também secretária da caixa escolar, ao concluir o relatório do ano de 1945, dirigido ao titular do Departamento de Educação, expressa parte das dificuldades vividas pelas famílias dos alunos matriculados em determinadas escolas e localidades, e também o empenho dos professores, geralmente envolvidos na diretoria e nas atividades desta e de outras tantas associações. O relato acima dá indicativos do quanto a presença das associações era estimada e estimulada pelo Departamento de Educação, à época órgão responsável pelo gerenciamento das atividades do ensino em Santa Catarina. A sobrecarga de trabalho dos professores com as atividades das associações foi tema da Circular nº 76⁵², de 16 ago. 1943.

O Departamento de Educação tem conhecimento de que professores se queixam de excesso de trabalho, em virtude das associações auxiliares da escola. Dizem os professores que elas lhes trazem tal soma de serviços, esgotando as suas forças e invadindo até as suas horas de lazer; que a sobrecarga de serviço os deixa terrivelmente desanimados, sacrificados, etc. (SANTA CATARINA, 1945, p. 71).

Dante dessas reclamações, surpreendeu-se o Departamento de Educação ao verificar “que as associações auxiliares da escola vêm, na sua maior parte, sendo dirigidas

⁵¹ Orçamento da Caixa Escolar 1945. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Movimentos de Caixa de Escolas e Grupos Escolares*, 1945. Localização: Acervo Apesc.

⁵² Este tema havia sido desenvolvido na reunião de inspetores escolares em 1943.

e executadas, em tudo e por tudo, pelo professor [...]” (SANTA CATARINA, 1945, p. 72). O argumento era de que, desta forma, os professores estariam desvirtuando o sentido elevado das associações, pois que eram os alunos, “com os seus mal traçados primeiros passos”, que deveriam executar os trabalhos, sob orientação e supervisão do professor (SANTA CATARINA, 1945, p. 72). Conforme vimos no capítulo anterior, a caixa escolar foge um pouco desta configuração, pois sua administração era conduzida exclusivamente por adultos (professores, diretores e pessoas da comunidade).

Mas não são somente as dificuldades relatadas em alguns documentos que representam a atuação da caixa escolar neste estado. Relatos de apoio recebido, e principalmente do bom andamento das atividades desta associação, são mais recorrentes do que o citado há pouco. A maioria dos relatórios apresenta, no item <conclusão>, o seguinte desfecho: “Ao concluirmos o presente relatório, devemos levar ao conhecimento de V.S. que os trabalhos ocorreram regularmente e que todos os membros da diretoria se acham munidos da melhor boa vontade para trabalhar em prol dessa tão útil associação escolar”⁵³. E há também, ainda que em menor número, os que assim se manifestam:

A caixa Escolar [...] é uma das instituições que mais presta auxílio aos alunos pobres dessa escola, não deixando-os desprovidos de material. Quanto ao pagamento das mensalidades, **os sócios não deixaram de cumprir com seus deveres**. [...] Temos portanto obtido ótimos resultados com a Caixa Escolar [...], a qual muito colabora com a professora na ministração do ensino dessa escola – Rio Bonito, 30/11/1944, Nair Moreira, professora (Relatório da Caixa Escolar Anchieta, da Escola Rio Bonito)⁵⁴ [grifo nosso].

O grifo denota tensões num discurso um tanto contraditório, pois que era dever do Estado oferecer educação primária gratuita, cabendo-lhe, “nas suas condições e intenções”, privilegiar ou relegar “a oferta do ensino primário em sua jurisdição” (HOELLER, 2009, p. 21). Parece, contudo, que isso não foi suficiente para que de fato tal premissa se concretizasse de forma satisfatória, exigindo-se, assim, entre outras medidas, a criação e posterior manutenção das caixas escolares, conforme citação de Greive:

[...] na história de instalação e desenvolvimento da escola pública no Brasil, apesar das garantias em lei quanto à gratuidade escolar, o Estado teve dificuldades de cumprir, e fez apelos para as pessoas gradas das localidades contribuírem com manutenção da escola ou mesmo impôs a contribuição financeira para as Caixas Escolares (2015, p. 9).

⁵³ Relatório da Escola Estadual de Paulista, do ano de 1944, município de Laguna/SC, localizado em: Documentos da Caixa Escolar das Escolas Municipais, 2º semestre de 1944. Acervo: Apesc.

⁵⁴ Relatório da Caixa Escolar da Escola Rio Bonito, do ano de 1944, localizado em: Relatórios da Associações Escolares dos municípios de Concórdia e Joinville/SC, de 1944. Não há nenhuma identificação, neste relatório, do município ao qual estaria vinculado.

Os pais dos alunos, como já vimos, além da obrigação de matriculá-los na escola, sob pena de multas caso não o fizessem, tinham também, na condição de sócios da caixa escolar, deveres a cumprir. No caso específico da legislação catarinense atinente a esse tipo de associação, os sócios tinham como deveres: - concorrer com a mensalidade de 1\$000; - incrementar o desenvolvimento da associação; - observar os estatutos; - aceitar e exercer os cargos que lhes forem cometidos, dando-lhes o melhor desempenho (SANTA CATARINA, 1939). Apesar de o Decreto n. 961/1941 ser posterior ao de número 55/1938, ele foi estabelecido em cumprimento a este; suas disposições, portanto, revogam apenas o Decreto n. 976/1916. Em 1941, pelas determinações do Decreto n. 961, os sócios protetores e benfeiteiros tinham o dever de “a) eleger os membros do conselho da Caixa; b) fazer propaganda da instituição e esforçar-se pela sua prosperidade e eficiência” (SANTA CATARINA, 1941c). Sócios protetores são professores, alunos (estes últimos, excluídos do dever a que se refere a letra <a>) e benfeiteiros, pessoas que possam contribuir espontaneamente e os que de fato contribuírem segundo indicação do Decreto-Lei n. 55/1938, quer dizer, os pais dos alunos matriculados (SANTA CATARINA, 1941c).

2.2 “QUEM DÁ AOS POBRES EMPRESTA A DEUS”

Etimologicamente, o verbo *dar* quer dizer “ceder gratuitamente, fazer doação de...”, enquanto que o termo *empresta*, do verbo emprestar, significa “confiar, dar alguma coisa a outrem com a obrigatoriedade de restituição” (MICHAELIS ONLINE, 2009). Se dar aos pobres é emprestar a Deus, espera-se alguma coisa de volta, em restituição àquilo que lhe foi emprestado. É a esta ideia que se filia o *slogan* escolhido como título para este item. Ele deriva de um famoso ditado presente em Provérbios (19,17), na Bíblia Sagrada – *Quem se apiada do pobre, empresta ao Senhor, que lhe restituirá o benefício*⁵⁵. Pensando assim, tem-se que "a esmola é de um mérito tão grande aos olhos de Deus, que

⁵⁵ Fonte: <http://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria-vs-la-biblia-de-jerusalen/proverbios/19/>. Acesso em: mar. 2017.

ela é muito poderosa para atrair sobre nós as misericórdias de Deus, que ela parece colocar nossa Salvação em segurança" (VIANNEY⁵⁶, s/d. *apud* ABREU, 2013).

Esta espécie de *slogan* estampa a contracapa do livro de ouro da caixa escolar, localizado no acervo de um antigo grupo escolar⁵⁷ catarinense. Este livro específico contém listas com assinaturas de pessoas que fizeram suas doações para a caixa escolar entre 1945 e 1993⁵⁸. Entre as doações discriminadas, encontram-se donativos em dinheiro, em mercadorias⁵⁹ e contribuições em dinheiro especificamente para compra de material didático. Ainda usado nos dias de hoje para fins semelhantes⁶⁰, o livro de ouro é o suporte material no qual se inscrevem os nomes das pessoas que dão sua contribuição para um fim altruístico (MICHAELIS). Se existiu, e ainda existe, um livro de ouro para assinatura de pessoas que fazem doações, é porque tal ação era, e ainda é, de grande importância, especialmente para os que têm o seu nome registrado em tão distintivo livro. Ao que tudo indica, esta prática tinha como intento exaltar atitudes que fossem dignas de servir de exemplo, e, acima de tudo, despertar, num sentido convidativo, as pessoas abastadas da sociedade a se engajarem em tal causa. Pensando assim, parecia “oportuno inserir a ideia de que seria fundamental que os indivíduos conhecessem exemplos que materializassem os comportamentos desejados e os tivessem para imitar” (GASPAR DA SILVA, 2004, p. 230).

⁵⁶ “João Maria Batista Vianney, sacerdote francês, conhecido como Santo Cura de Ars, foi canonizado e declarado padroeiro de todos os párocos do mundo. Com fé, amor e dedicação, transformou o pequeno vilarejo de Ars. Mais informações em:

<http://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2015/08/04/curiosidades-sobre-a-vida-de-sao-joaо-maria-vianney/>.

⁵⁷ O livro de ouro é, dentre outros, um documento localizado num levantamento de fontes, realizado por integrantes do grupo de pesquisa “Objetos da Escola” em fevereiro de 2014, no antigo grupo escolar hoje denominado Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares, localizada na cidade de Rio Negrinho, norte de Santa Catarina. Para saber mais sobre o acervo desta escola, ver: http://www.pensaraeducacaoempauta.com/?escaped_fragment=acrisendasuniversidadesestaduais%2Fc1cd0#!vera-gaspar-7ago/c21wi.

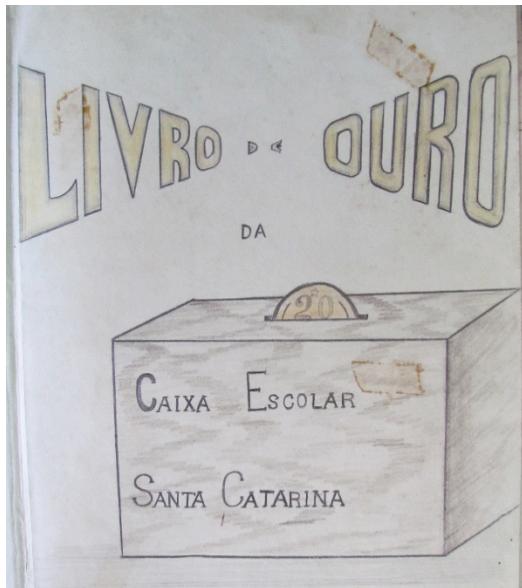
⁵⁸ Não constam doações de todos os anos compreendidos entre 1945 e 1993.

⁵⁹ Denominados como prendas, tais como bolos, galo, garrafa de vinho, cuques (bolo semelhante a cuca alemã), pães, salame e bolacha.

⁶⁰ Veja-se, como exemplo, a ação da Faculdade de Medicina da USP, por ocasião do seu centenário, em 2012. Desejando celebrar a data com simpósios, palestras, inaugurações, exposições, cursos, congressos, publicações e eventos, criou um Fundo de Doações pelo qual qualquer pessoa poderia dar sua contribuição. Ao final do período de comemorações, seria impresso um livro de ouro com os nomes e fotos de todos os doadores, que ficaria exposto no Museu da FMUSP para ser apreciado pelas próximas gerações. Na página indicada a seguir, é possível conferir os doadores: <http://www2.fm.usp.br/livrodeouro/>). Para outros exemplos, consultar:

<http://www.unifalimg.edu.br/centenario/livro-de-ouro> (2014) e <http://50anos.univille.br/> (2015). Acesso em: 27 out. 15.

Figuras 8 e 9 - Páginas iniciais do livro de ouro da caixa escolar



Fonte: Livro de Ouro da Caixa Escolar, 1945.

Localização: Arquivo EEBPMT.

Seguindo esta reflexão, supõe-se que a caixa escolar se tenha constituído num dos dispositivos “concebidos e acionados não só para “reconhecer” determinados feitos, mas para fortalecer determinadas condutas e solucionar problemas que demandariam outra ordem de investimento” [...] (GASPAR DA SILVA, 2004, p. 231), ou seja, o provimento material da escola primária, de responsabilidade do Estado, e neste caso específico, de caráter assistencial, dirigido aos escolares pobres.

Acredita-se, por esse tipo de interpretação, que a iniciativa de veicular o *logan* “Quem dá aos pobres empresta a Deus” associado à caixa escolar teve o objetivo de despertar nas pessoas com mais recursos a caridade pelas que os possuíam de menos. A palavra caridade significa “amor de Deus e do próximo, benevolência, bondade, bom coração, compaixão, beneficência, esmola” (MICHAELIS). Segundo Irene Rizzini⁶¹ (2011, p. 92), “a ideia de caridade era intimamente associada ao amor a Deus [...], ato pelo qual fazemos bem ao próximo pelo amor de Deus”. Esta autora, no livro “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil” (2011), aborda, entre outras questões, as origens da assistência humanitária ao pobre, que se teria iniciado na Idade Média, sob o domínio religioso. Partindo deste princípio, “uma atitude caritativa

⁶¹ A autora traz essa definição baseada na Grande Encyclopédia Portuguesa e Brasileira (sd).

para com os pobres era condição primordial para a salvação da alma [...], a contribuição através de esmolas e doações constituía, portanto, uma obrigação do indivíduo” (RIZZINI, 2011, p. 91). Fica evidente que o desenho estampado na abertura do livro de ouro da caixa escolar, expresso pelas imagens 7 e 8, estaria relacionado a essa ideia de caridade, de modo que, embora indiretamente, a “oferta” aos pobres seria recompensada por Deus.

Acompanhando a reflexão de Irene Rizzini, “a ideia de caridade adquiriu, no século XVIII, a conotação de uma virtude de cunho humanitário, associada a um sentimento de fraternidade” (SOARES, 1952 *apud* RIZZINI, 2011, p. 92). A partir daí, passou a ser designada por termos como compaixão, misericórdia, beneficência, benevolência e filantropia, que “pode ser entendida como um traço das sociedades modernas, resultante de uma percepção da desigualdade social, o que faria brotar a paixão diante da miséria humana” (SOARES, 1952 *apud* RIZZINI, 2011, p. 92). É neste contexto, ainda com base na reflexão da autora, que o termo filantropia acaba se integrando à linguagem de uso popular, fazendo com que a caridade de cunho religioso fosse gradualmente cedendo lugar à caridade de caráter laico. Para isso concorreram muitos fatores; entre eles, “a expansão demográfica, o crescimento das cidades e as mazelas decorrentes deste processo; as mudanças na estrutura da família patriarcal e a emergência das classes médias urbanas” (RIZZINI, 2011, p. 93). Esta composição ajuda a compreender por que, mesmo quase na metade do século XX, se pretendeu associar a ideia de caridade (no sentido religioso do termo) às doações feitas para a caixa escolar.

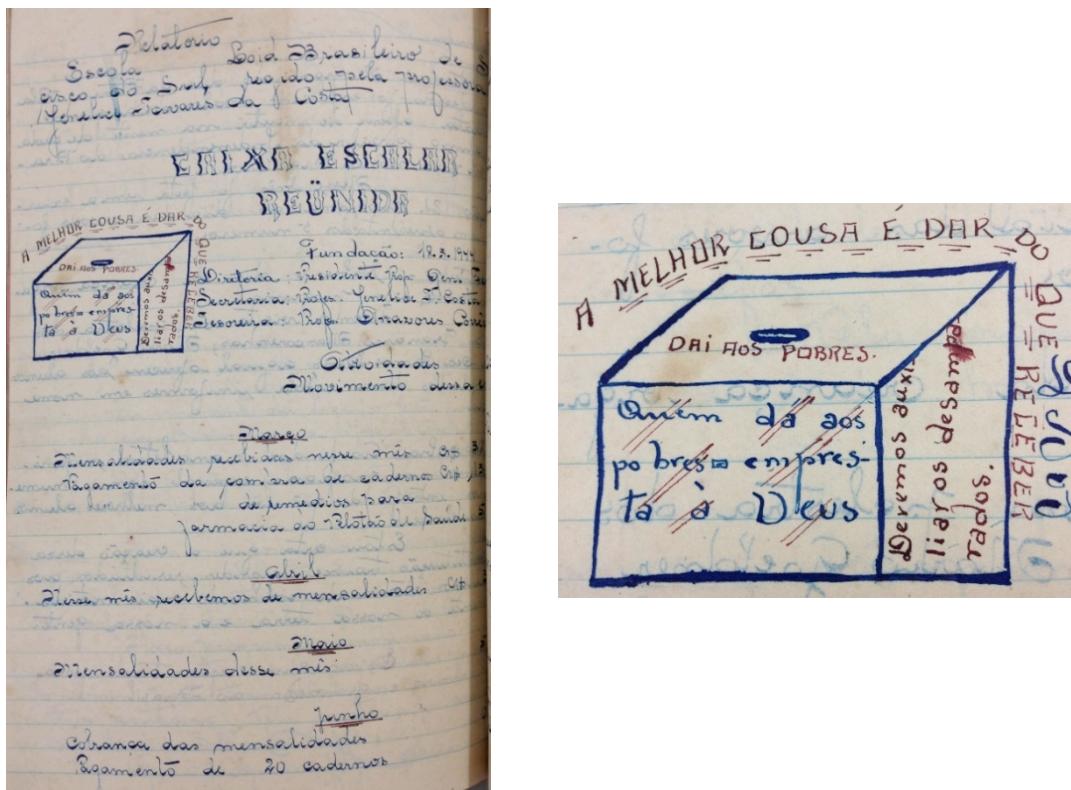
A filantropia entrou em cena para atender às demandas impostas pela instituição de uma nova ordem política, econômica e social. A força da filantropia resultou da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna, uma espécie de ajuste entre liberdade e ordem; mercado livre e trabalho. [...] Por um lado, mantinha-se a finalidade de salvação da alma, de cunho religioso, pela ação caritativa de indivíduos através de sociedades filantrópicas; e, por outro, impunha-se o reestabelecimento da ordem [...] (RIZZINI, 2011, p. 93 e 94).

Embora nenhum desses termos – caridade e filantropia – apareça explicitamente relacionado às atividades da caixa escolar, nem mesmo às suas determinações legais, documentos como o livro de ouro, e alguns relatórios, tratados na sequência, levam a pensar que tais termos fizeram parte de um imaginário criado em torno de tal associação, inicialmente relacionando suas ações à esfera religiosa e, posteriormente, tendendo mais a

um caráter sociofilantrópico, seguindo, desta forma, a linha de pensamento de Rizzini (2011).

Conforme anunciado, não foi apenas o livro de ouro o responsável por veicular o *slogan* do qual se tem tratado neste item; ele também foi encontrado em alguns relatórios da caixa escolar, como pode ser verificado nas figuras 10 a 13, que se seguem.

Figuras 10 e 11 - Relatório da Caixa Escolar Reunida das Escolas Isoladas Municipais da cidade de São Francisco do Sul/SC – 1944



Fonte: Relatórios de Associações Escolares dos municípios de São Francisco do Sul, Timbó, Rio do Sul e Tijucas/SC – 1944.

Nota-se que os dizeres inseridos nas imagens 8 e 9, que ilustram os Relatórios de Associações Escolares dos municípios de São Francisco do Sul, Timbó, Rio do Sul e Tijucas/SC – 1944, vão além do *slogan* em questão, incitando um pedido ainda mais apelativo - *Dai aos pobres; A melhor coisa é dar do que receber; Devemos auxiliar os desamparados* -, tentando incutir a ideia de que a condição de doador é mais confortável (e nobre) do que a de receptor, e os que possuem recursos têm o dever de auxiliar os mais pobres.

Figura 12 - Relatório da Caixa Escolar Duque de Caxias



Fonte: Relatórios das Associações Escolares, 1944, município de Campo Alegre/SC.
Localização: Acervo Apesc.

Figura 13 - Relatório da Caixa Escolar Bateas de Cima



Fonte: Relatório das Associações Escolares, 1944, município de Campo Alegre/SC.

Ao final deste relatório, a prof.^a Jenelice Tavares da Costa, secretária da associação, explica que o intuito de formar uma caixa escolar reunida é que uma poderá auxiliar a outra. Quer dizer, aquela que render mais auxilia a que render menos. Sabe-se que organizações desta natureza eram previstas pelo Decreto n. 961/1941, ao determinar: “Nos lugares onde houver mais de uma escola isolada, as escolas existentes constituirão uma só caixa” [...] (SANTA CATARINA, 1941c).

• • •

Neste segundo capítulo, apresentou-se inicialmente o quanto a estratégia apelativa da Constituição Federal de 1937, ao “sugerir” que as pessoas com mais recursos contribuissem com a manutenção das caixas escolares, influiu nas ações desta própria instituição e nas de professores e pessoas com ela envolvidos. Foi visto, também, como se constituía a receita da caixa escolar, “revelando” os pais dos alunos como seus maiores contribuintes. Por fim, mostrou-se que as ações da caixa escolar também tiveram, em determinados momentos e lugares, uma inclinação religiosa, que se valia da ideia de caridade e temor a Deus.

3 O QUE SE COMPROVA E PARA QUEM: CAIXA ESCOLAR E A INFÂNCIA POR ELA REVELADA

A infância, categoria volátil, no desenho dos tempos que se modernizam, não passará despercebida pelo Estado e pelos interessados no progresso da sociedade, da ciência e da economia e passará também a ser problematizada, principalmente pelos vieses da medicina, da lei, da educação e da assistência (CORDEIRO, 2015, p. 37/38).

A infância pode se desdobrar em várias categorias. Como sugere o título deste capítulo, a que se revela a partir das ações da caixa escolar se faz justamente por não passar “despercebida pelo Estado”, conforme as palavras de Cordeiro (2015).

Neste último capítulo, terá centralidade a reflexão acerca das compras que se realizavam com as arrecadações da caixa escolar, e seus beneficiários. Para tanto, assim como no capítulo anterior, utilizar-se-ão principalmente dados extraídos de relatórios e livros de movimento de caixa de escolas e grupos escolares, além, é claro, de toda documentação normativa utilizada ao longo da pesquisa. Entende-se, na leitura e interpretação das fontes, ser de fundamental importância “analisar o contexto de produção dos diferentes discursos, os efeitos pretendidos, os sujeitos produtores e os leitores a quem se dirigiam” [...] (GOUVÊA, 2003, p. 203). Desta forma, tem-se consciência de que tais documentos expressam uma verdade parcial, mas construída com intencionalidades. É sabido que a documentação produzida pelas escolas atendia às exigências impostas pelos órgãos reguladores, por instrumentos como leis, decretos, regulamentos, circulares, entre outros. Daí poder-se compreendê-la como a “realização e expressão dos imperativos legais [...], a própria lei em sua dinâmica de realização” (FARIA FILHO, 1998, p. 94 e 95).

Inicialmente, é preciso esclarecer que a infância de que aqui se trata, por extensão da caixa escolar e sua atuação, se caracteriza como infância pobre, uma subdivisão da infância, termo que, no singular, “seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns às diferentes crianças” (FREITAS; KUHLMANN, 2002, p. 7), mas que, em geral, deve ser compreendida e interpretada em sua pluralidade, como infâncias. Sobre esta questão, Gouvêa (2003, p. 205) afirma que “a definição de infância não assume um significado unívoco, remetido exclusivamente à faixa etária [...] constrói-

se associada à condição social da infância, à inserção da criança num grupo social, étnico e de gênero” [...]. Ainda segundo esta autora, “no Brasil, falar da história da infância no singular é desconsiderar os pertencimentos étnicos, sociais e culturais que irão delinear o processo de construção de diferentes infâncias e de socialização da criança” (GOUVÊA, 2003, p. 199).

Aliada a esta ideia, acredita-se que a infância pobre, especificamente a que era/é atendida pela caixa escolar, seja uma das múltiplas infâncias existentes. Nesta pesquisa, agrega-se a ela um termo de importante distinção, o da escolarização. Portanto, “ao se inserir no espaço escolar, a criança transforma-se em aprendiz ou aluno” (GOUVÊA (2003, p. 206), protagonizando o aparecimento de um novo sujeito, o aluno pobre.

Como já se tem visto em outros trechos deste trabalho, o aluno pobre, que por vezes também tem sido designado como indigente e necessitado, foi alvo de inúmeras políticas educacionais, especialmente as de assistência, desde o final do século XIX. Este cenário se mantém ao longo do século XX, sobretudo nas políticas encampadas pelo governo de Getúlio Vargas, para o qual “a preocupação com a criança [...] não se restringia apenas à esfera assistencialista. [...] A criança, compreendida na figura do aluno, era considerada como promessa de um futuro próspero e de uma nação soberana” (SILVA, 2004, p. 3). Tais propostas ganhavam eco em Santa Catarina, especialmente nos anos de 1930 a 1940, em discursos protagonizados pelo interventor federal, Nereu Ramos. Esta autoridade:

[...] preocupava-se também em desenvolver programas onde as crianças eram colocadas como centro dos debates governamentais. [...] é possível observar durante o seu governo uma forte preocupação com a assistência à criança, compreendida dentro das esferas da educação, saúde e desenvolvimento social, e atrelada a uma política nacional mais ampla articulada com as ideias e aspirações de Getúlio Vargas (SILVA, 2004, p. 4 & SILVA, 2003, p. 64, respectivamente)⁶².

Um forte indicativo de que as crianças tiveram lugar de destaque na retórica das políticas empreendidas durante o Estado Novo está materializada na realização das semanas da criança, evento idealizado e patrocinado pelo Departamento Nacional da Criança⁶³, cuja organização se deu em nível nacional (SILVA, 2003). Em Santa Catarina,

⁶² A citação se refere a duas passagens da mesma autora, extraídas, porém, de trabalhos distintos.

⁶³ Um projeto sobre a criação deste órgão foi enviado ao presidente Getúlio Vargas em 1938, sem autoria identificada, mas sua aprovação se deu apenas em 1940, após Gustavo Capanema, ministro da educação na época, ter retomado a proposta (SILVA, 2004). Sob o Decreto-Lei nº 2024, ficou então criado o Departamento Nacional da Criança para se constituir no “órgão supremo de coordenação de todas as

elas se realizaram entre os anos de 1942 e 1944, em consonância com discussões e ideias da criança:

[...]debatidas também em âmbito nacional e o estabelecimento de uma política da infância de caráter sobretudo assistencialista, onde a criança ocupava um lugar de promessa e aposta num futuro de grande desenvolvimento nas várias instâncias sociais (SILVA, 2003, p. 77).

Embora não seja o foco desta pesquisa, é importante fazer referência a tais eventos, visto que as crianças ocupavam lugar central em suas atividades. Em circular de 1945, dirigida aos inspetores e diretores escolares pelo diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, cujo assunto era a Semana da Criança em Santa Catarina, consta o seguinte:

A “Semana da Criança” é levada a efeito anualmente com o fim de chamar a atenção pública para os problemas de proteção à infância, focalizando, de cada vez, um dos assuntos de maior urgência ou importância imediata. O tema da Semana deste ano foi precisamente escolhido para atender necessidades do momento, em face da crise de alimentos que atravessa o país. A criança, **o maior capital e a melhor esperança da Pátria**, deve ser amparada e assistida em todas as suas necessidades, a começar, porém, pela alimentação, de importância básica para a sua saúde e o seu desenvolvimento normal (SANTA CATARINA, 1945) [grifos nossos].

Além desta circular, foi localizado, junto aos relatórios das associações escolares, um álbum da Semana da Criança, também referente ao ano de 1945. Trata-se de uma espécie de relatório das atividades realizadas durante a Semana da Criança na Escola Estadual de Encruzilhada da Cruz, do município de Joinville/SC. Há, neste documento, mais textos e dizeres de exaltação à infância e seus cuidados, à pátria e ao professor, do que propriamente descrição das atividades em si. Praticamente todas as páginas são ilustradas com recortes de figuras coloridas de crianças brincando; também há algumas fotografias, uma delas a de um aluno que se teria destacado durante o ano letivo⁶⁴. Numa das páginas, há ainda uma espécie de depoimento de um dos professores envolvidos na organização, que diz o seguinte sobre a Semana da Criança: “Fruto dos mais altos sentimentos de humanidade e elevada visão administrativa, primando pelo bem-estar e saúde da Criança brasileira, esta poderia mais convenientemente chamar-se a ‘FESTA

atividades nacionais relativas à proteção, à maternidade, à infância e à adolescência” (SOUZA, 2000, p. 233 apud SILVA, 2004, p. 65).

⁶⁴ Esta figura específica pode ser conferida nos Anexos, ao final do trabalho.

DO CORAÇÃO”⁶⁵. Coadunando com o grifo da transcrição acima, a frase, veiculada na figura abaixo (Figura 14), compõe um discurso que se infiltrava nas inúmeras políticas dirigidas às crianças naquele período, em especial no âmbito da educação escolar, espaço privilegiado de “intervenção junto às crianças, disciplinando seus comportamentos, [...] capaz de interferir na família e, através do reordenamento do seu cotidiano, atingir também a comunidade social” (CAMPOS, 2008, p. 193).

Figura 14 - Página do álbum da Semana da Criança – 1945



Fonte: Relatórios das Associações Escolares das Escolas Municipais de Joinville/SC - 1945.
Localização: Acervo Apesc.

A ideia de proteção à infância não é, de forma alguma, novidade do Estado Novo. Esta causa figura já há algum tempo. Muitos setores da sociedade brasileira já haviam empreendido esforços em prol de sua defesa. Irene Rizzini (2011), em obra já citada, faz uma análise acerca do significado social da infância na passagem do século XIX para o XX, e de como se foram desenhando, ao longo do que ela define de “século perdido”, as políticas de proteção à infância:

A criança deixa de ocupar uma posição secundária [...] na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como ‘chave para o futuro’ [...].

⁶⁵ Trecho que integra um depoimento de uma página inteira, assinado pelo professor Rolf Stamm, exaltando “As Comemorações da Semana da Criança”, que é o título do texto. Este álbum integra o livro: Relatórios das Associações Escolares das Escolas Municipais de Joinville/SC – 1945. Acervo: Apesc.

No Brasil, ao final do século XIX, identifica-se a criança, filha da pobreza [...] como um ‘*problema social gravíssimo*’, objeto de ‘*magna causa*’, a demandar urgente ação (RIZZINI, 2011, p. 24 e p. 26).

Embora esta autora não esteja tratando especificamente de um movimento travado no âmbito da educação escolar, sua análise acerca dos discursos médicos e jurídicos contribui para que se possam também pensar os contornos que a infância foi adquirindo no processo de escolarização. Segundo Rizzini (2011, p. 27), “a elite letrada, que dominava a arena política à época, tinha diante de si uma opção a fazer: *promover a educação* (para “civilizar”), sem, no entanto, abrir mão dos privilégios ‘herdados’”. Teria a educação escolar, propagada e difundida na teia dos ideais republicanos, essa mesma função? Teria ela, em especial a educação primária - grande aposta dos investimentos públicos -, a intenção de educar menos do que civilizar? E as estratégias empreendidas pelos poderes públicos a fim de tornar a educação escolar “acessível” às massas populares teriam sido no sentido de educar menos que civilizar, ou constituiriam apenas um dos componentes de um projeto maior de formação da sociedade nacional e/ou até mesmo de afirmação política do próprio Estado, também em formação?

A missão ‘*saneadora*’ do país, no que tange à infância, era elaborada como parte do projeto de construção nacional, desde os primeiros anos de instauração do regime republicano. O discurso predominante continha uma ameaça implícita em suas mensagens; a de que o país seria tomado pela desordem e pela falta de moralidade, se mantivesse a atitude de descaso em relação ao estado de abandono da população, em particular a infância. A proposta tinha uma fórmula extremamente lógica e econômica, adequada ao pensamento de então. Ao proteger a criança, defendia-se o país (do crime, da desordem etc.). Portanto: ‘*salvar a criança*⁶⁶ era salvar o país’ (RIZZINI, 2011, p. 77) [grifo nosso].

A expressão grifada é uma espécie de chave central que perpassa toda a discussão empreendida por Rizzini em sua obra. Como se vê, ela não está desconectada da ideia apresentada na figura anterior, a de que a infância é um capital que se deve proteger, antes de qualquer outro. Interessante é perceber o quanto ideais tão próximos estiveram tão “distantes” nos tempos, espaços e contextos, mobilizando, mesmo com o passar do tempo, grandes ideias e investimentos de toda ordem. Assim, a preocupação com a infância passou, então:

⁶⁶ “A expressão “salvar a criança” foi inspirada no discurso do final do século XIX em defesa da ideia de que o investimento na infância era uma forma de investir no futuro do país. A ideia tem origem no movimento denominado “Save the children”, que proliferou na Europa e nos Estados Unidos” (RIZZINI, 2011, p. 116, nota n. 1).

[...] a ser um indício de desenvolvimento dos Estados e as questões referentes aos cuidados, formação e educação da criança e de suas famílias figurarão entre os principais temas dos governos e de diversos grupos de médicos, educadores, profissionais liberais, filantropos, que se imbuíram da missão de sanear, proteger e regenerar a sociedade através da intervenção sobre a infância (CORDEIRO, 2015, p. 24).

É nesta mesma sintonia, junto à infância, que eram depositadas grandes apostas num futuro que vinha sendo idealizado e prometido há muito tempo, e que certamente serviria de bandeira de afirmação para muitos estados e governos ao longo de sua história política.

A escola parecia ser uma das instituições mais capacitadas a operar as transformações em curso, acompanhando a produção de dispositivos sociais capazes de constituir cidadãos laboriosos aptos a converterem-se em homens ordeiros, idealizados conforme a ótica do progresso e da construção da nacionalidade brasileira (CAMPOS, 2008, p. 189).

Desta forma, “a escolarização passou a ser elemento de afirmação tanto do Estado brasileiro diante das demais nações, como do estado catarinense diante dos demais estados brasileiros” (CAMPOS, 2008, p. 182). Essa ambição aflorou ainda mais durante o Estado Novo, o que fez com que a escola catarinense assumisse “uma função moral e espiritual como formadora do futuro cidadão” (CAMPOS, 2008, p. 182). A modernização e nacionalização⁶⁷ do sistema escolar catarinense receberam investimentos profícios durante o governo de Nereu Ramos. Prova disso foi “a grandiosa obra de nacionalização”, em virtude da qual “a rede escolar catarinense foi alvo de uma política nacionalizadora desencadeada a partir de 1938, concentrada prioritariamente nas regiões de colonização alemã” (CAMPOS, 2008, p. 191 e 197).

Os discursos e práticas do Estado Novo deixam ver uma situação escolar presente na realidade catarinense desde o início do século, que foi a proliferação de uma rede escolar autônoma controlada pela população de origem estrangeira, descendente dos que se fixaram em Santa Catarina nos séculos XIX e início do século XX. A situação de isolamento, aliada à falta de iniciativa do governo do Estado em relação à escolarização dos núcleos populacionais, levaram os imigrantes a organizarem suas próprias escolas (CAMPOS, 2008, p. 193).

⁶⁷ Um marco na regulamentação desta campanha foi o Decreto n. 88/1938, “que regulamentou diversos aspectos das escolas particulares de ensino primário” (OTTO, 2012, p. 43). Classificadas como particulares, as escolas étnicas encontraram dificuldade de se adequar à nova legislação nacionalizadora, “que passava pela necessidade de ensino da língua nacional, adoção de livros didáticos aprovados oficialmente, até a proibição de subvenções de governos estrangeiros” (Id., ibid.).

Embora a questão da nacionalização⁶⁸ estivesse presente neste estado já desde início do século XX, foi a partir da década de 1930 que se acirrou, sobretudo no ano de 1938, quando “a campanha nacionalizadora de Nereu Ramos esteve empenhada no fechamento de escolas ao mesmo tempo que tratava de abrir outras” (CAMPOS, 2008, p. 208). O ano de 1938 é característico desse movimento. No seu decorrer, fecharam-se 138 escolas particulares em diversas cidades catarinenses, enquanto que mais de 1.500 escolas públicas foram abertas com o patrocínio do estado, sendo 99 estaduais e 1.411 municipais, atendendo, fundamentalmente, ao ensino primário (CAMPOS, 2008). O relatório do governo de 1942 preocupou-se em registrar essa questão, tão pungente naquele momento:

Sabido é que Santa Catarina se destaca, no país, pelo desenvolvimento do ensino primário, ao qual vem o governo assegurando desvelada e sempre crescente assistência. Foram fechadas, em face de sábios e prudentes princípios, fixados nas leis de nacionalização, todas as escolas particulares que não ministram o ensino na conformidade dos interesses nacionais (SANTA CATARINA, 1942).

A abertura de muitas escolas públicas, em decorrência do fechamento de outras tantas particulares, certamente demandou altos investimentos em prédios escolares, mobiliários, materiais e professorado. É provável que, com um número elevado de escolas públicas, o estado tenha recorrido a estratégias para obter recursos que pudessem dar suporte a essa empreitada. Entre elas, obviamente, está a caixa escolar, que, justamente no ano de 1938, passou, por orientação do interventor federal Nereu Ramos, a ser obrigatória em todos os estabelecimentos municipais e estaduais de ensino primário deste estado. Já se pode, de alguma forma, parcialmente, admitir que esta estratégia específica teve sucesso, dada a permanência desta associação nas escolas durante os anos que se seguiram à sua criação (de 1916 até pelo menos 1966⁶⁹), em razão da movimentação financeira que provocou e do expressivo número de suas unidades, já vistos no item sobre as associações escolares, no primeiro capítulo.

⁶⁸ Houve em Santa Catarina, segundo Orestes Guimarães, duas fases distintas da nacionalização do ensino (HOELLER, 2009). A primeira, compreendida entre 1906 e 1917, teve o apoio do governo no sentido de criar escolas isoladas públicas nas zonas coloniais, embora o ensino fosse na língua vernácula, quando estas eram subsidiadas pelos cofres públicos (Id., ibid.). A segunda fase, contada a partir de 1917, foi marcada por “medidas oportunas e necessárias”, tais como o fechamento de muitas escolas estrangeiras e a abertura de muitas outras públicas (Id., ibid.). Para saber mais sobre essas questões, ver o item 3.5.1 - “Particularidades da nacionalização do ensino em Santa Catarina”, na dissertação de Solange Hoeller.

⁶⁹ Esta informação é baseada no Relatório de Governo de 1966, que traz o número de associações escolares em atividade naquele período; entre elas, a da caixa escolar.

Também já se mencionou, em outras passagens do texto, a previsão de auxiliar os alunos pobres com materiais escolares, roupas e calçados ainda antes do surgimento da caixa escolar em Santa Catarina. Com o intuito de detalhar algumas destas ações, o item seguinte apresentará dados e informações acerca das despesas desta associação.

3.1 “VESTUÁRIO, MATERIAL, PRÊMIOS E MERENDA”⁷⁰: AS DESPESAS DA CAIXA ESCOLAR

O que se tem notado na legislação específica da caixa escolar, ao longo dos anos em que esteve em funcionamento em Santa Catarina, é uma certa constância e semelhança nas indicações de uso e aplicação de sua receita. Embora, num momento ou outro, tenhamos feito referência a normativas de períodos anteriores e posteriores aos do arco de tempo delimitado para a pesquisa, a análise referente aos materiais adquiridos com verbas da caixa escolar que aqui se tenta empreender tem como documentação base os relatórios e livros de movimento de escolas e grupos escolares correspondentes aos anos de 1944 e 1945.

A legislação que regulamentou o exercício da caixa escolar durante o período eleito para investigação previa:

O fornecimento de vestuário e calçado, bem como de livros, papel, penas, tinta e outros objetos escolares indispensáveis aos alunos pobres; O fornecimento de um lanche aos alunos pobres dos Grupos Escolares [...];

A aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc., para serem distribuídos como prêmios aos alunos mais assíduos, mais aplicados ou de maior mérito (SANTA CATARINA, 1939).

Às indicações acima, prescritas no Regulamento de 1938, acrescenta-se a de “prestar assistência médico-farmacêutica e dentária aos alunos que não possam tê-la à custa dos pais ou responsáveis”, prevista no Decreto n. 961, de 1941 (SANTA CATARINA, 1941c). Além desta nova função, outro item, denominado *Orçamento e sua execução*, até então ausente, determina que a aplicação dos recursos da caixa deveria obedecer rigorosamente à ordem de preferência descrita a seguir:

- a) expediente da Caixa, merenda, roupa e calçado;
- b) livros didáticos e material escolar;
- c) assistência médica, dentária e farmacêutica;

⁷⁰ Principais finalidades da caixa escolar, apresentadas num recorte de jornal de 1916 (ano de sua criação em SC), localizado no Livro Álbum do Grupo Escolar Lauro Müller, uma das primeiras unidades deste tipo, inaugurada em 1912.

d) prêmios escolares (SANTA CATARINA, 1941c).

Conforme esta normativa, a diretoria da caixa escolar deveria apresentar ao Departamento de Educação, sob prévia autorização da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça (SANTA CATARINA, 1941c), um orçamento⁷¹ anual com a previsão de despesas para o ano seguinte, obedecendo à ordem de preferência transcrita acima. Fica visível, na documentação consultada, representada pela figura abaixo (Fig. 15), o cumprimento à tal determinação, mesmo sabendo que tais orçamentos poderiam sofrer alterações.

Figura 15 - Orçamento da Caixa Escolar⁷²

DESPESAS			
a)	Expediente da caixa, merenda, roupa e calçado	1000,00	
b)	Livros didáticos e material Escolar	900,00	
c)	Assistência médica, dentária e farmacêutica	300,00	
d)	Prêmios escolares	300,00	
	Soma.../m	8 400,00	2 400,00

Fonte: Documentos da caixa escolar de escolas municipais, 2º semestre, 1944.

Localização: Acervo Apesc.

A previsão de aplicação dos recursos da caixa escolar era regulamentada por legislação específica; não passava, porém, de uma previsão, o que por si só não expressa que assim tenha acontecido de fato. Há indicação, inclusive no Decreto n. 961/1941, no item que se refere ao orçamento há pouco citado, de “figurar sob a rubrica <eventuais> as rendas não permanentes ou imprevisíveis” (SANTA CATARINA, 1941c). A própria legislação deixava “brecha” para que se gastasse com outras coisas, que não necessariamente as que estavam prescritas. Exemplo disso expressa-se na figura 16.

Além desta despesa “imprevista”, outras, de natureza diversa, também foram localizadas nos documentos consultados - Documentos da Caixa Escolar de escolas municipais, 2º semestre, 1944 e Orçamentos da Caixa Escolar, 1945 -, como: compra de vassoura e balde, maleta e bandeira para o Pelotão de Saúde, gastos com Festa da Pátria e da Semana da Criança, conserto de escada, bandeira nacional, mastro para bandeira, pagamento pelo feitio de chapéus de enfermeira, balas e doces, fitas e botões, fazenda

⁷¹ Na documentação consultada, especialmente nos Livros de Movimento de Escolas e Grupos Escolares, há uma grande quantidade de orçamentos da Caixa Escolar. Como esse material se refere à previsão de despesas e receita anual, deu-se preferência à análise dos relatórios, que descrevem as atividades realizadas durante o ano, embora alguns também incluam o orçamento que fora previsto.

⁷² Orçamento da Caixa Escolar para 1945 - Grupo Escolar Teresa Ramos, distrito de Corupá , Município de Jaraguá do Sul/SC.

para mesa da escola, fortificantes e vermífugos, álcool, pomada, algodão, mercúrio e esparadrapo.

Figura 16 - Caixa Escolar Duque de Caxias⁷³

Mensalidades cobrada em	<u>48,00</u>
Despesa em material	<u>40,00</u>
Pago por uma carrada de sarrapés	<u>8,00</u>
	<u>Total 48,00</u>

Fonte: Relatórios das Associações Escolares de 1944: municípios de São Francisco do Sul, Rio do Sul, Timbó e Tijucas.

Localização: Acervo Apesc.

Mas em geral as despesas descritas correspondem com as indicações prescritas na legislação, o que pode ser verificado no quadro abaixo (Quadro 5), no qual estão listadas as compras que aparecem com maior incidência na documentação consultada.

Quadro 5 - Materiais comprados/adquiridos com receita da caixa escolar

ITEM	DESCRIÇÃO
Material escolar	(Quando especificados são) Lápis, Cadernos, Penas, Borrachas, Papel/Folhas de almanaque, Cadernos de Linguagem, Cadernos de Caligrafia, Livro Didático, Cartilhas, Canetas, Tintas, Tinteiro, Livros, Lápis de Cor, Réguas, Giz, Caderno de Desenho e outros que apareceram poucas vezes como: livro de leitura, penais, tabuadas, livro infantil, livro Fontes, lápis de desenho, caderno de cartografia, cartolina
Roupa	Uniforme, fazenda para confecção de uniforme, fardamento
Prêmios	Presentes para os alunos
Merenda	
Calçado	
Remédios	Assistência médica/farmacêutica/dentária
Expediente da Caixa	
Pagamentos para livrarias e lojas	
Tinta para o mastro	
Transporte	Arrecadação; pagamento

Fonte: Documentos da caixa escolar de escolas municipais, 2º semestre, 1944; Orçamentos da Caixa Escolar, 1945. Quadro elaborado pela autora.

Localização: Acervo Apesc.

Conforme demonstrado no quadro 5⁷⁴, no topo das compras realizadas com a receita da caixa, estão os materiais escolares, dos mais diversos tipos e nas mais variadas quantidades, como pode ser também verificado na figura 17.

⁷³ Escola Mista Municipal de Porto Palmital, distrito de Garuva, município de São Francisco do Sul/SC.

⁷⁴ A listagem presente neste quadro foi construída com base na ordem de recorrência com que aparecem nos relatórios consultados.

Figura 17: Compras da Caixa Escolar⁷⁵

Material comprado foi o seguinte: 50 cadernos de caligrafia, 10 cadernos de linguagem, 6 canetas, 60 lápis, 25 borrachas, 5 cadernos de papel alumínio, 2 garrafas de tinta para o quadro negro, 2 mochilas, 1 estojo, 1 copo e um atoalhado.

Fonte: Orçamentos da Caixa Escolar, 1945.

Localização: Acervo APESC.

Alguns relatórios impressionam pela quantidade de material adquirido; outros mencionam que todos os alunos do estabelecimento foram beneficiados com materiais e/ou uniformes naquele mês/ano, e há os que trazem uma lista com os nomes dos alunos favorecidos. Outros relatórios, ainda, fazem menção aos alunos pobres beneficiados, evidenciando sua condição, conforme registro observável na figura 18.

Figura 18 - Relatório da Caixa Escolar Duque de Caxias⁷⁶

Mês de março	Despesa	cr\$ 0,00
	compra de 8 cartilhas para os alunos pobres	cr\$ 18,50
	bloco para recibos	cr\$ 4,00
	Total	cr\$ 22,50
Mês de julho		
	compra de 10 folhas de papel	cr\$ 2,00
Mês de outubro		
	compra de 47 cadernos para os alunos pobres	cr\$ 12,00
	Total	cr\$ 12,00
	compra de 34 canetões para os alunos pobres	cr\$ 7,20
	compra de 100 cadernos café	cr\$ 70,00
	bachel alumínio	cr\$ 8,00

Fonte: Relatórios das Associações Escolares do Município de Araquari, 1944 (grifos nossos).
Localização: Acervo Apesc.

Desta forma, tem-se que, “de todo modo, a existência desta instituição expõe a incompetência do Estado em financiar a educação pública; por outro, favorece o tensionamento entre as crianças contempladas pela Caixa Escolar e crianças que não necessitavam” (VEIGA, 2015, p. 11). Outra questão importante, que não poderia deixar de aparecer, são os uniformes escolares, segundo item na lista dos materiais adquiridos

⁷⁵ Relatório da Escola Mista Estadual de Pescaria Brava, município de Laguna/SC.

⁷⁶ Escola Mista Estadual desdobrada “Getúlio Vargas” – São João de Itaperiú – Araquari/SC.

com a receita da caixa escolar. Mesmo com a presença de alunos pobres o bastante a ponto de não terem condições para adquiri-los, os uniformes eram de uso obrigatório nos estabelecimentos de ensino primário catarinense, conforme Decreto n. 991/1941. Assim, tem-se que “os uniformes escolares fazem parte de toda uma simbologia que permeia as instituições educativas e postula valores, normas e intenções [...]” (SILVA, 2006, p. 59), integrando-se, desta forma, a um conjunto de aparatos que tinham, entre outras, a intenção de homogeneizar a população escolar desde a mais tenra idade.

Em quarto lugar⁷⁷, entre os itens referentes às despesas da caixa, encontra-se a merenda escolar, uma das ações mais comuns desta associação, prevista na maioria de suas normativas.

Figura 19 - Alunos socorridos pela Caixa Escolar⁷⁸



Fonte: Relatórios das Associações Escolares de 1944 - Município de Araquari/SC.
Localização: Acervo Apesc.

Embora seja recorrente nas descrições de suas atividades, a figura 19 foi a única encontrada; aliás, este é o único registro fotográfico encontrado, que demonstra uma atividade da caixa escolar. O termo *socorridos* aparece com frequência nos relatórios consultados. É mais comum encontrá-lo em listagens sob o título de “alunos socorridos”, nos quais comumente se nomeiam os que, e de que forma, por ela foram beneficiados. A figura 19 o ilustra.

⁷⁷ O terceiro lugar, que são os prêmios, não foi esquecido; ele será tratado separadamente no próximo item.

⁷⁸ Relatório da Escola Mista Estadual de Rio do Morro, município de Araquari/SC.

Destaca-se aqui outra associação responsável por alimentar os alunos pobres, a sopa escolar. Em relatório de governo de 1940, junto ao item sobre as caixas escolares, há a seguinte menção: “Deve ter início ainda este ano o fornecimento da sopa escolar nos grupos, que para isso estão sendo devidamente aparelhados” (SANTA CATARINA, 1940).

Figuras 20 e 21 - Sopa Escolar⁷⁹



Fonte: Relatórios das Associações Escolares de 1944 - Município de Araquari/SC.
Localização: Acervo Apesc.

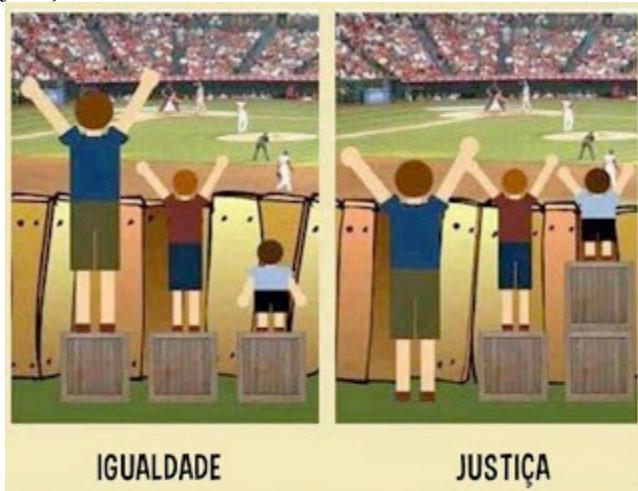
3.2 A CAIXA ESCOLAR COMO ELEMENTO DE JUSTIÇA NA ESCOLA

A justiça consiste [...] em dar a cada um o que lhe é devido e em reparar o dano⁸⁰.

⁷⁹ Relatório da Caixa Escolar Rui Barbosa – Escola Isolada Desdoblada Estadual Nereu Ramos – Barra Velha – Araquari/SC.

⁸⁰ REY, 2007 *apud* VALLE, 2010.

Figura 22 - Igualdade e justiça



Na definição do dicionário de Língua Portuguesa, o termo igualdade significa “qualidade daquilo que é igual; uniformidade”, e justiça é a “virtude que consiste em dar ou deixar a cada um o que por direito lhe pertence” (MICHAELIS). É justamente a essa diferença de significado que se refere a figura 22⁸¹. Igualdade é o que se pode chamar, no caso específico desta ilustração, de distribuição igualitária dos caixotes, sem considerar nenhum aspecto que possa diferenciar os sujeitos da cena. Já a justiça, neste contexto, se entende como uma distribuição baseada nas diferenças existentes e visíveis entre os sujeitos. Para o menino que está à esquerda, um ou dois caixotes não fazem diferença; ele tem altura suficiente para assistir ao jogo sem precisar deles. Já para o menino que está à direita, os dois caixotes fazem toda a diferença; sem eles não seria possível assistir ao jogo.

Transpor essa situação para o âmbito da educação escolar parece, a princípio, ser uma tarefa simples, de análise descomplicada. O uso desses termos, porém, é tão comum nas mais variadas áreas e abordagens que se corre o risco de perder de vista a ideia que aqui se tenta empreender, que é a de refletir sobre as ações da caixa escolar como elemento de justiça na escola, ou justiça escolar, sobretudo porque a reflexão com ênfase na educação escolar por si só já constitui um tema complexo que requer prudência.

Para compreender a atuação da caixa escolar em Santa Catarina, durante o Estado Novo, pelo viés da justiça escolar, é necessário reconhecê-la como mecanismo de mão dupla. Relembremos que ela surgiu para impulsionar a frequência escolar no ensino primário, ainda no início do século XX, e que a sua principal característica era auxiliar os

⁸¹ Fonte: <http://sociologianoensinopublico.blogspot.com.br/2013/03/igualdade-nao-significa-justica.html>.

alunos pobres. Uma das finalidades previstas na legislação que a instituía, desde a criação (em 1916) até a última de que se tem notícia (em 1964), era a conquista de prêmios escolares, que seriam distribuídos aos alunos com maior mérito. O detalhe é que estes alunos não eram diferenciados pelas condições socioeconômicas; apenas pelo mérito. Para as autoridades da época, os alunos, seja os socorridos pela caixa escolar (com roupas, calçados, materiais escolares e alimentação), enquanto alunos, afora este detalhe que afetava as condições sociais, mas não as qualidades intelectuais, “disputavam” com todos os demais os prêmios escolares, distribuídos em função do mérito. Os prêmios, assim como os auxílios, eram adquiridos também com a receita da caixa; aliás, este é um dos itens mais frequentemente descritos nos relatórios consultados, conforme quadro número 5, já visto neste mesmo capítulo. A criança, pobre ou não, dificilmente conseguia se despir das suas condições sociais, econômicas e culturais na escola; como todos, era simplesmente aluno. Na maioria das vezes, tais condições se refletiam, e muito, no processo de escolarização experimentado por cada uma delas. Desta forma:

É preciso também se preocupar com as condições gerais da educação, com as condições de trabalho dos alunos em casa, com os recursos culturais que eles dispõem no seu bairro. [...] os recursos econômicos das famílias, o tamanho das famílias e especialmente o de suas moradias, exercem um papel que não pode ser negligenciado, apesar de todas as coisas parecerem iguais (DUBET, 2008, p. 57).

Mesmo que se pretenda, de nada vale frisar que a escola oferecia sozinha condições para que se efetivasse de fato a igualdade entre seus alunos. Esta “paridade” dependia, e depende, de muitos fatores, que envolvem esferas políticas, situações econômicas, culturais e sobretudo sociais. Apesar disso, “a escola pública pode – é o que se acredita - contribuir para uma ação política consciente, afinal ela é uma – talvez a única – instituição social capaz de promover a justiça em contextos atravessados pela injustiça” (VALLE, 2010, p. 21). Nos limites de suas condições, a educação escolar ainda representa para muitos a única via de acesso à mobilidade socioeconômica. Nesta linha de reflexão é que se deve interpretar o termo *justiça escolar*:

[...] “este conceito se destaca [...] porque se coloca como alternativa à cansada e desacreditada noção de democratização da educação, que há muito tempo, por força da sua repetição discursiva, se reveste de uma carga simbólica negativa”. [...] houve um tempo em que se difundiu um discurso segundo o qual as classes sociais desfavorecidas não eram capazes de tirar proveito de uma boa educação; depois se pensou que se a escola oferecesse oportunidades iguais para todos promoveria a democratização da sociedade; atualmente se sabe que a origem social define o destino escolar favorecendo os bem-nascidos, mas também se

observa facilmente que a escola pode agravar ou reduzir as desigualdades” (VALLE, 2010, p. 35 e 34).

Embora não tenha sido com o discurso de minimizar as desigualdades sociais refletidas nas desigualdades escolares que a caixa escolar se estabeleceu nas escolas e atuou por um longo período de tempo (em Santa Catarina, por aproximadamente 50 anos), sua contribuição fica evidente nesta questão. Ao fornecer aos alunos pobres itens indispensáveis para que frequentassem a escola, ela lhe ofereceu condições de entrada e principalmente de permanência no espaço escolar. Se, por um lado, a Constituição do Estado de Santa Catarina, de 1935, veicula um discurso com tendência meritocrática, por outro, deixa bem claro o intuito da educação primária obrigatória e gratuita neste estado:

Art. 125. – O Estado e o Município legislarão no sentido de que os indivíduos, economicamente necessitados, tenham acesso a todos os graus de ensino, uma vez que revelem vocação e capacidade.

Art. 128. – O Estado organizará o ensino primário, gratuito e obrigatório, amoldando-o às várias zonas e populações, afim de que estas se alfabetizem e, habilitadas para o trabalho e para a defesa da saúde, se integrem na brasiliade, gozem dos direitos e cumpram os deveres de cidadania (SANTA CATARINA, 1935).

Nota-se, pelo que dispõem os artigos, que a preocupação passava longe de simplesmente oferecer o que cada indivíduo tinha por direito. Embora o ensino fosse gratuito e obrigatório, fica visível que “revelar vocação e capacidade” constituía de fato condição de acesso aos tais direitos. Um dos fatores reveladores dessa intenção implícita é a ênfase muito maior sobre os deveres – alfabetizar-se; habilitar-se para o trabalho e defesa da saúde; integrar-se na brasiliade – do que sobre os direitos – gozar dos direitos.

O próprio direito à educação gratuita, com a existência e exigência da caixa escolar, já é parcialmente negligenciado pelo Estado. O apelo, em nome da “solidariedade”, presente na Constituição Federal de 1937, com criação e manutenção das caixas escolares nos estabelecimentos de ensino, é um sintoma do desejo de, simultaneamente, “garantir” um direito, mas exigindo em troca o cumprimento de deveres; neste caso, o de contribuir mensalmente com a caixa escolar, do qual só ficavam isentas as pessoas com “notória escassez de recursos”, e que por isso receberiam os auxílios.

Os critérios detalhados de como se comprovava a “escassez de recursos” não são mencionados em nenhuma das normativas da caixa escolar. O que consta no Regulamento de 1938 é que uma das atribuições do secretário era “resolver, com o

Presidente, ou indicar, quando necessário, à Diretoria, quais os alunos que devem receber os favores e prêmios da Caixa” (SANTA CATARINA, 1938). Esta mesma legislação determinava ficar a cargo do Conselho Fiscal a tarefa de “indicar à Diretoria, quando necessário, os alunos aos quais devem ser concedidos os auxílios da Caixa” e “[...] recorrer para a Assembleia Geral, quando ao aluno favorecido pela Diretoria, julgarem dispensável o auxílio estabelecido” (SANTA CATARINA, 1938). Já no Decreto n. 961, de 1941, que também estabelece normas para a caixa escolar, há um item exclusivo que trata da *Distribuição dos recursos*. Nele consta:

Art. 31º - Encerrada a matrícula, o Conselho e os professores do estabelecimento organizarão a relação dos escolares que devem ser socorridos pela Caixa, para isso valendo-se das informações que puderem obter e tendo em vista a notória pobreza do aluno. Essa relação poderá ser modificada no correr do ano, a juízo do Conselho, se novas informações aconselharem a inclusão ou exclusão de nomes.

Art. 32º - A inclusão na lista não assegura direito ao socorro da Caixa, o qual ficará sempre subordinado às possibilidades desta, a juízo do Conselho.

Art. 33º - Os socorros serão prestados segundo a ordem de preferência estabelecida no artigo 29º⁸², não se passando de uma a outra alínea, embora prevista a verba, sem autorização do Departamento de Educação.

Art. 34º - Os livros didáticos e material escolar serão fornecidos a título de empréstimo, devendo o professor velar pela sua conservação, para que possam servir nos anos seguintes (SANTA CATARINA, 1941c).

Mesmo contando com item específico, esta normativa também não esclarece que tipo de informação deveria ser identificada para considerar um aluno apto a receber os auxílios da caixa. Ao que parece, havia um termo notório que determinava o diferencial, ou seja, a pobreza do aluno, que deveria ser do conhecimento de todos ou de muitos, pública, clara, patente (MICHAELIS). Para tanto, o que provavelmente se levava em conta mesmo era a aparência física dos alunos e dos pais; talvez as suas vestimentas e calçados, ou a própria falta deles. Enfim, “detectadas” as condições de cada um, o conselho da caixa escolar detinha a tarefa final de avaliar a concessão dos auxílios, que também poderia ser dispensado no decorrer do ano, conforme indica o artigo 31º, acima citado.

Apesar da ausência de critérios claros e definidos na legislação quanto a quem deveria ser auxiliado pela caixa, é possível, a partir das informações levantadas sobre sua

⁸² Art. 29º - Na aplicação dos recursos da Caixa, obedecer-se-á, quanto às despesas, rigorosamente, à seguinte ordem de preferência: a) expediente da Caixa, merenda, roupa e calçado; b) livros didáticos e material escolar; c) assistência médica, dentária e farmacêutica; d) prêmios escolares (SANTA CATARINA, 1941c).

atuação, afirmar que ela foi um importante mecanismo de apoio escolar às crianças de famílias economicamente desfavorecidas. Se nos reportarmos à frase de abertura deste item - *A justiça consiste [...] em dar a cada um o que lhe é devido e em reparar o dano* -, veremos que tal reparação pode consistir em “investir mais recursos na educação dos menos inteligentes, [...] pelo menos durante um certo tempo da vida, digamos, os primeiros anos de escola”, ou também, “dar mais atenção àqueles com menos dotes inatos e aos oriundos de posições sociais menos favorecidas” (RAWLS, 2002, p. 107 *apud* VALLE, 2010, p. 35 e 36). A partir dessa ideia, considera-se que as ações da caixa se tenham constituído numa forma de “reparação”, consequentemente, numa tentativa de promover justiça escolar, de tentar estabelecer um mínimo de igualdade entre os alunos, ou ao menos minimizar as desigualdades sociais existentes, mesmo não sendo este o seu objetivo principal.

Se se considerar que as ações da caixa escolar tenham configurado um elemento de justiça escolar, mesmo que implicitamente, é pertinente que se questione se a escola onde tais ações se fizeram presentes de fato promoveu alguma igualdade de oportunidades.

[...] cada sistema escolar pode estar mais ou menos próximo de um ideal puro de igualdade das oportunidades, mas nenhum consegue verdadeiramente se proteger da influência das desigualdades sociais sobre as desigualdades escolares. A igualdade das oportunidades não produz, portanto, a igualdade dos resultados. [...] sozinha, a escola não pode criar a igualdade das oportunidades. [...] a redução das desigualdades sociais permanece o meio mais seguro de criar a igualdade das oportunidades escolares (DUBET, 2008, p. 31-32).

É fato que “ampliar o acesso à escola não garante a igualdade de oportunidades, nem um percurso de êxito para as crianças das classes sociais menos favorecidas” (VALLE, 2010, p. 20); por isso, a preocupação com a redução das desigualdades sociais deveria ser o lema das políticas públicas direcionadas à educação. Nesta linha de reflexão, os auxílios concedidos pela caixa escolar podem ser considerados uma dentre tantas evidências que somente o acesso à escola não era suficiente para democratizar a educação. Era também necessário garantir um mínimo de condições de permanência na escola, especificamente de crianças pobres, concedendo-lhes materiais indispensáveis ao ensino, tais como roupas, calçados, alimentação e utensílios escolares, já vistos anteriormente.

Se, por um lado, se reconhece que o Estado foi negligente na oferta e garantia dos direitos educacionais, por outro, é preciso admitir que a caixa escolar teve um papel

positivo na escolarização de crianças pobres, minimizando, através dos seus auxílios, as condições desiguais existentes, garantindo-lhes a permanência no espaço escolar. Também é possível afirmar que o objetivo da caixa escolar não “era o de garantir direitos, mas concessões, posto que a família pobre, o indivíduo e, em especial, a criança pobre foram tomados mais como assistidos que exatamente como portadores de direitos sociais” (FONSECA; ALMEIDA, 2016, p. 136).

• • •

Este último capítulo se ocupou de caracterizar a infância atendida pela caixa escolar, revelando, portanto, o que se costuma chamar de infância pobre, uma categoria da infância que certamente não pode ser definida apenas pela faixa etária; há que se considerar outros fatores. Foi visto também que as crianças, especialmente as pobres, na figura de alunos, tiveram centralidade e atenção especial nas políticas de Getúlio Vargas. O recurso “caixa” certamente fez parte deste pacote, possibilitando, com os seus auxílios, a permanência de crianças carentes na escola. Suas despesas mais recorrentes, registradas nos relatórios, foram com material escolar, roupas, prêmios e merenda. Por fim, intentou-se compreender sua função social como elemento de justiça escolar, capaz de minimizar as desigualdades, que se refletiam no espaço escolar, nas manifestas desigualdades escolares dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo da pesquisa educacional nos oferece tantas possibilidades de interpretação que é praticamente uma regra de sobrevivência fazer “recortes” e escolhas. Muitas vezes, ao findar um trabalho como este, a impressão que se tem é que deixamos de abordar uma porção de coisas importantes, e que aquilo que abordamos também poderia ser visto com “outros olhos”, a partir de outras perspectivas, mas fizemos uma escolha, elegemos um objeto de pesquisa, estabelecendo-o como personagem principal do pedacinho de História da Educação com o qual pretendemos contribuir.

Elegemos como objeto desta pesquisa a *caixa escolar*, com a intenção de investigá-la pela necessidade de compreender a sua atuação no processo de escolarização da infância em Santa Catarina, procurando evidenciar sua relação com os acontecimentos/mudanças políticos/educacionais do período proposto. Procuramos, dentro desta proposta, tratar de questões específicas, como: as infâncias reveladas pela caixa escolar; a caixa escolar como “garantia” da frequência escolar; a caixa escolar como uma das ferramentas de “assistência” aos pobres utilizada pelo Estado; a caixa escolar como elemento de justiça na escola; a caixa escolar como estratégia de ampliação das possibilidades de financiamento da educação pública.

Para alcançar o objetivo proposto, recorremos a documentos que pudessem revelar, apesar de todos os limites que este termo impõe, um determinado tempo, vivido e experimentado por pessoas que deixaram registros, fossem eles pessoais ou institucionais, voluntários ou em cumprimento a uma ordem. O material que nos permitiu investigar o tema é composto de documentos institucionais, produzidos pela escola (relatórios, balancetes, atas de reuniões) e pelo Estado (legislações escolares nacionais e estaduais e relatórios de governo). Tais documentos, em sua maioria, encontram-se salvaguardados no acervo físico do Apesc, em boas condições de conservação. Também foram utilizados alguns documentos pertencentes ao acervo do Arquivo da EEBPMT, de Rio Negrinho/SC, e da BPSC, setor de obras raras.

Embora as ações de auxílio aos pobres escolares catarinenses apareçam com maior evidência a partir do século XX, com a implantação da caixa escolar em 1916, buscou-se trazer indícios de que anteriormente a este período já havia preocupação, por parte do Estado, com os que possuíam pouco ou nenhum recurso para frequentar a escola. Sabe-se,

e o repetimos, que esta preocupação não era exclusiva de nosso estado, pois aparece em diferentes momentos nas orientações nacionais.

De acordo com o que vimos, esse mecanismo foi utilizado para viabilizar (para alguns) e impulsionar (em geral) a frequência escolar, problema crônico desde a instituição da obrigatoriedade escolar em Santa Catarina (1874), arrastando-se pelo período do Estado Novo (1939), quando ganhou centralidade nas ações políticas educacionais, por se tratar também de um elemento crucial nas condutas nacionalizantes, fortemente empreendidas no Sul do Brasil. Matrícula e frequência tornaram-se obrigatórias, não sem muito esforço, é preciso lembrar. O Estado propunha-se “oferecer” a “todos” educação escolar, criando para isso uma série de mecanismos punitivos como meios para dar cumprimento a tais determinações. Entre os mais recorrentes estavam as multas e a suspensão de direitos. Paralelamente, o Estado também criou mecanismos de assistência aos que, obrigados por lei a frequentar a escola, não tinham recursos materiais para tal. A caixa escolar é um exemplo expressivo desta prática, que inicialmente apresentava ter um caráter solidário e caritativo, mas, posteriormente, revelou-se uma imposição sobre os pais dos alunos matriculados.

Quadro 6 - Associações Auxiliares da Escola em funcionamento – 1947

MUNICÍPIOS	Caixa Escalar	ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA											
		Biblio- teca	Liga Pró- Língua Nacional	Clube de Leitura	Jornal	Pelotão de Saude	Liga da Bondade	Círculo País e Mestres	Clube Agrícola	Orfeão	Museu	Sopa	Total
Aracuaré	41	17	33	2	42	39	22	—	15	—	19	1	231
Araranguá	136	115	82	3	3	67	4	1	3	1	2	2	419
Bigungu	45	19	25	1	10	27	1	1	3	1	—	1	134
Bilumenau	73	47	54	5	28	45	16	1	11	2	2	3	287
Bom Retiro	74	11	23	2	12	22	8	3	3	1	1	1	161
Brueque	57	29	46	4	29	35	3	3	18	1	1	1	222
Caceres	58	4	3	1	3	4	2	1	2	—	—	—	79
Canhobóia	21	10	18	—	1	15	—	—	3	—	1	1	68
Campo Alegre	18	6	13	4	12	14	5	1	9	1	12	1	96
Campos Novos	79	12	6	4	2	8	5	3	2	—	—	—	122
Canoinhas	78	24	31	12	23	28	7	1	17	1	1	1	130
Concórdia	77	22	8	2	2	9	2	1	2	6	—	—	253
Crescentina	67	66	53	1	1	56	3	1	2	—	—	1	52
Corumbá	41	2	—	2	1	1	—	—	1	—	1	1	204
Florianópolis	93	18	13	11	14	14	8	3	3	8	6	8	201
Gasper	27	12	23	5	13	15	7	—	10	1	1	1	115
Ibirama	62	18	25	6	23	26	10	—	15	—	14	2	201
Imaruí	40	3	2	3	3	2	1	—	1	—	2	1	58
Indaiá	39	23	15	3	17	22	6	2	15	—	—	1	45
Itapiranga	40	9	7	10	10	7	1	6	4	—	5	1	92
Itajaí	101	30	46	2	8	50	4	3	10	2	3	2	261
Jaguaruna	20	15	18	1	10	13	1	—	1	—	1	1	80
Jaraguá do Sul	40	9	19	4	16	17	9	1	2	1	3	1	122
Joaçaba	117	9	5	1	4	4	3	—	3	1	—	1	148
Joinville	74	62	92	10	76	68	29	2	50	1	26	5	501
Laguna	76	7	13	3	14	9	5	1	2	2	3	3	139
Lajes	131	17	5	3	3	8	4	1	1	1	2	1	184
Macieira	23	18	26	3	8	45	4	3	21	1	27	—	246
Marília	34	8	34	—	30	36	3	—	6	1	—	—	152
Nova Trento	68	19	39	5	25	26	3	2	12	—	10	—	209
Crileias	68	19	39	5	25	26	3	2	12	—	5	2	170
Palhoça	91	4	32	2	3	17	3	1	9	1	—	—	47
Porto Belo	19	1	9	—	1	17	—	—	—	—	1	2	144
Porto União	55	10	12	3	24	20	7	3	2	10	1	6	384
Rio do Sul	124	74	30	11	55	26	17	10	21	1	6	2	321
Rodeio	43	29	31	14	17	28	21	7	20	1	9	1	221
São Francisco do Sul	44	14	30	6	41	28	6	6	19	1	9	1	205
São Joaquim	66	4	1	1	5	3	1	—	1	—	—	—	82
São José	63	14	9	6	4	13	8	—	5	2	—	1	125
Serra Alta	31	16	8	2	12	6	2	—	1	—	—	2	60
Tijucas	61	18	17	2	4	44	—	—	12	1	—	1	160
Timbó	28	15	20	3	14	23	8	—	19	—	1	1	132
Tubarão	134	14	17	7	12	23	9	1	20	—	10	3	250
Urussanga	56	46	26	10	17	40	10	1	23	1	18	1	249
Videira	59	38	16	2	8	8	3	1	5	—	—	1	140
Chapéu	134	5	4	1	2	2	2	—	1	—	—	—	151
TOTAL	2 904	961	1 048	178	693	1 027	273	70	417	36	207	62	7 877

Fonte: Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Aderbal R. da Silva, em 15 de abril de 1948.

Localização: Acervo Apesc.

Com vida longa e atuante, a caixa escolar figurou entre as associações auxiliares da escola. Segundo relatórios de governo referentes aos anos 1940, teria sido a mais expressiva e atuante, ou eficiente, entre elas. É o que nos mostra o relatório sobre o funcionamento das associações Auxiliares da Escola em 1947 (Quadro 6).

Estimadas e fortemente disseminadas nas escolas, as associações auxiliares desenvolviam importante papel na vida escolar das crianças, pois, além da pretensão de despertar nelas o espírito de solidariedade, cooperação e patriotismo, acabavam contribuindo financeiramente com as despesas da escola, “aliviando” gastos que eram de responsabilidade do poder público.

Com a intenção de minimizar tais gastos, o espírito de solidariedade não deixou de ser um apelo da Constituição Federal de 1937, que orientava os menos necessitados a contribuírem com a educação dos mais, através de doações para a caixa escolar. Foi com base neste argumento legal que elas passaram a ter sua organização prescrita em todos os estabelecimentos catarinenses de ensino primário, e a contar com a contribuição obrigatória dos pais dos alunos. Desta forma, Santa Catarina implantou como um importante componente no subsídio da educação pública, que, legalmente, deveria ser de responsabilidade do poder público, mas, como se viu, recorreu a recursos alternativos.

Os recursos angariados pela caixa escolar provinham essencialmente das contribuições dos sócios, legados, donativos, festivais, produto de diversões, desconto do vencimento de professores, além de rifas e contribuições da prefeitura. Sua receita teve considerável acréscimo a partir do ano de 1938, quando se impôs aos pais a contribuição financeira. Mesmo com esta nova e segura forma de investimento, que, de acordo com os números dos relatórios oficiais cresciam ano após ano, não se deixou de recorrer a um enfoque religioso, utilizando-se de “máximas” como “Quem dá aos pobres, empresta a Deus” e “Devemos auxiliar os desamparados”, para aguçar em quem dispunha de mais recursos o espírito de solidariedade e compaixão pelos que tinham de menos.

Seja dos que tinham menos ou daqueles que tinham mais recursos, pretendia-se escolarizar a infância, portanto essa questão foi bandeira ativa de muitos governos, em diferentes períodos. Lembrando que “a construção de uma infância escolarizada instituiu-se com base na afirmação da obrigatoriedade do envio dos filhos às escolas pelos pais” [...] (GOUVÊA (2003, p. 206), e que esta medida desencadeou uma série de outras medidas que procuravam dar conta de colocar “todas” as crianças nos bancos escolares. Reconheçamos que algumas ações realmente voltaram-se para garantir este direito, previsto em lei, outras estavam mais interessadas em valer-se dele para engendrar uma

sociedade idealizada, nos moldes da que vinha sendo planejada desde o final do século XIX.

Com este projeto, a infância ganhou atenção especial, não apenas na esfera educativa escolar, mas também em áreas como a saúde e a assistência social. Em Santa Catarina, as políticas voltadas à infância se intensificaram ainda mais durante o Estado Novo, adotando o espaço escolar como um dos principais alvos de suas ações. Deste pacote, fazia parte, especialmente, a nacionalização do ensino, responsável por grandes intervenções na configuração do ensino público.

Dentre as ações mais significativas da campanha nacionalizante, registra-se a abertura de mais de 1.500 escolas públicas no ano de 1938. Não por acaso, foi neste mesmo ano que a caixa escolar passou a ser obrigatória em todos os estabelecimentos municipais e estaduais de ensino primário. O fato de se abrirem tantas escolas muito provavelmente exigiu dos cofres públicos altos investimentos em prédios escolares, mobiliários, materiais e professorado. Em consequência, acredita-se que o Estado tenha criado algumas estratégias para a obtenção de recursos que pudessem subsidiar os gastos com a manutenção de tais escolas. A caixa escolar configurou-se uma delas.

Além de seu objetivo central de impulsionar a frequência, a caixa escolar atuou essencialmente no amparo aos alunos pobres, fornecendo-lhes materiais escolares, roupas, calçados, merenda e assistência médica/dentária, para que pudessem se manter na escola. Entre as suas despesas mais recorrentes, havia as dos prêmios escolares, que igualmente concorriam para fomentar a frequência, distribuídos em função da assiduidade e do mérito. Simultaneamente, a caixa fornecia aos alunos pobres materiais básicos para o ensino que eram de responsabilidade do poder público; aos demais alunos, incluindo-se provavelmente também os pobres, os prêmios escolares.

Se, por um lado, podemos caracterizar as ações da caixa como um elemento de justiça, por viabilizar o acesso à educação às crianças pobres, que, muitas vezes, só o conseguiam graças à assistência recebida, por outro, podemos dizer que suas ações também incitaram um modelo de educação que, na maioria das vezes, era injusto com os alunos mais pobres. Oferecer prêmios aos alunos mais aplicados, e de maior mérito, comprados com a receita da caixa, era quase que caminhar para trás no que ela teve de mais nobre em sua atuação, a de assegurar às crianças, que muitas vezes não tinham o que comer, nem o que vestir, condições básicas de permanência na escola.

Embora esta tarefa fosse do Estado, que deveria ser o provedor da educação primária, obrigatória e gratuita, ele foi negligente na oferta e garantia dos direitos

educacionais. A caixa escolar foi primordial na escolarização das crianças pobres, minimizando, através dos seus auxílios, as condições de desigualdade entre elas. É possível, contudo, também afirmar que o propósito da caixa não “era o de garantir direitos, mas concessões, posto que a família pobre, o indivíduo e, em especial, a criança pobre foram tomados mais como assistidos que exatamente como portadores de direitos sociais” (FONSECA; ALMEIDA, 2016, p. 136).

Direito ou concessão, a caixa escolar atuou nas escolas catarinenses por pelo menos 50 anos. Na mensagem anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1966, pelo governador Ivo Silveira, consta a informação de que “em 1966 havia em funcionamento 4.397 Caixas Escolares” (SANTA CATARINA, 1966). Segundo Motta (2001), as caixas, assim como os círculos de pais e mestres, instituições com propósitos semelhantes e com paralela convivência na década de 1940, foram substituídas pelas APPs, implantadas nas escolas públicas catarinenses no início da década de 1970.

Ao findar esta investigação, esperamos ter de alguma maneira contribuído, mesmo que minimamente, com os estudos que tentam compreender formas e práticas de escolarização, em especial as que se desenvolvem na infância, ou nas infâncias, e assim identificar, e também tentar compreender, mecanismos que tornaram possível este processo, em especial para aqueles aos quais muitas vezes a escola mais parecia um dever do que essencialmente um direito.

Sem dúvida, a caixa escolar foi um destes mecanismos; embora tenha sido criada e regida pelo Estado, contava principalmente com a contribuição financeira dos pais dos alunos matriculados nas escolas, constituindo-se, assim, numa forma de política pública de assistência escolar, com subsídio particular, bem como uma forma de transferência de responsabilidade em relação à instrução primária, do Estado para as famílias e, extensivamente, à comunidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cássio. **É dando que se recebe.** Associação do Senhor Jesus. Educação – Artigos, 2013. Disponível em:
http://www.asj.org.br/educacao_artigos.asp?codigo=573&cod_curso=24. Acesso em: 31 mar. 2016.

ARAÚJO SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o estado novo (1937-1945). In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013. **Anais...** Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá/MT.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. Entre auxílios e premiações: o funcionamento das caixas escolares em grupos escolares da capital mineira. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011. **Anais...** Universidade Federal do Espírito Santo/UFES.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. **A fim de arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres:** as Caixas Escolares em Belo Horizonte (1911-1918). 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte/MG.

BERNARDO, Fabiana de Oliveira. **Promoção da frequência escolar na instrução pública mineira:** organização, implementação e representações da caixa escolar - (1911-1913). 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte/MG.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930:** da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CARDOSO DA SILVA, Carolina Ribeiro. **“O valor do aluno”:** vestígios de práticas de avaliação na escola primária (Florianópolis/SC, 1911 a 1963). 2014. 228 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Lívia C. A caixa escolar e a bandeira republicana de educação para o povo. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008. **Anais...** Universidade Federal de Sergipe/Universidade Tiradentes – Aracaju/SE.

CORDEIRO, Andreia Bezerra. **Luz e caminho aos pequenos:** os primeiros Congressos Americanos da Criança e a Pan-Americanização dos saberes sobre a infância (1916 a 1922), Curitiba, 2015. 379 f. (Doutorado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

DALLABRIDA, Norberto. A normalização nacionalizada em Santa Catarina (Prefácio), 2007. In: CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930:** da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

DUBET, François. **O que é uma Escola Justa? A Escola das Oportunidades.** Tradução Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____ et al. (Orgs.). **Educação, Modernidade e Civilização:** Fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 1998. (p.89-125).

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público:** ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. rev. - Florianópolis: Editora UFSC, 1991.

FONSECA, Sérgio César da; ALMEIDA, Elmir de. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **Revista História da Educação** (Online). Porto Alegre, v. 20, n. 49, mai./ago. 2016, p. 123-141. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/59433/pdf>. Acesso em: 23 mai. /05/16.

FREITAS, Marcos Cesar de & KUHLMANN Jr., Moysés (Orgs.). **Os Intelectuais na História da Infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 341-376.

_____. **Sentidos da Profissão Docente:** Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX. 333 f. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

_____; VALLE, Ione Ribeiro. Obrigatoriedade escolar em Santa Catarina: da obrigatoriedade da força à força da obrigatoriedade. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; _____ (Orgs.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil.** Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 303-319.

_____; BESEN, Danielly Samara; MASUTTI, Marina Resende Pereira. Justiça, êxito e fracasso escolar: explorando a legislação do ensino em Santa Catarina – Brasil (1940-1980). In: VALLE, Ione Ribeiro; _____; DAROS, Maria das Dores (Orgs.). **Educação escolar:** justiça social. Florianópolis: NUP, 2010. (Série Pesquisas; 5).

GODOIS, Ivo. **Um palco iluminado:** o Teatro Álvaro de Carvalho em Florianópolis – SC – década de 1980. 2011. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Florianópolis.

GOUVÉA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, Cynthia Greive & FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. Tudo presta a quem tudo precisa: os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na Revista do Ensino, de Minas Gerais (1925-1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 87-116, set./dez. 2013. Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/335/PDF>. Acesso em: jul. 2015.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **Escalarização da Infância Catarinense: a normatização do ensino público primário (1910-1935)**. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduação em Educação, Curitiba/PR.

KINCHESCKI, Ana Paula de Souza. **É preciso fazer por merecer: representações docentes sobre o “ser aluno” (Santa Catarina, 1940-1970)**. 2015. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

KUHLMANN Jr., Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cesar de & _____ (Orgs.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002 (pp. 459-503).

LUZ FILHO, Fabio. **Cooperativas escolares**: 2. ed. ilustrada e actualizada. Rio de Janeiro: Coeditora Brasílica, 1940. Coleção Obras Raras e Semi-Raras - MSC 134. Disponível no acervo do IDCH (Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas).

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leônico de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 91-103.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MORAES JUNIOR, Laerthe Abreu de; CHRISTÓFARO Alice Conceição. Assistência aos “moços pobres” da Universidade de Minas Gerais: a caixa do estudante pobre Edelweiss Barcellos (1930–1935). In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011. **Anais...** Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória/ES.

MOTTA, Jane. **A participação da associação de pais e professores - APP na escola pública catarinense: democracia ou tutela?** 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis/SC.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; ROCHA, Maria da Franca. O federalismo republicano e o financiamento da escola primária pública no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**, (Orgs.). Cuiabá: EDUFTM, 2013, p.147-160.

NIEHUES, Mariane Rocha. **Cultura escolar e a Liga da Bondade nas escolas públicas estaduais do Sul de Santa Catarina (1953-1970)**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) -

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma/SC.

OTTO, Franciele. **As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativa e moral da sociedade catarinense:** o caso das “Ligas de Bondade” (1935 – 1950). 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

PETRY, Marilia Gabriela. **Da recolha à exposição:** a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952). 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

PRATES, Fernanda Ramos Oliveira; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Associações Auxiliares:** vestígios de apropriações escolanovistas em grupos escolares de Florianópolis e Brusque - SC (1947 e 1951). In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013. **Anais...** Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá/MT.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCARAVELLI, Hiassana. **"Objetos à Venda:** Indícios da Comercialização de Materiais Escolares em Jornais Catarinenses (1908-1921)", 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

SILVA, Ana Claudia; DANIEL, Leziany Silveira; DAROS, Maria das Dores. A reforma curricular dos cursos de formação de professores em Santa Catarina nos anos 1930/1940: o papel estratégico da ciência como fundamento das políticas do Estado para a educação nacional. In: DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira; SILVA, Ana Claudia. **Fontes históricas:** contribuições para o estudo da formação de professores catarinenses (1883-1946). (Orgs.). Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. (Série Pesquisas 4).

SILVA, Ana Claudia da. **As concepções de criança e infância na formação dos professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940.** 2003. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Ana Claudia da. INFÂNCIA, ASSISTENCIALISMO E EDUCAÇÃO: AS “SEMANAS DA CRIANÇA” EM SANTA CATARINA (1942-1944). In: **Anais da ANPEDSUL** 2004. Disponível em:
http://www.portalanpedsl.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/02_06_07_INFAN CIA,_ASSISTENCIALISMO_E_EDUCACAO_AS_SEMANAS_DA_CRIANCA_.pdf.

SILVA, Katiene Nogueira da. **Criança Calçada, Criança Sadia!** Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, USP.

SOUZA, Rosa Fátima; FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In:

VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 21-56.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república:** os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado das Letras, 2011.

VALLE, Ione Ribeiro. Justiça na escola: das desigualdades justas à igualdade sem adjetivos. In : VALLE, Ione Ribeiro; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; DAROS, Maria das Dores. **Educação escolar e justiça social.** Florianópolis: NUP, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. A materialidade das escolas nas primeiras décadas republicanas e desigualdades das condições de infância (Minas Gerais, 1906-1927). In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015. **Anais...** Universidade Estadual de Maringá – Maringá/PR.

XAVIER, Ana Paula da Silva. Utensílios escolares e a escolarização da infância pobre no século XIX. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008. **Anais...** Universidade Federal de Sergipe/Universidade Tiradentes – Aracajú/SE.

ZEN, Mariane Werner. **Brasileiros pelas letras:** a ação educativa presente nos clubes de leitura e bibliotecas escolares de Santa Catarina. O caso do Grupo Escolar Alberto Torres, Brusque, SC (1938-1950). 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CIRCULARES

SANTA CATARINA. Departamento de Educação. Circular n. 42, 10 mai. 1944. Assunto: Associações Auxiliares da Escola. In: **Circulares 1943-1944**⁸³. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1945, p. 122-151. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Departamento de Educação. Circular n. 76, 16 ago. 1943. Assunto: Associações Auxiliares da Escola. In: **Circulares 1943-1944**⁸⁴. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1945, p. 71-72. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Departamento de Educação. Circular n. 94, 21 out. 1942. Assunto: Associações Auxiliares da Escola. In: **Circulares 1942**⁸⁵. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 66-67. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Circular n. 29. Assunto: Semana da Criança. 1945. In: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. **Circulares de 1945.** Acervo: Apesc.

⁸³ Mantivemos esta referência entre as demais nos ‘Documentos Consultados’, mas, caso interessar, ela deve ser procurada como livro e não como documento.

⁸⁴ Idem nota acima.

⁸⁵ Idem nota acima.

DECRETOS

SANTA CATARINA. Decreto n. 348, de 07 de dezembro de 1907. **Regulamento Geral da Instrucção Pública.** Publicado em 1908a.

SANTA CATARINA. Decreto n. 585 de 19 de abril de 1911 (reorganizando a instrucção publica primaria do estado). **Regulamento para Instrucção Publica** (em execução da Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910). Florianópolis: Gab. Typ. D' <O DIA>, 1911.

SANTA CATARINA. Decreto nº 976 de 14 de novembro de 1916. **Regulamento das caixas escolares.** Florianópolis: Officinas e elect. da Empresa d' <O DIA>. 1916b. Acervo: APESC.

SANTA CATARINA. Decreto n.º 55 de 03 de fevereiro de 1938. **Regulamento das Caixas Escolares.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Decreto nº 961 de 05 de março de 1941. Estabelece normas regulamentares das Caixas Escolares. **Legislação Estadual:** decretos-leis, decretos, resoluções e portarias, jan./jun. 1941c. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Decreto n. 967 de 12 de março de 1941. Aprova e baixa as instruções para execução da inspeção nas escolas isoladas. **Legislação Estadual:** decretos-leis, decretos, resoluções e portarias, jan./jun. 1941b. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Decreto nº 945/1941. Dispõe sobre as Cooperativas Escolares. **Legislação Estadual:** decretos-leis, decretos, resoluções e portarias, de jan./jun. 1941d. Acervo Apesc.

SANTA CATARINA. Decreto n. 1.669 de 24 de junho de 1964. Dispõe sobre Caixas Escolares nos estabelecimentos estaduais de ensino primário. **Diário Oficial n. 7.587**, 02 jul. 1964. p. 1 – 2. Florianópolis: Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 1964. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Decreto n. 2.991 de 28 de abril de 1944. Estabelece instruções para as associações auxiliares da escola nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares. In: **Circulares 1943-1944**⁸⁶. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1945, p. 123-151. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 298, de 18 de novembro de 1946 (expede a Lei Orgânica do Ensino Primário no Estado de Santa Catarina). **Legislação Estadual:** decretos-leis, decretos, resoluções e portarias, 1946. Acervo Apesc.

DIVERSOS

⁸⁶ Idem nota 70.

A REGENERAÇÃO. Desterro, 03 de maio de 1883. **HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Movimento das Escolas Municipais**, 1941. Acervo: Apesc.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Documentos da Caixa Escolar**: Escolas Municipais – 2º semestre de 1944. Acervo: Apesc.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Movimento da Caixa Escolar**. 2º semestre de 1948b. Acervo: Apesc.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Orçamento da Caixa Escolar, 1945. Acervo: Apesc.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA MARTA TAVARES. **Livro Ouro**. 1945. Caixa 101, processo J. Acervo da Escola. Rio Negrinho – SC.

SANTA CATARINA. **Actos de 1882 e 1883**. Florianópolis, Officinas à Elect. da <Imprensa Oficial>, 1921.

O ESTADO. Florianópolis, 04 de agosto de 1917 (s/nº). Disponível no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – BPSC (referente ao anúncio da Caixa Escolar).

SANTA CATARINA. Ato 1888 de 17 de agosto de 1888 (dando Regulamento para execução da Lei n. 1.144 de 30 de setembro de 1886). **Actos de 1887 a 1889**. Florianópolis: Officinas à Elect. Da <Imprensa Official>, 1888. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Associações Escolares. **Diário Oficial n. 2.125**, 22 de out. 1941. p. 1. Florianópolis: Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 1941a. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. **Ementário da Legislação do Ensino do Estado de Santa Catarina**: 1835 – 1979. Florianópolis, 1980. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**, 1935. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1935. (Documento digitalizado). Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sites/default/files/Const_Est_1935.pdf. Acesso em: set. 2016.

RELATÓRIOS E MENSAGENS DE GOVERNO

SANTA CATARINA. **Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina**. Imprensa Oficial do Estado, 1938a. Acervo: APESC.

SANTA CATARINA. **Relatório apresentado em outubro de 1939 ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina** (exercício de 1938), 1939. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Setembro, 1940 (referente ao exercício de 1939). Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Outubro, 1942 (referente ao exercício de 1941). Acervo: BPSC.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 15 de abril de 1948 pelo governador Dr. Aderbal R. da Silva. Imprensa Oficial do Estado, 1948a. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. 1ª Mensagem Anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1966, pelo Governador Ivo Silveira. Florianópolis, 1966.

LEIS

SANTA CATARINA. Lei n. 24, de 30 de novembro de 1891 – Fixa a receita e orça a despesa do Estado para o exercício de 1892. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa Provincial 1889-1891. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 110, de 30 de outubro de 1893 – Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o ano de 1894. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa, – ago./out. 1893. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 112, de 04 de outubro de 1894 – Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o ano de 1895. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1894/1895. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 204, de 15 de outubro de 1895 – Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1896. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1895. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 243, de 16 de outubro de 1896 – Orça a despesa e fixa despesa do Estado para o exercício de 1897. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1896/1897. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 294, de 11 de outubro de 1897 – Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1898. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1897. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 375, de 10 de outubro de 1898 – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1899. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1898. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 446, de 13 de outubro de 1899 – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1900. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1899/1900. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 678, de 5 de setembro de 1905 – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1906. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1904/1905. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 718, de 13 de novembro de 1906 – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1907. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1906. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 769, de 23 de setembro de 1907 – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1908. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1907. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 791 de 01 de setembro de 1908. Auxílio para a educação de catarinenses pobres. **Autógrafo das Leis**. Assembleia Legislativa, 1908b. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 841, de 5 de outubro de 1909 – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1910. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1909. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 1.035, de 3 de novembro de 1914 – Orça a receita e fixa a despesa para 1915. **Autógrafo das Leis** – Assembleia Legislativa 1914. Acervo: Apesc.

SANTA CATARINA. Lei n. 1.130 de 28 de setembro de 1916. Cria as Caixas Escolares. **Collecção de Leis, Decretos e Resoluções de 1916**. Florianópolis: Offic. A Elec. Da Empreza d'<O DIA>, 1916a. Acervo: Apesc.

RELATÓRIOS DE ESCOLAS E GRUPOS ESCOLARES E ASSOCIAÇÕES AUXILIARES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatórios das Associações Escolares de 1944**: município de Araquari, 1944. Acervo: Apesc.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatórios das Associações Escolares de 1944**: municípios de São Francisco do Sul, Rio do Sul, Timbó e Tijucas, 1944. Acervo: Apesc.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatórios das Associações Escolares de 1944**: município de Concórdia e Joinville, 1944. Acervo: Apesc.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatórios das Associações Escolares de 1944**: município de Campo Alegre, 1944. Acervo: APESC.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatórios de escolas e grupos escolares para Departamento de Educação**, 1944. Acervo: Apesc.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Associações Escolares: Relatórios de Escolas Municipais de Joinville, 1945.** Acervo: Apesc.

PÁGINAS CONSULTADAS

ANAIS DO VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/apresentacao.htm>. Acesso em: jul. 2015.

CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/>. Acesso em: jul. 2015.

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Disponível em <http://www2.fm.usp.br/livrodeouro/>. Acesso em: out. 2015.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/tac//pagina/7492/historico>. Acesso em: nov. 2015.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe>. Acesso em: jul. 2015.

REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/index>. Acesso em: jul. 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/>. Acesso em: jul. 2015.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Disponível em <http://50anos.univille.br/>. Acesso em; out. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL. Disponível em <http://www.unifal-mg.edu.br/centenario/livro-de-ouro>. Acesso em: out. 2015.

BIBLIA CATÓLICA ONLINE. Provérbios (19/17). Disponível em: <http://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria-vs-la-biblia-de-jerusalen/proverbios/19/>. Acesso em: mar. 2017.

ANEXOS

Anexo 1 - Referente à frequência e unidades escolares

— 56 —

O quadro a seguir expõe, resumidamente, a situação do ensino primário geral nos vários municípios em que se subdivide o território do Estado:

MUNICÍPIO	Unidades	Classes	MATRÍCULA		Frequênci-a média	Aproveita-mento
			Geral	Efetiva		
Araranguá	95	271	5.549	4.742	4.282	2.792
Biguassú	36	115	1.949	1.709	1.463	1.034
Blumenau	81	258	6.147	5.295	4.665	3.187
Bom Retiro	65	194	3.340	2.737	2.600	1.543
Brusque	52	161	3.197	2.881	2.547	1.992
Caçador	56	158	3.385	2.574	2.175	1.330
Camboriú	20	67	1.176	1.107	895	640
Campo Alegre	14	37	588	537	493	319
Campos Novos	95	273	5.764	4.735	4.228	2.855
Canoinhas	65	203	4.756	3.931	3.560	2.403
Concórdia	54	140	2.977	2.622	2.254	1.486
Cresciuma	50	149	3.133	2.707	2.421	1.879
Cruzeiro	72	195	3.696	3.220	2.785	1.903
Curitibanos	25	64	1.206	1.049	897	514
Florianópolis	96	319	7.562	6.381	5.314	3.714
Gaspar	29	81	1.666	1.421	1.157	868
Hamônia	48	136	2.667	2.350	2.151	1.199
Imaruí	30	85	1.669	1.499	1.171	676
Indaial	36	98	1.982	1.686	1.545	907
Italópolis	34	99	1.805	1.536	1.367	561
Itajaí	101	286	5.472	4.838	4.110	3.423
Jaguaruna	19	58	866	772	641	431
Jaraguá	46	140	3.426	3.077	2.757	1.786
Joinville	82	282	6.800	5.952	5.344	3.750
Laguna	59	195	4.844	4.211	3.597	2.248
Lajes	104	278	5.051	4.330	3.782	2.524
Mafra	40	127	2.448	2.073	1.898	1.207
Nova Trento	31	95	1.386	1.231	1.001	557
Orleans	45	134	2.488	2.148	1.834	1.236
Palhoça	81	247	3.910	3.498	2.902	1.707
Paratí	21	60	1.125	1.018	843	536
Pôrto Belo	16	48	872	795	633	471
Pôrto União	48	149	2.863	2.344	2.164	1.523
Rio do Sul	112	331	6.859	5.672	5.080	3.389
Rodeio	34	102	1.517	1.340	1.223	712
São Bento	28	88	1.825	1.657	1.547	999
São Francisco	36	120	2.628	2.154	1.920	1.251
São Joaquim	27	78	1.417	1.221	1.103	691
São José	48	160	3.605	3.063	2.748	1.902
Tijucas	56	173	2.956	2.639	2.183	1.281
Timbó	26	79	1.398	1.280	1.206	716
Tubarão	98	299	6.445	5.471	4.615	3.153
Urussanga	48	148	2.320	1.997	1.817	1.250
Xapuri	78	186	3.760	3.093	2.699	1.493
ESTADO	2.337	6.966	140.495	120.593	105.617	70.038

Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, outubro de 1942 (exercício de 1941).

Localização: Acervo do Setor de Obras Raras da BPSC

Anexo 2 - Movimento financeiro das Caixas Escolares em 1941

— 60 —

O movimento financeiro dessas instituições foi durante o ano escolar o seguinte, por município:

MUNICÍPIO	RECEITA	DESPESA	SALDO
Araranguá	8:496\$000	7:095\$600	1:400\$400
Biguassú	4:102\$200	4:001\$800	100\$400
Blumenau	20:657\$100	14:430\$400	6:226\$700
Bom Retiro	1:134\$500	794\$500	340\$000
Brusque	8:835\$100	8:164\$900	670\$200
Caçador	502\$700	385\$300	117\$400
Camboriú	1:614\$500	1:264\$800	349\$700
Campo Alegre	2:562\$700	2:225\$000	337\$700
Campos Novos	4:749\$600	4:587\$800	161\$800
Canoinhas	10:290\$950	8:214\$200	2:076\$750
Concórdia	1:422\$700	976\$300	446\$400
Crescíuma	5:093\$900	3:344\$500	1:749\$400
Cruzeiro	3:465\$600	2:476\$500	989\$100
Curitibanos	1:439\$200	833\$300	605\$900
Florianópolis	11:483\$400	10:125\$800	1:357\$600
Gaspar	3:895\$600	3:469\$900	425\$700
Hamônia	7:914\$500	3:973\$300	3:941\$200
Imaruí	653\$000	462\$700	190\$300
Indaial	11:043\$600	6:079\$600	4:964\$000
Itaiópolis	1:304\$200	820\$400	483\$800
Itajaí	13:581\$800	10:110\$300	3:471\$500
Jaguaruna	910\$800	882\$200	28\$600
Jaraguá	16:110\$700	12:091\$200	4:019\$500
Joinville	17:880\$200	15:353\$900	2:526\$300
Lajes	3:945\$200	3:419\$200	526\$000
Laguna	6:466\$900	6:154\$100	312\$800
Mafra	2:017\$800	2:005\$400	12\$400
Nova Trento	907\$600	679\$200	228\$400
Orléans	2:561\$600	1:520\$200	1:041\$400
Palhoça	5:731\$300	5:571\$600	159\$700
Parati	1:794\$200	1:582\$000	212\$200
Pôrto Belo	211\$000	180\$700	30\$300
Pôrto União	4:524\$900	4:521\$200	3\$700
Rio do Sul	8:415\$000	7:727\$500	687\$500
Rodeio	1:679\$800	954\$100	725\$700
São Bento	9:487\$600	7:097\$900	2:389\$700
São Francisco	3:424\$500	3:410\$300	14\$200
São Joaquim	1:328\$700	699\$800	628\$900
São José	7:562\$600	7:398\$000	164\$600
Tijucas	3:781\$300	3:274\$300	507\$000
Timbó	9:423\$300	5:500\$800	3:922\$500
Tubarão	3:956\$600	3:583\$000	373\$600
Urussanga	3:429\$000	3:034\$600	394\$400
Xapéco	2:704\$700	2:096\$700	608\$000
ESTADO	242:498\$150	192:574\$800	49:923\$350

O desenvolvimento das caixas escolares durante os últimos anos pode ser apreciado neste quadro sintético:

A N O	RECEITA	DESPESA	SALDO
1934	10:971\$150	7:176\$620	3:794\$530
1935	23:761\$200	16:967\$120	6:794\$080
1936	32:567\$830	23:389\$200	10:178\$680
1937	46:406\$080	32:059\$600	14:346\$480
1938	95:462\$250	58:419\$275	37:122\$975
1939	141:460\$300	87:396\$915	54:063\$385
1940	171:999\$022	116:528\$320	55:470\$702
1941	242:498\$150	192:574\$800	49:923\$350

Estes os aspectos do problema educacional, que mereciam destacadados para uma visão rápida e de conjunto, nesta parcela da Federação.

As tabelas seguintes permitem exame mais rigoroso em todas as suas particularidades.

Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, outubro de 1942 (exercício de 1941).

Localização: Acervo do Setor de Obras Raras da BPSC

Anexo 3 - Associações Auxiliares por município - 1941

— 64 —

ENSINO PRIMÁRIO GERAL — 1941

I — Organização geral do ensino

2. Estabelecimentos com aparelhamento e instituições escolares

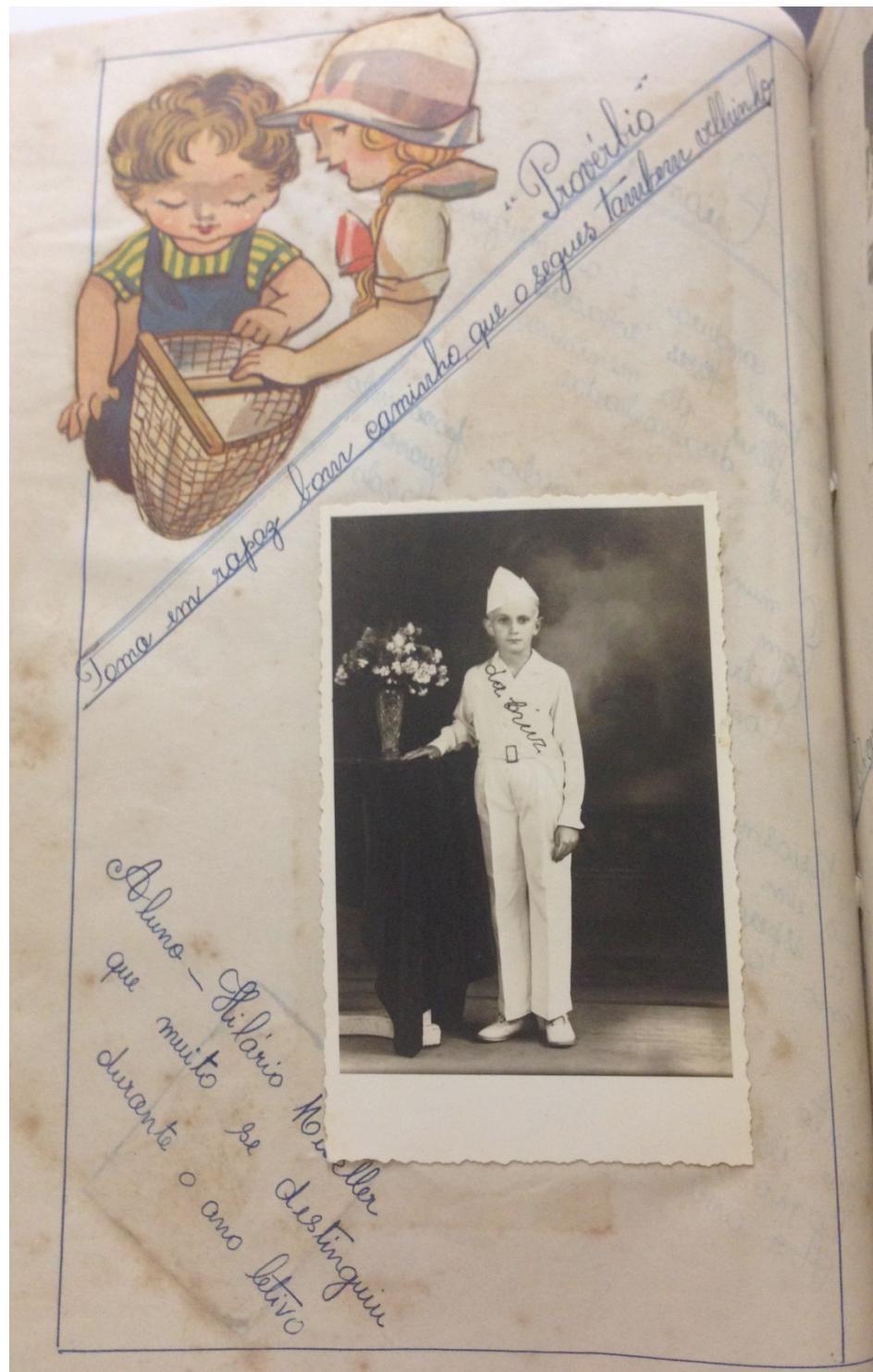
b) — Estabelecimentos que possuíam instituições escolares

MUNICÍPIO	INTRA-ESCOLARES						PERI-ESCOLARES		
	Clubes Agrícolas	Jornais	Pelotões de saúde	Clubes desportivos	Ligas de bondade	Clubes de leitura	Caixas escolares	Associação de pais e profess.	Conselhos escolares
Araranguá	3	4	4	—	2	1	86	—	1
Biguassú	9	15	1	—	—	4	20	1	—
Blumenau	21	12	29	3	6	6	65	3	1
Bom Retiro	5	13	21	—	3	2	53	3	—
Brusque	14	27	18	2	6	5	45	1	—
Caçador	—	3	5	—	1	—	22	1	2
Camboriú	1	2	19	—	—	1	13	—	—
Campo Alegre	5	3	10	—	—	1	68	23	11
Campos Novos	14	13	29	6	18	13	68	23	11
Canoinhas	23	11	15	2	3	6	52	6	—
Concórdia	17	5	24	2	9	6	49	30	3
Cresciuma	7	3	11	—	6	1	45	4	—
Cruzeiro	47	17	35	6	23	19	67	36	—
Curitibanos	2	1	5	—	4	—	13	—	—
Florianópolis	14	12	32	3	11	10	34	2	1
Gaspar	11	11	1	—	1	1	25	1	1
Hamônia	11	12	20	1	3	2	42	8	1
Imaruí	1	1	1	—	—	—	6	—	—
Indaial	12	3	22	—	5	3	33	14	—
Itaiópolis	4	2	2	—	1	—	23	—	4
Itajai	35	46	59	2	3	3	82	5	—
Jaguaruna	—	3	5	—	—	—	19	—	—
Jaraguá	4	10	16	1	2	2	34	6	1
Joinville	33	8	54	—	2	10	74	2	—
Laguna	2	3	1	—	2	1	7	1	—
Lajes	16	20	21	1	1	1	63	2	2
Mafra	2	—	6	—	1	1	18	2	1
Nova Trento	7	14	15	—	6	1	20	5	2
Orleans	11	9	20	1	5	3	35	1	2
Palhoça	4	2	4	1	4	1	57	5	1
Paratí	13	1	16	—	—	—	21	—	1
Pôrto Belo	—	—	5	—	—	—	7	—	—
Pôrto União	16	5	10	4	1	2	41	1	—
Rio do Sul	68	52	68	2	58	15	103	76	21
Rodeio	25	24	30	—	6	1	32	3	1
São Bento	—	12	12	—	1	1	25	1	—
São Francisco	6	2	9	—	—	1	21	—	—
São Joaquim	2	3	4	—	—	—	8	1	—
São José	15	6	18	—	7	5	21	1	—
Tijucas	8	2	2	1	1	2	40	4	—
Timbó	12	12	18	1	5	8	20	1	2
Tubarão	42	15	11	—	6	7	38	1	—
Urussanga	30	9	16	—	5	4	45	4	4
Xapéco	34	4	17	1	10	3	63	25	3

Fonte: Relatório apresentado ao exmo. sr. presidente da República, pelo dr. Nereu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina, out. 1942 (exercício de 1941).

Localização: Acervo do Setor de Obras Raras da BPSC.

Anexo 4 - Página do álbum da Semana da Criança - 1945



Fonte: Relatórios das Associações Escolares das Escolas Municipais de Joinville/SC - 1945.
Localização: Acervo Apesc.

